

REGINA CLAUDIA LAISNER

ENTRE FORMAS AUTORITÁRIAS E POSSIBILIDADES  
DEMOCRÁTICAS: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DE  
MORADORES DA PERIFERIA DE SÃO CARLOS/SP

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Ciência Política  
do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob a orientação da  
Profª. Drª. Evelina Dagnino

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em  
13/12/1999

BANCA



Profª. Drª. Evelina Dagnino (orientadora)



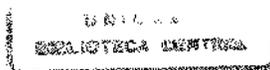
Profª. Drª. Rachel Meneguello



Profª. Drª. Maria Suely Kofes

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIÊNCIAS

DEZEMBRO/1999



UNIDADE BC  
N.º CHAMADA:  
T/UNICAMP  
63452  
V. Es.  
TOMBO BC/ 41196  
PROC. 278/00  
C  D   
PREÇO R\$ 11,00  
DATA 29-06-00  
N.º CPD

CM-00142358-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

L 145 e **Laisner, Regina Claudia.**  
Entre formas autoritárias e possibilidades democráticas : uma  
análise das representações de moradores da periferia de São  
Carlos/SP / Regina Claudia Laisner. - - Campinas, SP : [s.n.],  
1999.

**Orientador: Evelina Dagnino.**  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Democracia. 2. Autoritarismo. 3. Política e cultura.  
4. Cidadania. 5. Direito. I. Dagnino, Evelina. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

*A todos os homens e mulheres que mesmo no  
silêncio do seu desluzido dia-a-dia lutam por um outro  
Brasil - mais democrático.*

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	06
<b>CAPÍTULO 1: O debate acerca da construção da democracia no Brasil:</b>	
<b>dilemas e possibilidades</b> .....	13
1.1 Os dilemas da construção da democracia na sociedade brasileira.....	13
1.2 Uma nova abordagem sobre a construção democrática.....	22
1.3 Desvendando um novo olhar sobre a relação entre cultura e política.....	26
1.4 A propósito das classes subalternas.....	32
1.5 Para além das potencialidades das classes subalternas “organizadas” na construção da democracia no Brasil.....	41
<b>CAPÍTULO 2: Questões de metodologia e a descrição do universo da pesquisa - a cidade de São Carlos e seus moradores “mais pobres”</b> .....	46
2.1 A pesquisa.....	46
2.2 A descrição do universo da pesquisa.....	54
2.2.1 São Carlos: pólo atrativo de migração.....	54
2.2.2 Contradições da capital da tecnologia.....	58
2.2.3 Os “pobres” e o seu lugar na cidade de São Carlos.....	62
2.2.4 Os bairros pesquisados e seus moradores.....	64
<b>CAPÍTULO 3: Cidadania, direitos e democracia – algumas representações e seus múltiplos significados</b> .....	74
3.1 Cidadania e direitos – entre a percepção da ausência e a reivindicação .....	75
3.2 Democracia – entre a implantação dos direitos sociais e a possibilidade de um código igualitário para as relações sociais.....	104
3.3 Diferenças – entre a discriminação e o respeito à diversidade.....	108
3.3.1 As relações entre negros e brancos.....	108
3.3.2 As relações entre homens e mulheres.....	117
3.3.3 As relações entre homossexuais e heterossexuais.....	127

<b>CAPÍTULO 4: Visões da política e o caminho da participação.....</b>	<b>132</b>
4.1 As visões da política - a política como reduto do Estado e a possibilidade de sua ampliação.....	134
4.2 A organização coletiva como possibilidade.....	142
4.3 Resistindo – outras possibilidades.....	155
4.4 Visões da política institucional.....	166
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>180</b>
<b>ANEXOS</b>	

## **AGRADECIMENTOS**

Essa dissertação não teria sido a mesma sem as inúmeras discussões feitas no interior do Grupo de Estudos sobre a Democracia, formado por alunos do Departamento de Ciência Política da UNICAMP. Desde o segundo semestre de 1996, junto com Ana Cláudia, Ana Paula, Carla, Karina, Lígia, Luciana, Maria do Carmo, e mais recentemente com Sérgio e Débora, vimos discutindo vários temas com o objetivo de compreender algo dos dilemas da construção democrática na sociedade brasileira. Muitas das questões tratadas nesta dissertação foram discutidas coletivamente neste grupo, a qual agradeço pelo apoio intelectual e emocional.

Gostaria de agradecer a oportunidade e a orientação segura e competente da professora Evelina Dagnino. O período de trabalho em conjunto com ela significou um período de amadurecimento teórico e profissional fundamental em minha vida.

Suely Kofes e Rachel Meneguello fizeram parte da banca de qualificação. A elas agradeço o cuidado com que leram meu trabalho, as sugestões preciosas e a discussão que contribuíram muito para minha reflexão. À professora Rachel Meneguello agradeço também pela constante atenção em vários momentos da pesquisa, na qual estive sempre ao meu lado me dando orientações e me apoiando.

À Coordenadoria Nacional de Pesquisa (CNPQ), devo agradecer pela concessão da bolsa de mestrado, sem a qual teria sido impossível a realização deste trabalho.

Agradeço o apoio recebido do Núcleo de Pesquisa e Documentação “Prof. Dr. José Albertino Rodrigues” (NPD) do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) pelos dados cedidos e em especial à professora Elza Andrade de Oliveira pelo auxílio e amizade. Agradeço também ao professor Jeffrey Rubin, pelas indicações bibliográficas e pelas discussões que me foram muito caras, quando da sua passagem pela Unicamp como bolsista do projeto Rockefeller na área de Cultura e Política.

Minha profunda gratidão às pessoas que me concederam as entrevistas feitas neste trabalho, que despenderam seu tempo e compartilharam comigo suas convicções, opiniões e angústias. Sem sua ajuda este trabalho não teria sido possível.

Aos amigos queridos e companheiros constantes, Eduardo e Pedroso com quem dividi muitas das ansiedades de levar a cabo um projeto como este. A também Eduardo, Cíntia e Vanessa que fizeram as transcrições das entrevistas, pelo sigilo das informações contidas nelas e pela amizade. À Márcia por sua amizade ímpar, sempre disposta a ajudar os amigos, pelas fotos que me ajudou a fazer. Ao amigo Romero, que sempre se mostrou disposto a chamar o Eduardo para me ajudar, à sua preciosa revisão do texto final. Ao amigo Alessandro, pelas conversas estimulantes que renderam “inspirações” ao trabalho. E a todos os meus amigos de graduação da Universidade Federal de São Carlos, com os quais iniciei os meus primeiros passos nas Ciências Sociais, em especial a Jansen, que infelizmente não se encontra mais entre nós.

Aos meus pais pela minha vida e pelo apoio que sempre me deram em todas as iniciativas que tive, mesmo sem entender muito bem, na sua simplicidade, o significado e a importância de algumas delas.

Finalmente, devo um agradecimento muito especial a Cleber, a mais doce das criaturas, e meu companheiro de longa estrada. Para ele minha gratidão pelo seu amor, amizade e apoio irrestrito.

## INTRODUÇÃO

A democracia converteu-se em uma das grandes questões do mundo contemporâneo. É como se, depois de muitos reveses sofridos pela idéia democrática na sua longa trajetória, se verificasse na atualidade uma tendência à universalização dos seus princípios. A crise do paradigma marxista e do “socialismo real” no Leste Europeu exerceu grande influência neste processo no qual a democracia passou a exercer um papel fundamental nas sociedades contemporâneas, sendo, cada vez mais, discutida em escala planetária.

Ao mesmo tempo em que se fortalecem os princípios democráticos, cada dia mais se tem obtido dados que evidenciam o aumento das exclusões sociais em todo o mundo. Neste cenário desenham-se o acesso diferenciado da população à justiça, a falta de recursos e a burocratização dos serviços públicos, a crescente privatização da ordem pública, o aumento do desemprego, o crescimento alarmante da violência urbana e do narcotráfico e o desprezo pelos direitos humanos. Exacerbam-se práticas individualistas, reforçam-se as “saídas individuais”, em detrimento às voltadas ao coletivo. As discriminações alimentam, ainda, o recrudescimento de diversas formas de violência. Ao lado de tais evidências, têm-se os efeitos adversos da proposta neoliberal, que levada a termo, tem gerado a desregulamentação dos direitos sociais por parte do Estado, que agora é cada vez mais substituído pelo mercado como organizador da dinâmica social, agravando sobremaneira as desigualdades e a exclusão, e conseqüentemente aprofundando um processo de segmentação social caracterizado por verdadeiros *apartheids*, onde um pequeno setor de integrados ao mercado, se contrapõe a uma grande maioria de excluídos. Efeitos adversos que são mais traumáticos ainda em países como o Brasil que mal ensaiaram os passos que permitiriam sair do Estado de “mal-estar” em que se promove a destituição de direitos consolidados, o corte de gastos públicos e o desprezo por políticas sociais. Assim, a questão democrática e, portanto, da cidadania, depara-se com imensos dilemas e desafios em todo o mundo.

Na realidade brasileira, formalmente vivemos em uma democracia. Depois de mais de cem anos de governo republicano em que se alternaram regimes autoritários e

democráticos, vivemos uma nova experiência democrática. No entanto, o novo regime mostrou-se e vem se mostrando incapaz de assegurar sequer o direito mínimo de respeito à vida, à liberdade e à igualdade no tratamento legal. Isto não quer dizer que não reconheçamos que desde o processo de implantação da democracia, pós-ditadura de 64, não tenhamos obtido várias conquistas no que diz respeito ao aprofundamento da democracia já instalada institucionalmente. Mas o fato é que convivemos ainda com profundas desigualdades sociais, com imensos obstáculos à justiça, com a violação dos direitos mais essenciais, com a fragilidade, senão a ausência da cidadania, com a fome, a miséria, a violência, o preconceito e a discriminação. A implantação do Estado de Direito não assegurou a consolidação de um país efetivamente democrático.

A sociedade brasileira se caracteriza como uma sociedade de pesada tradição autoritária, oligárquica e excludente, que se remete à própria formação da sociedade brasileira enquanto sociedade escravocrata, que codificou as desigualdades sociais desenhando-as pela exclusão social, inscrevendo o autoritarismo não apenas no âmbito das práticas políticas, mas também no âmbito das práticas sociais, enquanto forma de sociabilidade. Sociedade, como afirma Marilena Chauí, que se constrói sobre desigualdades econômicas que apontam para níveis insuportáveis; onde predominam as mais diversas formas de discriminação; onde as diferenças são transformadas em desigualdades, pautadas por relações de hierarquia, mando e obediência, e onde a repressão é utilizada como principal instrumento contra as manifestações e lutas populares. Sociedade onde, ainda segundo esta mesma autora, são imprecisas e indeterminadas as fronteiras entre o público e o privado; onde a lei serve como instrumento para a preservação de privilégios e nunca para definir direitos, fundando-se em uma legalidade que se confunde com o arbítrio e que alimenta relações de tutela e de favor, e onde os direitos aparecem sempre como concessão e outorga feitas pelo Estado (Chauí, 1994a: 53-55), e a questão da cidadania se defronta com a política de clientela, favor e cooptação (Chauí, 1994b).

Este cenário da realidade brasileira sinaliza que a questão democrática no Brasil, conquanto tente se impor enquanto regime político, está longe de se impor como “forma de sociedade”, para usar uma expressão de Lefort (1991) – ou seja, como algo que transcenda o regime político e se incorpore na sociedade como um todo, enraizando e universalizando práticas políticas, sociais e culturais democráticas. É justamente esta dimensão da questão

democrática que tem instigado atualmente uma série de reflexões sobre as possibilidades da construção de uma democracia efetiva no Brasil, e que orienta e motiva a realização desta dissertação: a importância da construção, para além de um regime democrático, de uma cultura democrática.

Grande parte destas reflexões se dedicou a examinar a contribuição dos movimentos sociais, na sua maioria de origem popular, que emergiram durante as décadas de 70 e 80 para este processo, principalmente em torno do entendimento de novas práticas sociais e políticas, assim como de novas formas de pensar os elementos definidores da democracia, quais sejam, as noções de direito, de cidadania e da própria democracia. Estes novos atores no cenário nacional inauguraram, através de um amplo processo reivindicativo, “novas formas de práticas sociais e novos formatos de sociabilidade, fundadas em bases mais igualitárias” (Dagnino *et al*, 1998: 11). Mais do que isso, estes movimentos, além de trazerem suas reivindicações a público e ampliarem as fronteiras da política institucional, num processo que forjou a “socialização da política”, criaram novas concepções de direitos e de cidadania, que transcendem a visão liberal e se constroem na tentativa de ampliar a própria noção de democracia, que se estende para além do sistema político, e visa a erradicação das desigualdades sociais, desenhadas nas práticas culturais e sociais (Alvarez, Dagnino e Escobar, 1998: 02).

Mais recentemente, nos anos 90, na esteira dos estudos realizados em torno dos movimentos sociais emergentes nas décadas anteriores - muitos dos quais têm se reconfigurado através de novas formas de organização e novas estratégias de ação (Carvalho, 1997) - vêm sendo estudadas várias experiências tidas como potencialmente democratizantes no interior da sociedade brasileira como, por exemplo, o Movimento de alfabetização de jovens e adultos, que se desenvolveu na cidade de São Paulo, numa parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e entidades populares no período de 1989 a 1992 (Silva, 1998) e hoje se desenvolve também em muitos outros municípios; o movimento de reivindicação “Ética na Política” no contexto do pró-impeachment do governo Collor (Tatagiba, 1998) que ainda hoje tem reflexos em várias reivindicações por ética na política e pelo fim da corrupção, e que têm culminado em várias CPI's pelo país; a experiência do Orçamento Participativo em várias partes do Brasil e que tem seu exemplo paradigmático em Porto Alegre, por sua continuidade e consistência

(Fedozzi, 1996 e Silva, 1997); a atuação de muitas ONGs (Paula, 1998 e Landim, 1993) e dos conselhos de participação popular, instituídos pela Constituição de 1988, atuantes em relação à saúde (Ferraz, 1998), à educação (Lüchmann, 1995), à assistência social (Raichelis, 1998), aos direitos da criança e do adolescente (Liberati e Cyrano, 1993), etc<sup>1</sup>. Nestas experiências desenham-se novas formas de práticas políticas, fundadas em bases mais democráticas e novas concepções de direitos, de cidadania e da própria democracia, que representam um contraponto aos moldes tradicionais de relacionamento político e social existentes na sociedade brasileira, baseados na tutela, no favor, no clientelismo, nas relações verticais e na desigualdade.

Porém, atualmente na sociedade brasileira, embora haja uma série de exemplos de movimentos e organizações populares no interior da sociedade civil, marcados certamente por orientações e projetos políticos diversos, há um amplo espaço que se constitui no dia-a-dia daqueles indivíduos que vivem seu cotidiano sem relação necessária com algum tipo de organização dirigida à defesa de interesses coletivos, movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, etc. Significativa parcela da população brasileira, composta pelas classes subalternas que, compondo camadas plurais e heterogêneas na sociedade, de várias maneiras se sente excluída dela, à margem da riqueza e da cidadania, vivendo a situação de pária, no sentido atribuído por Hannah Arendt<sup>2</sup>, à margem das manifestações e organizações populares.

Neste sentido, as inquietações que configuraram este trabalho se colocaram na perspectiva de extrapolar a reflexão sobre as possibilidades e os dilemas da construção de uma cultura democrática em nossa sociedade para além do universo de experiências relacionadas às organizações da sociedade civil, remetendo-a a um universo de análise mais amplo buscando indagar qual o papel que exercem, neste processo, os subalternos que não participam destas organizações ou não necessariamente o fazem.

Inicialmente as questões se colocaram no sentido de enumerar as enormes dificuldades em universalizar na sociedade brasileira valores e práticas democráticas, em

---

<sup>1</sup> Estes são apenas alguns poucos exemplos da vasta bibliografia existente sobre estas “experiências democratizantes” espalhadas pelo Brasil afora.

<sup>2</sup> Hannah Arendt utiliza este termo para designar aqueles indivíduos excluídos da atuação política em um espaço público que torna possível a partilha dos direitos e o sentimento de pertencimento a um espaço comum.

que as hipóteses em torno de modelos autoritários apareciam como elementos fundamentais na explicação dos obstáculos para a construção de uma cultura democrática. Destas hipóteses decorria um tipo de análise que, ao enfatizar as experiências dos sujeitos envolvidos em movimentos organizados no interior da sociedade civil no que diz respeito ao processo de construção de novas práticas e novos valores para a extensão e aprofundamento da democracia, relegava ao dia-a-dia dos subalternos que não participam de movimentos sociais, de ONGs, de conselhos de participação popular, etc., um estatuto de um espaço muito mais propenso à análise dos obstáculos a serem enfrentados em um projeto de construção democrática, do que como um espaço em que outras práticas e valores também são construídos. Um espaço em que muito pouco haveria além de práticas e valores voltados ao clientelismo, às relações de favor e de tutela, à hierarquização das relações sociais, à discriminação, ao desrespeito ao outro; e onde as únicas concepções de direito, de política, de cidadania e da própria democracia, se remeteriam às concepções vinculadas a uma sociedade extremamente autoritária e hierárquica.

O trajeto que se desenhou ao longo do trabalho se desenrolou no sentido de compreender as possibilidades da construção de “algo novo”, numa referência às possibilidades de expansão de uma cultura democrática pautada por valores dos direitos da cidadania. As inquietações passaram então a se centrar nos desafios da compreensão de novas práticas sociais e políticas, assim como de novas formas de pensar os conteúdos e significados da democracia, para além do espaço das “experiências democratizantes” no interior da sociedade civil organizada. Tais inquietações passaram a exigir uma compreensão mais ampla do dia-a-dia dos subalternos que levasse em conta suas representações autoritárias, mas que também se abrisse a novas possibilidades.

Para discutir de forma mais ampla este espaço do cotidiano dos subalternos fora, ou melhor, não necessariamente relacionado à experiência dos movimentos sociais e outras organizações, esta dissertação se dedicou, por um lado, à análise, neste espaço, de velhas percepções enraizadas na sociedade brasileira, pautadas por elementos de autoritarismo, tanto social quanto político e, de outro, pela existência de novas possibilidades vinculadas à emergência de uma cultura democrática. A análise aqui realizada se centrou em torno do entendimento das formas de pensar os elementos definidores da democracia, quais sejam,

as noções de direito, de cidadania, e da própria democracia, além das visões de política e visões a respeito das possibilidades de mudança da sociedade brasileira<sup>3</sup>.

Para levar a termo esta tarefa foi realizada uma pesquisa através de entrevistas em profundidade, tendo como objeto de investigação a população considerada mais carente da periferia da cidade de São Carlos, interior de São Paulo. Esta população é aqui abordada por compor as parcelas das classes subalternas que mais de perto vivenciam, no seu dia-a-dia, os reflexos de uma sociedade autoritária, hierárquica e excludente.

O conjunto de preocupações e reflexões que levou a selecionar os moradores deste local como objeto de investigação se orientou pelo fato primordial de que seus moradores, com algumas poucas exceções, não vivenciaram experiências significativas de lutas e participação. A cidade de São Carlos e seus moradores não têm uma história forte de lutas políticas e de mobilização popular. São Carlos é considerada por vários estudos já realizados, uma cidade bastante conservadora, onde há uma política personalista e os apelos populistas e clientelistas são bastante fortes ainda hoje (Oliveira, 1998), apesar de se localizar em uma das regiões mais ricas e desenvolvidas do país e ser considerada pólo de alta tecnologia. Deste modo, a experiência de vida política de São Carlos como estudo de caso apresentou-se como importante na discussão que aqui se propõe por suscitar a seguinte questão: existem novos entendimentos em torno das noções de direito, de cidadania, da política e da própria democracia que podem abrir caminhos para a construção de uma cultura democrática, mesmo em uma cidade como São Carlos, em que são fortes as velhas representações pautadas por elementos de autoritarismo?

---

<sup>3</sup> Cumpre destacar aqui a influência de uma pesquisa realizada em 1993 em Campinas e coordenada pela professora Evelina Dagnino na delimitação dos objetivos mais específicos do meu trabalho. Esta pesquisa foi realizada com indivíduos com algum tipo de participação em organizações dirigidas à defesa de interesses coletivos - em movimentos sociais, sindicatos, associações de classe e partidos políticos - ao contrário da que se apresenta aqui, que foi realizada com indivíduos sem esta experiência de participação. No entanto, realizou-se com objetivos semelhantes aos aqui colocados: investigar, de um lado, a existência de percepções, e no caso, também práticas vinculadas a uma cultura democrática, e de outro, a existência de elementos do autoritarismo, enquanto matriz dominante do ordenamento cultural da sociedade brasileira, centrando-se, da mesma forma, na análise a respeito das visões de cidadania, de direitos, da política e da própria democracia. A equivalência com relação à pesquisa de Dagnino foi composta por conta do patamar em que se encontrava a minha pesquisa que, apesar de se voltar a uma população alvo distinta da pesquisa de Dagnino, acabou se desenhando com objetivos similares a esta; além de ser pensada como base para uma possível comparação. A descrição completa da pesquisa de Dagnino e a apresentação dos seus resultados encontram-se em DAGNINO, Evelina *et al.* "Cultura democrática e cidadania". *Opinião Pública*, CESOP, vol. V, n° 1, novembro de 1998.

A dissertação que aqui se apresenta está organizada em quatro capítulos e uma conclusão. No **capítulo 1**, busco explicitar as linhas gerais do debate em torno da construção de uma democracia efetiva no Brasil. Em seguida, me debruço sobre a análise do papel político das classes subalternas neste processo, mais especificamente tentando explorar as potencialidades daqueles indivíduos que, mesmo não participando de movimentos organizados, no seu dia-a-dia, contribuem de alguma forma para o processo de construção da democracia.

No **capítulo 2**, procuro descrever a pesquisa realizada, explicitando a metodologia nela utilizada. Além disso, procuro neste capítulo fazer uma breve descrição do universo da pesquisa, ou seja, da cidade e dos bairros onde ela foi realizada, assim como dos seus moradores entrevistados.

Nos capítulos seguintes, 3 e 4, apresento minha descrição do material empírico e a análise feita sobre ele. No **capítulo 3**, procuro observar quais as concepções de cidadania, direitos e democracia existentes entre os entrevistados e quais as dimensões que as caracterizam, a partir dos seus relatos, buscando investigar percepções que, de um lado, reforçam o modelo de tradição autoritária presente na cultura brasileira e, de outro, representam germes de uma cultura democrática. No **capítulo 4**, examino quais as visões de política dos entrevistados e quais suas visões a respeito das possibilidades de mudança da sociedade brasileira, buscando observar como os entrevistados enxergam a política e como se vêm diante dela. A seguir, analiso qual a visão que os entrevistados têm da política institucional e do exercício do voto, a fim de observar a confiabilidade das instituições democráticas.

Finalmente, teço algumas **considerações finais** que apontam mais para novas questões, que se colocam como inquietações para futuras reflexões, do que para afirmações conclusivas.

## **CAPÍTULO 1:**

### **O debate acerca da construção da democracia no Brasil: dilemas e possibilidades**

#### **1.1 Os dilemas da construção democrática na sociedade brasileira**

Depois de mais de cem anos de governo republicano em que se alternaram regimes autoritários e democráticos, vive-se no Brasil uma nova experiência de vigência democrática. O país entrou no processo de redemocratização a partir de 1975, com a “distensão” do governo do general Ernesto Geisel e prosseguiu com a “abertura” do governo do general João Figueiredo. Esse processo de “liberalização do regime” teve seu ápice na eleição de um civil para a Presidência da República em 1985, tendo início, a partir daí, a chamada transição democrática.

Hoje, mais de dez anos depois do início da transição para a democracia no país, vivemos formalmente em um país democrático, em que estão asseguradas as instituições tradicionais da democracia, tais como a existência de eleições livres, de vários partidos políticos, da liberdade de pensamento e de expressão. No entanto, para além de um modelo meramente formal, a democracia ainda está por ser inventada no Brasil.

Não se pode negar que tem havido um significativo avanço na construção democrática no país nas últimas décadas. Desde a década de 70, quando diversos atores coletivos se organizaram na luta contra a ditadura, várias demandas vêm se inscrevendo no cenário nacional, exigindo e conquistando diversas transformações em direção a uma sociedade mais democrática, a exemplo da luta pela anistia dos presos políticos e do movimento contra o aumento do custo de vida na década de 70; do movimento pelas “Diretas já” no início dos anos 80; da campanha pela participação popular na Constituinte de 1988; do movimento pró-impeachment do presidente Collor no início dos anos 90 e, mais recentemente, da proliferação de ONGs, do surgimento e ressurgimento de novas e velhas organizações da sociedade civil e dos novos canais de participação popular junto às instâncias governamentais. Apesar disso, as análises do funcionamento da democracia

brasileira desde 1985 apontam para a persistência de padrões de comportamento e práticas políticas nada democráticos e que se remetem a modelos dos mais arcaicos na história social e política do país, deixando às claras algo muito profundo na sociedade brasileira: a existência de uma tradição autoritária que persiste ao longo de toda a sua história e que resiste à implantação do regime democrático.

A tradição autoritária da sociedade brasileira foi bastante debatida durante os anos 80. Cientistas políticos, sociólogos, antropólogos e historiadores se debruçaram sobre essas tradições a fim de investigar a realidade brasileira. Essa discussão desenhou um retrato da sociedade brasileira:

“Uma sociedade com uma cultura seduzida pelo princípio de autoridade e obcecada em fixar o lugar de cada um nas hierarquias sociais; uma sociedade em que a indistinção entre o público e o privado não diz respeito apenas às esferas do poder, mas também às dimensões mais prosaicas da vida social, em que o interesse pessoal se sobrepõe às regras mais elementares da civilidade, mostrando com isso que a existência do outro não faz parte dos códigos da sociabilidade cotidiana; uma sociedade em que a justiça social sempre foi pensada nos termos da tutela estatal e não da cidadania e os direitos nunca foram conjugados com a liberdade política, mas sempre confundidos com a proteção de um Estado benevolente; uma sociedade também em que as desventuras da vida cotidiana e as confusões da vida política acionam segmentos diversos da população à demanda por um governo forte, capaz de colocar cada coisa no seu lugar e garantir a segurança e a felicidade privada de cada um.” (Telles, 1992: 32)

Trata-se de um retrato que deita raízes em traços herdados do nosso passado histórico e da própria formação da sociedade brasileira (Sales, 1994; Benevides, 1991; Velho, 1986 e outros), principalmente no que diz respeito às heranças deixadas por mais de três séculos de escravidão, à estrutura agrária assentada no grande domínio territorial, que continuou praticamente intocada, e à proclamação da República no país, que não conseguiu concretizar sequer os princípios básicos do republicanismo e do liberalismo.

As heranças deixadas pela escravidão saltam à vista do observador mais incauto. Foram séculos de maus tratos, de tortura, de preconceitos, de anulação da pessoa como portadora de direitos, tratada como peça ou meramente como um animal, expressos nas palavras de Antonil:

“No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três PPP, a saber, pau, pão e pano. E, posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provocada, ou levantada; e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que não se usa nem com os brutos animais fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido, e tem quem lhe busque o capim, tem pano para o suor, e sela e freio dourado.”(Antonil, 1950: 312)

Tal padrão de tratamento dedicado aos escravos no Brasil-colônia significou a mais bruta anulação da cidadania de vasto contingente da população brasileira. Anulação da cidadania que se transpôs para além do período da escravidão e permaneceu mesmo após a Abolição, deixando marcas até o presente.

O Brasil entrou na década de 90 com uma população de 146 milhões de habitantes, segundo o IBGE. Desse total, segundo a mesma fonte, 64,5 milhões vivem abaixo da linha de pobreza (rendimento per capita igual ou inferior a meio salário mínimo), sendo 33,7 milhões de indigentes (rendimento per capita igual ou inferior a um quarto de salário mínimo). Esta pobreza, gritante no país, põe às claras uma sociedade em que a cidadania continua sendo negada à vasta parcela da população brasileira e “é certamente o retrato de uma sociedade que não consegue universalizar direitos e enraizar a cidadania nas práticas sociais” (Telles, 1992: 05).

Já as formas de relacionamento determinadas pela estrutura agrária assentada no grande domínio territorial estabeleceram relações de mando e subserviência entre os homens livres e pobres e senhores de engenho. Pelo seu poder e prestígio, o senhor de engenho reunia em torno de si o homem sem posses a fim de ampará-lo, formando uma

espécie de clã ao seu redor. É a partir desta tutela que se constrói a cidadania no Brasil que teve, segundo Teresa Sales (1994), sua expressão primeira como “cidadania concedida” na qual “no âmbito da sociedade escravocrata os homens livres e pobres, sujeitos ao favor dos senhores de terras, amesquinham-se na sombra de suas dádivas” (1994: 26) e que ainda hoje persiste através das várias formas de favor e de tutela existentes na sociedade brasileira. Junto a esta estrutura, o círculo familiar destaca-se no domínio do engenho expressando-se através do predomínio de comportamentos baseados na esfera privada em prejuízo de padrões de relacionamento da esfera pública (Freyre, 1975; Duarte, 1939 e Holanda, 1975), tal como descreve Sérgio Buarque de Holanda (1975):

“O quadro familiar torna-se assim tão poderoso e exigente que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública (...) Representando (...) o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.” (Holanda, 1975: 50).

Este predomínio de padrões de comportamento próprios da esfera privada permanece até hoje, através de um processo contínuo de transposição destes padrões para a esfera do público. Pensa-se comumente no Brasil que “o que é público não é de ninguém”, como algo que não é coletivo, mas sim como algo que pode ser facilmente apropriado por alguém, visando seus interesses particulares. É assim com locais públicos que são destruídos, com o dinheiro público que é apropriado para uso particular, com o político que se utiliza da máquina do Estado para fazer campanha eleitoral, entre outros inúmeros exemplos que poderiam ser citados aqui. Deste modo, a esfera pública não consegue constituir-se, pois não se institui a distinção entre o público e o privado. E as formas de ação do espaço do privado são levadas enquanto modelo ao que deveria ser um espaço público.

Guillermo O'Donnell (1989) dá uma série de exemplos de situações cotidianas vivenciadas na cidade de São Paulo, através dos quais analisa a dificuldade de se delimitar o público e o privado no Brasil e a apropriação privada de locais públicos. Segundo o autor, da mesma forma que isso ocorre em ambientes públicos na sociedade, ocorre também na esfera do Estado. O aparato do Estado é privatizado através de um estilo de política patrimonialista baseada em privilégios e na qual regras e instituições para regulamentar a separação entre o que é público e o que é privado são construídas com enorme dificuldade, gerando assim uma política sem mediações institucionais (O'Donnell, 1989). Da Matta, ao analisar o texto de O'Donnell, reforça sua tese afirmando que nenhum espaço público no Brasil é neutro, sendo sempre terreno de alguém. Parafraseando-o:

“(…) nas ‘democracias’ o deixar um espaço aos cidadãos significa poderem usá-lo, sabendo que não lhes pertence. Isto é, tomá-lo como um espaço ‘público’: um domínio coletivo à disposição de todos. Daí o conjunto de instituições vigentes nestas sociedades para que o espaço público permaneça sempre ‘vazio’, impedindo sua apropriação por grupos privados (...), mas as micro-cenas nos demonstram o quão longe nos encontramos de tudo isso, revelando como certas práticas de apropriação privada dos espaços coletivos se encontram tão enraizadas que ainda não têm sido percebidas como um problema político.” (Da Matta, 1989: 111/112)

No que diz respeito à implantação da República, sua proclamação não estabeleceu uma República de cidadãos. E a apropriação do liberalismo enquanto doutrina pouco contribuiu para a instauração dos direitos elementares da cidadania - “a cidadania continuou tão concedida quanto antes” (Sales, 1994: 32). Ao instaurar-se a República, o poder privado concentrado no domínio territorial fica comprometido, já que passa a depender das concessões de favores dos detentores do poder público. Por sua vez, o poder público não pode prescindir do eleitorado rural, sob o domínio do senhor territorial. Deste modo, segundo Victor Nunes Leal (1976), estabelece-se o compromisso no qual o senhor de terras que antes detinha o poder em suas mãos fica submisso agora às concessões de favores por parte do poder central. Favores os quais têm assegurados, em troca da subjugação dos

setores da população com direito ao voto, através do “voto de cabresto”, sendo que a imensa maioria desta população já era subjugada pelo fato de nem ao menos poder votar.

Esse formato de relacionamento político baseado no coronelismo persiste mesmo com o fim da Primeira República, revestido de novas formas e em novos contextos (Sales, 1994). Como afirma Leal,

“(...) o fortalecimento do poder público não tem sido, pois acompanhado de correspondente enfraquecimento do ‘coronelismo’; tem ao contrário, contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancioso na barganha que o configura”. (Leal, 1976: 255).

Este mesmo autor dá um exemplo da persistência deste fenômeno, de imediata observação na vida política no interior do Brasil - o fato dos fazendeiros e chefes locais custearem as despesas com a eleição:

“(...) Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento (...) É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente (...) Há ainda os favores pessoais de toda ordem desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios.” (Leal, 1976: 35-38).

Estes padrões de relacionamento do poder privado representados pelo fenômeno conhecido como coronelismo e suas “características secundárias” - mandonismo, filhotismo e falseamento do voto - perfazem ações políticas que são muito comuns até hoje e que transformam os cidadãos em clientes dos políticos com os quais barganham “migalhas” em troca do seu voto.

Apesar de muitos elementos da prática social e política baseados em modelos autoritários que ocupam o cotidiano da sociedade brasileira representarem continuidade em relação aos padrões de nosso passado, seria um equívoco pensar esse autoritarismo como uma persistência do tradicionalismo de tempos passados, ou seja, como formas residuais de um Brasil arcaico (Telles, 1993). Na realidade, essa tradição se mantém porque a sociedade brasileira nos dias de hoje se constrói sobre parâmetros de relacionamento semelhantes aos do seu passado histórico, através da manutenção de uma concepção patriarcal de poder, de autoridade e de modelos de relacionamento hierárquicos e desiguais.

Parâmetros que se fazem notar em modelos de relacionamento político extremamente autoritários baseados na política de clientelismo, na compra de votos, nas falsas promessas dos políticos, na indiferença dos políticos em relação às demandas populares e na apropriação do dinheiro público por políticos inseridos na máquina do Estado; mas que se revelam, também, para além destas práticas políticas autoritárias, em um modelo de sociabilidade autoritário, que se estrutura sob regras culturais de uma tradição hierárquica e atravessa a sociedade como um obstáculo à construção de um princípio de reciprocidade que confere ao outro o estatuto de sujeito de interesses e de direitos legítimos (Telles, 1993: 77), no sentido do que afirma Dagnino (1994):

“Esta é uma sociedade na qual a desigualdade econômica, a miséria, a fome são os aspectos mais visíveis de um ordenamento social presidido pela organização hierárquica e desigual do *conjunto* das relações sociais: o que podemos chamar de *autoritarismo social*. Profundamente enraizado na cultura brasileira e baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, esse autoritarismo social se expressa num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas dispostas nos seus respectivos *lugares* na sociedade.” (Dagnino, 1994: 104).

Parâmetros que ainda elucidam o paradoxo da sociedade brasileira - paradoxo de um projeto de modernidade que detona um vigoroso processo de modernização econômica, social e institucional da sociedade brasileira, que convive com a “incivilidade” das relações sociais (Telles, 1993: 75). Tal consideração põe às claras a realidade de uma sociedade que

busca se inserir no grupo das maiores economias do mundo, desenvolver e comercializar tecnologia de ponta, participar como parceiro importante dos países mais ricos nos projetos espaciais, reformar e modernizar a máquina do Estado, tornar-se modelo em algumas iniciativas de políticas sociais; ao mesmo tempo em que reproduz a pobreza, a miséria, a desigualdade na distribuição da renda, a violência, principalmente dirigida aos “mais pobres”, relações de trabalho desumanas, hierarquias e discriminações de todo o tipo, preconceitos étnicos e de gênero, o desrespeito aos direitos humanos e a não universalidade da aplicação das leis, que servem aos privilégios dos mais abastados e são utilizadas como punição aos menos favorecidos socialmente.

Por certo, tal realidade da sociedade brasileira compõe grande parte do cenário dos desafios em torno da construção de uma democracia efetiva em uma sociedade de pesada tradição autoritária, que acompanha a história brasileira, tornando a democracia sempre “um lamentável mal-entendido”, como já afirmava Sérgio Buarque de Holanda<sup>1</sup>. Mais recentemente, porém, ao lado destes velhos desafios, surgem outros colocados pelo projeto neoliberal que disputa lugar na sociedade brasileira com o projeto de extensão e aprofundamento da democracia.

A proposta neoliberal<sup>2</sup> tem por um lado, a exaltação do mercado como agente organizador da dinâmica social e por outro, a “satanização” do Estado como causador de todos os infortúnios do mundo capitalista (Borón, 1995: 77). Sua premissa básica é, portanto, a mínima intervenção do Estado na economia, a qual deve ser orientada pelo livre jogo do mercado. Nesta lógica a cidadania é crescentemente comparada com a integração individual no mercado, numa perspectiva que vai contra os princípios de uma cidadania

---

<sup>1</sup> A afirmação de Sérgio Buarque de Holanda é extraída de seu livro *Raízes do Brasil* no qual afirma: “A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas.” (Holanda, 1975:119)

<sup>2</sup> O objetivo aqui não é se aprofundar no tema do neoliberalismo. Mas a título de indicação, para se conhecer suas bases teóricas a referência forte é Friedrich Hayek, que é considerado o pai fundador desta corrente a partir da publicação, em 1944, do livro *O Caminho da Servidão*. Mais tarde, a este pai fundador, se juntam outros eminentes estudiosos - Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman e outros. Ver, por exemplo: HAYEK, F. A. von. *Caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Globo, 1977; HAYEK, F. A. von “As três fontes de valores humanos”. in: *Direito, Legislação e Liberdade*. Vol.III, São Paulo: Visão, 1985; FRIEDMAM, M. *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Record, 1980.

baseada na participação efetiva dos cidadãos, vistos como portadores de direitos e como seus criadores.

No Brasil, levada a termo, a ortodoxia neoliberal tem gerado a desestatização e a desregulamentação dos direitos sociais, agravando sobremaneira as desigualdades e a exclusão e, conseqüentemente, aprofundando um processo de segmentação social onde um pequeno setor de integrados ao mercado se contrapõe a uma grande maioria de excluídos. É nesta perspectiva que se fundamentam as políticas compensatórias e não mais redistributivas, cujo efeito é mais perverso ainda em países como o Brasil, onde o “Estado de bem-estar social” nunca chegou a implantar políticas realmente redistributivas.

O governo Collor, a partir do qual a implantação do projeto neoliberal tem início no país, “teve como princípio básico a revisão do padrão de desenvolvimento, e como condição de seu sucesso, exigiu e impôs a limitação da cidadania às classes subalternas” (Tatagiba, 1996: 23). Analisando o governo Fernando Henrique que dá continuidade a este projeto renovando-o e sofisticando-o, Francisco de Oliveira parte de uma constatação não mais otimista:

“Todas as ‘reformas’(...) vão no perverso sentido da destituição de direitos da cidadania e particularmente de trabalhadores (...) Os direitos ‘relutantemente reconhecidos’ transformaram-se, da noite para o dia em privilégios: o cidadão virou vilão. A Constituição de 1988 (...) transformou-se no mais grave obstáculo ao desenvolvimento (...) No lugar, pois, dos direitos, as carências, as necessidades.” (Oliveira, 1997: 20).

Conseqüentemente, as dificuldades em torno do processo de construção de uma democracia efetiva no Brasil ganham nova dimensão diante da implantação do projeto neoliberal. Trata-se de um projeto que destitui direitos e abala a reivindicação popular ao enfraquecer a sua base organizativa, através de “uma tentativa de privatização das relações sociais pela recusa da mediação pública dos direitos e esferas de representação” (Telles & Paolli, 1998: 05), outorgada pela lógica do mercado. Este, por sua vez, é incapaz de criar um imaginário social comum, gerando um vazio nas relações entre as pessoas que apelam para a lógica individualista do “salve-se quem puder”, minando as possibilidades dos laços

de solidariedade social e difundindo uma “cultura de privatismo”. Com efeito, a lógica do mercado debilita mais ainda a representação política e social das demandas dos cidadãos que já é extremamente frágil em nosso país, fazendo com que, cada vez mais, estes se retraiam para o mundo do privado e se alijem das organizações coletivas orientadas a exigir e construir direitos. No limite, este processo representa a própria negação da ação política e das lutas comuns, constituindo uma grave ameaça à construção da democracia como aqui se propõe – um modelo de democracia efetiva, para além de uma mera formalidade institucional.

## 1.2 Uma nova abordagem sobre a construção democrática

Nos anos 60, o tema central do debate político na América Latina girava em torno das possibilidades da revolução em direção ao socialismo. Naquele momento, a revolução aparecia, pela força do paradigma marxista então preponderante, não somente como uma estratégia ao subdesenvolvimento, mas também como uma saída para as situações de dependência para os países da região (Lechner, 1986: 33). Vinte anos depois, no período de transição democrática de vários países latino-americanos, após décadas de regimes autoritários, o tema central passa a ser a democracia. Neste período, com a crise do paradigma marxista, a discussão sobre a democracia ganha um novo estatuto teórico e político em todo o mundo (Dagnino *et al*, 1998: 11).

No Brasil, parte desta discussão, confere nova dinâmica à discussão sobre a questão democrática. Nessa direção, estão os trabalhos precursores de Coutinho e Weffort<sup>3</sup> que, no interior de um debate travado na esquerda brasileira<sup>4</sup> sobre o significado e os princípios da democracia, recuperam a idéia da democracia como valor universal em contraposição a uma visão instrumental de democracia, valorizando a democracia como forma de

---

<sup>3</sup> Ver “A democracia como valor universal” e “Cultura e Democracia no Brasil” em COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984 e WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>4</sup> Sobre essa discussão dentro da esquerda ver CHAUI, Marilena, *Cultura e Democracia*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993 e TOLEDO, Caio Navarro, “As esquerdas e a redescoberta da democracia”. in: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

procedimento, estendida ao conjunto da sociedade, para além da arena do Estado e dos partidos políticos.

As teorias até então existentes, como assinala Avritzer, trabalhavam com a suposição de que “a democratização constitui um fenômeno relacionado exclusivamente com a operação das instituições e do sistema político” (Avritzer, 1995: 110)<sup>5</sup>. A nova abordagem da construção democrática que se desenvolve a partir dessa discussão, cria uma perspectiva alternativa do processo de democratização, tomando em conta este processo, como algo que se estende para além das arenas institucionais formais da democracia já existente. A implantação da democracia passa a ser entendida como algo muito mais amplo e que diz respeito à transformação da sociedade como um todo, inclusive suas práticas sociais e culturais.

Deste ponto de vista, a construção efetiva e ampla da democracia só se torna possível quando junto à democratização das instituições políticas tradicionais da democracia, houver a democratização das relações sociais em seu conjunto, com a criação de novos valores e novas relações no tecido social, visando a democracia, para além de um regime político, como uma forma de sociedade (Lefort, 1991). Isto implica uma transformação muito mais profunda da sociedade brasileira, em que traços de autoritarismo sobrevivem ainda hoje sob múltiplas formas de manifestação, como um obstáculo fundamental à construção efetiva da democracia. Implica na necessidade da construção de uma cultura democrática, baseada na mudança dos costumes e das mentalidades, como um passo essencial para a extensão e aprofundamento da democracia em nosso país. (Dagnino, 1994).

Tal abordagem transcende a concepção tradicional liberal em que a democracia se remete simplesmente ao nível institucional-formal, num tipo de análise que se volta ao conjunto da sociedade. Isto não significa que é ignorada a importância das transformações no âmbito do que os cientistas políticos costumam chamar de “engenharia institucional” para a construção da democracia. Tais transformações são fundamentais para garantir a manutenção das regras democráticas sobre as quais, e somente sobre as quais, é possível construir novas formas de participação política, abertas ao conjunto da sociedade; novos

---

<sup>5</sup> Ver o texto de AVRITZER, Leonardo “Cultura Política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, 1995 (junho).

direitos assegurados por lei; novas formas de lidar com as diferenças e conflitos no interior da sociedade, através da regulamentação de espaços de debate público que garantam o espaço da palavra e da ação; e conseqüentemente, novos valores e novas práticas, mais democráticos.

O que se busca destacar com esta visão da democracia é que embora estas transformações no âmbito da institucionalidade sejam de fundamental importância, há outros aspectos a serem considerados e que dizem respeito às atitudes e percepções da população. Muitas das questões que emperram o avanço da democracia no país podem ser drasticamente diminuídas, por exemplo, por meio de reformas políticas, melhor funcionamento do aparelho judiciário e seriedade e fiscalização por parte do legislativo em relação ao executivo. Porém, a construção de uma democracia efetiva requer, para além de mudanças formais e institucionais, a criação de novas práticas sociais, novas formas de sociabilidade, fundadas em bases mais democráticas.

Um dos autores clássicos que primeiro alertou para estes aspectos da democracia foi Alexis de Tocqueville. Este autor pesquisou a vida sócio-política nos Estados Unidos, a fim de obter um conhecimento amplo do fenômeno democrático, de tal forma que pudesse chegar a construir um conceito definidor de democracia. Por isso, em sua obra, *A democracia na América*, publicada em 1835 e 1840, procurou apresentar sua visão de democracia apreendida a partir da vasta pesquisa por ele realizada durante quase um ano neste país.

“Não somente para satisfazer uma curiosidade, aliás muito legítima, examinei a América (...) Mais do que a América do Norte busquei nela a imagem da própria democracia, de suas tendências, de seu caráter de seus preconceitos e de suas paixões.” (Tocqueville, 1987: 39)

Nesta obra há um deslocamento radical do discurso teórico democrático liberal, em que Tocqueville claramente se distancia da tradição clássica do liberalismo: um movimento que se distancia do Estado e que procura encontrar as raízes sociais da democracia, a partir da sociedade civil, explorando pela primeira vez de modo sistemático, a relação entre os aspectos substantivos e formais da democracia.

Em sua busca pelas raízes sociais da democracia, Tocqueville conclui que a liberdade política, a tolerância e o pluralismo dificilmente podem germinar em um terreno de traços aristocráticos e hierarquizantes. Esta conclusão está presente em toda a obra de Tocqueville e o leva a decifrar a importância dos valores e dos costumes sobre as instituições políticas. Para ele é a condição social que influencia decisivamente a vida política.

No primeiro tomo de *A Democracia na América*, Tocqueville enumera as causas que tornam a democracia americana liberal. Enumera três tipos de causas: a situação acidental e particular em que se encontra a sociedade americana, as leis, e a mais importante delas segundo o autor, os hábitos e costumes.

“Na América, o povo nomeia quem faz a lei e quem a executa; ele mesmo forma o jurado que pune as infrações legais. As instituições não só são democráticas em seus princípios, mas também em seu desenvolvimento; assim, o povo nomeia diretamente seus representantes e os escolhe geralmente todos os anos, a fim de tê-los mais completamente sob sua dependência. É, pois, realmente o povo quem dirige e, ainda que a forma do governo seja representativa, é evidente que as opiniões, os prejuízos, os interesses, inclusive as paixões do povo, não podem encontrar obstáculos duradouros que os impeçam de se introduzir na direção cotidiana da sociedade.” (Tocqueville, 1987: 135)

Tocqueville nota, portanto, diante do caso da França, que somente mudanças institucionais dificilmente conseguirão alterar a estrutura de uma sociedade dividida e desigual como ela. É preciso mudanças sociais nos *mores*. Desta forma, para ele, embora seja necessário que se anuncie a liberdade como um direito, formalizando-a através de leis e instituições, essas medidas sozinhas não seriam suficientes para que ela, e a própria democracia, estivessem garantidas.

Deste modo, o discurso de Tocqueville reforça a perspectiva de democracia que aqui se coloca. Perspectiva que se constrói na redefinição e ampliação do campo da política.

A teoria liberal da democracia transformou a política numa dimensão setorial e espacializada da prática social restrita ao Estado, confinando a participação política ao ato de votar. No entanto, a política, está inscrita no conjunto da sociedade e na textura das relações sociais como um todo, e é esta perspectiva que constitui, fundamentalmente, a redefinição e ampliação da noção de política aqui proposta, ao resgatar a dimensão política de outros espaços da prática social. A partir daí, torna-se possível reconhecer as práticas sociais e culturais, também como práticas políticas, atribuindo-lhes novos significados, em que passam a ocupar um papel de relevância nas transformações sociais.

A consideração desta dimensão implica que o dia-a-dia das pessoas - seus valores, suas percepções, suas atitudes - abre-se como um espaço rico de análise sobre as possibilidades da construção de uma democracia mais profunda na sociedade brasileira. Neste aspecto é que um novo entendimento da relação entre cultura e política traz nova luz a esta perspectiva de democracia, contribuindo para tornar visíveis as práticas sociais e culturais como formas para o exercício da prática política e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania e da democracia.

### **1.3 Desvendando um novo olhar sobre a relação entre cultura e política**

Na análise marxista clássica, as relações materiais entre os homens formam a base de todas as demais relações. A realidade social é dividida em infra-estrutura e superestrutura, na qual a infra-estrutura constitui a totalidade das relações de produção, que formam a estrutura econômica, sobre a qual emergem as superestruturas legal e política. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social e política e por isso as mudanças na superestrutura se configuram como uma espécie de reflexo da base econômica. Deste modo, o campo das idéias não é analisado em si mesmo pelo marxismo clássico, mas como resultado das transformações da vida material, e a relação entre cultura e política é analisada sob o prisma do conceito de ideologia.

Segundo Dagnino (1998) a primazia do conceito de ideologia na reflexão em torno da relação entre cultura e política na análise marxista clássica acabou impregnando negativamente o campo da cultura: “uma negatividade derivada do determinismo econômico que negava à cultura qualquer possibilidade de uma dinâmica própria,

considerando-a como uma esfera separada, mero epifenômeno da economia”; e uma negatividade em que “as idéias e a cultura eram vistas predominantemente como um obstáculo à transformação social”, devendo ser substituídas pela verdadeira consciência – a consciência de classe (Dagnino, 1998: 35). Em relação à política, esta era identificada com o Estado, concebido como o *locus* específico de dominação na sociedade e de concentração do poder. A análise da política e da sua transformação tinha o Estado como arena decisiva das relações de poder - único espaço e alvo relevante da luta política (Dagnino, 1998: 36).

A partir da nova concepção de democracia criada nos anos 80, no interior de parte da esquerda intelectual brasileira, emerge também um novo entendimento em torno da relação entre cultura e política, que teve como um dos seus principais inspiradores Gramsci. Vários autores têm dado contribuições significativas na reelaboração em torno da reflexão da relação entre cultura e política, mas Gramsci apresenta uma contribuição fundamental nesta reelaboração da análise em torno desta relação, que têm influenciado vários autores, sobretudo na América Latina.

Gramsci<sup>6</sup> trabalha com uma visão de sociedade enquanto uma totalidade orgânica, e não dividida em instâncias determinadas como o faz o marxismo clássico. A idéia de bloco histórico formulada por ele supõe uma indissolubilidade entre as forças materiais e os elementos culturais, estabelecendo uma equivalência entre eles e tornando qualquer idéia de determinação desnecessária.

“(…) recordar a freqüente afirmação de Marx sobre a ‘solidez das crenças populares’ como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: ‘quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares’, etc. outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, na maioria dos casos, a mesma energia de uma força material (ou algo semelhante), o que é muito significativo. A análise destas

---

<sup>6</sup> A interpretação de Gramsci que aqui se apresenta tem base nas aulas teóricas sobre este autor, no curso de Cultura e Política ministrado pela professora Evelina Dagnino, no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp e do texto já citado desta mesma professora (Dagnino, 1998). É bom ressaltar que se trata de uma das interpretações possíveis da obra de Gramsci, um autor cuja obra bastante complexa e fragmentada se torna sujeito a diversas interpretações, como ressaltou Portantiero em PORTANTIERO, Juan Carlos “Los usos de Gramsci”. *Cuadernos de Pasado y Presente*, 1977. Para a análise de uma interpretação distinta da que apresento aqui ver, por exemplo, DIAS, Edmundo Fernandes *et al.* *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de 'bloco histórico', no qual, justamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma - sendo que a distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais." (Gramsci, 1978: 63)

Ao defender a indissolubilidade das questões materiais e simbólicas, Gramsci supõe que, para que haja transformações em qualquer sociedade, é necessário que elas ocorram em seu conjunto, e não a partir da sua base material como supunha o marxismo clássico, considerando, portanto, que as questões simbólicas não são mero reflexo dessa base, mas sim constitutivas da mesma. Assim, em Gramsci, a transformação social não se restringe ao mero assalto ao poder, mas é pensada enquanto um processo. E para dar conta da forma como vê este processo de transformação social, ele se utiliza do conceito de hegemonia. É através do conceito de hegemonia que Gramsci formula uma nova forma de pensar a relação entre cultura e política.

O conceito de hegemonia em Gramsci se refere a um modo específico de construção ou exercício do poder em uma determinada sociedade. Específico porque implica em um modo de poder distinto da dominação, embora o termo hegemonia seja utilizado por muitos autores sem esta distinção. A dominação é baseada predominantemente na força e na coerção. A hegemonia, diferentemente, supõe como recurso predominante do poder no consentimento ativo dos que estão sob este poder e uma direção, ao invés da dominação, por parte daqueles que estão à frente dele. Não se trata, portanto de um modo de poder no qual se espera que existam dominantes e dominados, mas sim dirigentes e dirigidos, onde estes últimos tenham uma participação ativa, através do consentimento ativo.

"(...) a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tem que liquidar ou submeter inclusive pela força armada, e é dirigente dos grupos aliados. Um grupo social pode e inclusive deve ser dirigente antes de conquistar o poder governante (esta é uma

das condições principais para a conquista desse poder); depois, quando exerce o poder e ainda quando o tem fortemente em suas mãos, se torna dominante, mas deve continuar sendo dirigente” (Gramsci, O Ressurgimento, *apud* Rey, 1994: 54).

Neste sentido, o que define a hegemonia e a distingue da dominação é o consentimento ativo. Gramsci se refere ao conceito de consentimento ativo e embora não trabalhe muito esse termo em sua obra, uma possibilidade de entendê-lo é enquanto baseado na capacidade de elaborar a própria concepção de mundo, sendo o guia de si mesmo através de uma consciência autônoma. O trecho apresentado a seguir, extraído de *A Concepção Dialética da História*, parece ilustrar esta interpretação:

“(…) cabe perguntar: é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais estão todos automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?” (Gramsci, 1978: 12)

O consentimento ativo baseia-se, portanto, na capacidade dos indivíduos de elaborarem sua própria consciência, sem uma imposição que lhes seja exterior e que os torne submissos a uma consciência imposta, seja ela das classes que estão no poder, seja ela de uma vanguarda “iluminada”. Neste sentido, a idéia de consentimento ativo traz consigo a idéia de um modo de pensar e de agir autônomo. É por isso que considero que Gramsci utiliza o conceito de consentimento ativo, ao invés de simplesmente o conceito de consentimento - para frisar a peculiaridade do tipo de consentimento que defende.

Gramsci defende uma “reforma intelectual e moral” das massas como primeiro passo nessa transformação. Esta reforma intelectual e moral baseia-se na elevação

intelectual das massas e na sua autonomia de pensamento e ação, para que elas possam participar de forma realmente ativa do poder e caminhar na direção da sua autonomia histórica.

“(…) a filosofia da *praxis* não busca manter os ‘simplórios’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual e moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual das massas e não apenas de pequenos grupos intelectuais.”  
(Gramsci, 1978: 20)

A interpretação que Gramsci faz da construção da hegemonia redefine o espaço do que tradicionalmente se reconhece por política e das relações de poder que devem ser modificadas num processo de transformação social. A transformação social deixa de ser vista como um mero ato de insurreição e de tomada do Estado, e passa a ser vista como algo mais complexo e processual.

A construção de um novo formato de poder não se restringe à simples tomada do Estado, porque para Gramsci, o poder não é somente um aparato ou uma instituição. O poder está inscrito no conjunto da sociedade e na textura das relações sociais e é por isso que estas também precisam ser transformadas para a construção de uma nova ordem.

Assim, tal como Foucault, Gramsci reconhece que as relações de poder estão inscritas na textura do cotidiano. Para Foucault, pessoas agindo como homem ou mulher, pais e filhos, professores e estudantes, doutores e pacientes, padres e penitentes, não podem ser definidos simplesmente como atuando com papéis definidos - estes termos definem relações nas quais as partes estão constantemente negociando questões de poder e de autoridade (Dirks, Eley e Ormer, 1994: 04). Gramsci, no entanto, diferentemente de Foucault, reconhece que, embora o poder esteja disseminado pelas relações sociais, o poder também está concentrado em algumas instituições. Portanto, Gramsci não dilui o poder pelo tecido social, como o faz Foucault, mas o toma como algo mais amplo, que não se limita à

exclusividade dos “aparatos repressivos”, embora a eles também se remeta para designá-los como *locus* por excelência do poder. Desse modo, torna-se possível, num desdobramento da interpretação gramsciana, fazer uma distinção entre a política que se restringe à arena do Estado e dos partidos políticos, e o político como algo muito mais abrangente, constitutivo de todo o tecido social, nas suas diversas manifestações de relações de poder.<sup>7</sup>

Gramsci, ao ampliar o terreno da política, reconhecendo o político e enfatizando o terreno das diversas práticas sociais como terreno de luta política, atribui ao terreno da cultura um papel positivo. Mais que positivo, o terreno da cultura em Gramsci assume papel fundamental quando este autor destaca a idéia de consentimento ativo como essencial para a construção da hegemonia. É no terreno da cultura que se torna possível a construção deste tipo de consentimento, através da transformação das práticas e valores do amplo e plural conjunto de atores no interior da sociedade. Neste sentido, Gramsci reconhece o terreno da cultura como terreno privilegiado no processo de transformação social<sup>8</sup>. Não a cultura política, mas a cultura, porque, nesta perspectiva, toda a cultura é política<sup>9</sup>.

O campo da cultura deve ser definido para além de um sentido mais restrito de produção e consumo de bens culturais, devendo ser concebido como campo simbólico da

---

<sup>7</sup> Esta distinção não é nova e é utilizada por diversos autores. Renato Ortiz, por exemplo, já propõe esta mesma distinção no seu trabalho: ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 10.

<sup>8</sup> De forma semelhante a Gramsci, Raymond Williams colocou a cultura como força central da transformação social, através de uma concepção de hegemonia que se remete ao teórico italiano, numa perspectiva que inclui “as forças sociais e culturais ativas que são seus elementos necessários” (Williams, 1977:111). Para uma caracterização da obra e da importância de Raymond Williams no contexto do debate britânico ver SARLO, Beatriz. *Paisagens urbanas*. São Paulo: EDUSP, 1997.

<sup>9</sup> Faço esta distinção aqui para tornar mais clara a opção por uma perspectiva que se diferencia dos estudos tradicionais de cultura política. O conceito de cultura política como o conjunto de orientações e atitudes a respeito da política, se consolidou no meio acadêmico no fim da década de 50, a partir de pesquisas realizadas por Almond e Verba junto a um grupo da Universidade de Chicago. O clássico *The Civic Culture* destes dois autores, editado pela primeira vez em 1963, se dispôs a estudar o papel dos valores e predisposições políticas de cinco nações – Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Alemanha e México – e relacioná-los com o desempenho da democracia nestes países (Almond & Verba, 1965). A partir daí seguiu-se uma série de estudos nesta direção. No Brasil tem havido diversos estudos que examinam a cultura política da sociedade brasileira numa tentativa de “medir” a adesão da mesma às instituições básicas da democracia e aos valores democráticos como direitos de associação, liberdade de expressão, pluralidade de posições, competição eleitoral, etc., tal como o estudo, hoje já clássico de Moisés (1995), entre outros (como por exemplo: Baquero, 1994). O estudo que aqui se realiza até passa pela análise dos valores dos indivíduos entrevistados em relação à política e suas instituições básicas, mas vai além, no sentido de avaliar representações que fogem ao mundo da política tal como tradicionalmente definida pelos estudos mais comuns da Ciência Política, passando por valores que dizem respeito à vida cotidiana das pessoas sem relação com a “política”.

prática social no qual surgem valores, linguagem, costumes e representações. A cultura constitui um processo pelo qual os homens se orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica, que é atributo fundamental de toda prática humana (Durham, 1977). Todas as instituições da vida social produzem (e, em certo sentido, são produzidas por) tramas, “tecidos” simbólicos culturais, que definem o sentido mesmo destas instituições. O cultural não é pois inferior nem superior, não está na base ou na superestrutura, mas atravessa ambas, outorgando-lhe sentido (Grüner, 1990). E é por isso que a cultura não intervém na esfera da política, mas é constitutiva dela e vice-versa. Isto significa reconhecer que o campo da cultura é um campo simbólico da prática social no qual surgem valores, linguagem, costumes e representações, que representam também manifestações políticas.

A partir desta reflexão baseada em Gramsci, o campo da cultura torna-se objeto de especial interesse e o dia-a-dia das pessoas passa a se apresentar como um espaço fecundo de análise para a extensão e o aprofundamento da democracia no Brasil, principalmente quando esta análise se remete às classes subalternas - àquelas parcelas da população mais exploradas e marginalizadas pelo modelo de democracia sob o qual se vive na sociedade brasileira.

#### 1.4 A propósito das classes subalternas

Diversas denominações são utilizadas para se designar as camadas mais baixas da sociedade. Atualmente, quando se examina a produção acadêmica a respeito dessa população nota-se que tem sido muito comum a utilização de denominações mais abrangentes, que incluem vários setores representantes destas camadas, em substituição a conceituações mais rigorosas, como a conceituação marxista, por exemplo<sup>10</sup>

Na teoria marxista, as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados por seu lugar no processo de produção, diferenciadas pela ausência ou não do controle dos

---

<sup>10</sup> Sobre esta substituição dos conceitos marxistas no caso da pesquisa antropológica ver DURHAM, Eunice. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas”. in: DURHAM, Eunice *et al.* *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 27-29. Para Uma abordagem deste tema na sociologia consultar OLIVEIRA, Francisco de. *Classe e identidade de classes em Salvador, mimeo*, 1985.

meios de produção e pela propriedade ou não desses meios e do produto final. O conceito marxista de classe, portanto, é muito bem definido e se refere a um dado específico da realidade – a relação com os meios de produção. Porém, esta definição rigorosa não dá conta da realidade. Os segmentos sociais que ocupam as posições mais inferiores na pirâmide social são extremamente heterogêneos, principalmente em países como o Brasil, onde os empregados do setor terciário, os “biscateiros” ou trabalhadores por conta própria têm peso considerável na população economicamente ativa, especialmente nas faixas de renda mais baixas, e o trabalho industrial é caracterizado por ser irregular e rotativo. Assim, conceitos como o de classes populares, camadas inferiores, setores subalternos, entre outros, têm sido cada vez mais utilizados como formas mais genéricas de se referir a esta população.

O uso alternativo de conceitos mais abrangentes, de um lado, resolve o problema da rigidez da delimitação das fronteiras de classes utilizada pelo marxismo, mas por outro lado, demonstra a falta de um conhecimento mais preciso sobre as formas de articulação entre as várias categorias que compõem as camadas mais baixas da sociedade.

Numa perspectiva alternativa os atores são identificados a partir de suas próprias categorias de identificação. Como categoria de auto-identificação, o identificar-se como pobre no Brasil, é certamente a principal referência que os membros destas camadas utilizam para descrever a situação e o lugar que ocupam na sociedade. A diferença entre pobres e ricos é uma desigualdade básica em nossa sociedade que é imediatamente percebida por aqueles que se autodenominam pobres e que, como pobres, vêem-se compartilhando de certa homogeneidade nas suas condições de vida, demarcada pela precariedade de acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à renda e, conseqüentemente, ao consumo, em contraste com aqueles que lhes são socialmente opostos.

“Tudo se passa como se a relativa exclusão que os ‘pobres’ sofrem nos campos educacional e político terminasse por fazê-los compartilhar de alternativas culturais, religiosas e políticas cuja unidade está na presença de um mesmo conjunto heterogêneo mas limitado de práticas e projetos que podem ser utilizados de modo alternado, sucessivo ou simultâneo. Desta pluralidade de práticas participam tanto os operários quanto os biscateiros, tanto os homens

quanto as mulheres e, em certa medida, tanto os jovens quanto os adultos.”

(Zaluar, 1994: 34)

É importante levar em consideração esses formatos de auto-identificação porque através deles é possível apreender as formas como “a população articula sua experiência de vida social e ordena sua prática coletiva” (Durham, 1986: 33). Porém, esta auto-identificação não nos pode fazer perder de vista a análise mais ampla do funcionamento da sociedade que as lentes das ciências sociais tornam possível. Neste sentido, a meu ver, a referência à problemática das classes sociais é imprescindível<sup>11</sup>.

O identificar-se como pobre mostra que esta população percebe a desigualdade a que é submetida na sociedade em que vive. Desigualdade esta vivida por um universo de carências de vários tipos. Mas, embora a distinção entre a pobreza e a riqueza se refira à divisão social existente na sociedade - entre os que “possuem” e os que “não possuem”, tanto no que se refere aos bens de consumo, quanto ao acesso à saúde, à educação, ao lazer, e os que “mandam” e os que “obedecem” - não se remete diretamente a ela como o faz a terminologia de classes sociais, que busca dar conta da divisão social entre as classes sociais e traz como idéia principal a luta de classes, mostrando de forma mais clara e evidente a oposição entre essas classes e seus conflitos.

A dificuldade, porém, da utilização de termos que preservem à problemática das classes sociais está no fato destas populações apresentarem uma multiplicidade de atitudes e comportamentos que não podem ser homogeneizadas por meio de uma identificação que se remeta a um sujeito único. É por isso que atualmente há uma forte tendência, principalmente na antropologia, de utilizar denominações que abdicuem da tarefa de enfrentar o esforço de uma delimitação rigorosa das fronteiras das classes, camadas ou grupos, deslocando-se para o campo da compreensão específica da prática dos atores em movimento, ou seja, referindo-se muito mais aos moradores da periferia de São Paulo, aos moradores do bairro São Miguel, à população da favela da Rocinha, aos participantes do movimento pela moradia, etc., do que às classes populares, por exemplo. Os agentes

---

<sup>11</sup> Sobre a utilização do conceito de classes na pesquisa social ver PRETECEILLE, Edmond. “O conceito de classe social na pesquisa urbana”. *Dados*, Vol. 31, n° 2, 1988.

passam a ser identificados a partir de cada situação e não mais por referência a uma classe ou categoria social pré-determinada.

Referências deste tipo evitam afirmações generalizantes a respeito de um amplo sujeito supostamente homogêneo e quando se fala, sabe-se de quais atores exatamente está se falando. Por outro lado, deixam de focar a luta de classes entre dominantes e dominados, a partir do momento em que se enfoca a realidade dos dominados sem levar em consideração a sua relação com os dominantes. Neste sentido, é que neste trabalho procuro fazer uso da definição de classes subalternas, ao referir-me ao conjunto mais amplo dos indivíduos que constituem as camadas mais baixas da sociedade, ao mesmo tempo em que busco especificar a quais atores me refiro neste conjunto, para não incorrer no risco de homogeneizar os atores das classes subalternas.

Conquanto se queira romper atualmente com essa idéia das classes subalternas como um bloco homogêneo, historicamente estas classes foram tratadas como uma “categoria” única, que se contrapunha às outras que compunham a estrutura social e que lhe eram opostas, e assim foi analisada e pensada, e várias representações a seu respeito foram criadas. Para se pensar no papel que exercem as classes subalternas hoje, é importante traçar este trajeto de representações historicamente construído a respeito das classes subalternas.

Embora no centro das atenções de grande parte dos cientistas sociais, as classes subalternas foram tratadas durante muito tempo como uma massa passiva, sem propensão à organização e dócil à manipulação política, não ocupando, em grande medida, o lugar da renovação ou da transformação. Multiplicaram-se os estudos que se dedicaram a descrever os obstáculos políticos e institucionais à expressão e organização das classes subalternas (Zaluar, 1994). Muitos destes estudos buscaram explicar a ausência das classes subalternas na cena política destacando suas formas de pensar e de agir como uma espécie de deformidade intrínseca a essas populações, nas quais suas manifestações sociais, políticas e culturais seriam obstáculos a uma ação política consciente (Zaluar, 1994).

Na década de 60 se desenvolveu uma corrente de pensamento sobre as classes subalternas conhecida como “cultura da pobreza”, que teve grande influência no pensamento social sobre estas classes e que tem Oscar Lewis como um de seus mais importantes representantes. Para esta corrente teórica, devido à situação dos “pobres” em

uma sociedade estratificada e altamente individualista, como a capitalista, estes desenvolveriam uma cultura própria. Segundo Lewis: “a cultura da pobreza é por sua vez um esforço de adaptar-se e uma reação dos pobres ante sua posição marginal em uma sociedade capitalista, de estratificação classista e vigoroso individualismo” (1966: 11). Esta cultura se caracterizaria por “um mínimo de organização além do nível da família nuclear e estendida” pois “a falta de participação efetiva e de integração do pobre nas instituições mais importantes da grande sociedade é uma das características cruciais da cultura da pobreza.”(Lewis, 1966 :12/16). Isto se manifestaria numa propensão à apatia, à falta de interesse na política, à ausência de cultura de classe e se explicaria por uma pobreza cultural devido ao desconhecimento do estoque simbólico da sociedade mais abrangente.

Esta interpretação dava margem a formulações a respeito do estágio da consciência popular que assinalavam que a única coisa que moveria estas massas subalternas, ou seja, que as retiraria da apatia, seriam questões imediatas, como a fome, por exemplo. Os “pobres” não encontrariam incentivo em participar ativamente da política, pois estariam preocupados em satisfazer suas necessidades materiais. Nesta interpretação, as classes subalternas só agiriam por motivos de subsistência. O povo só compareceria à vida pública quando algo se interpusesse entre a sua mão e a sua boca.

Esta postura, tomada implicitamente pela corrente da cultura da pobreza, como afirma seu crítico Charles Vallentine (1968), desacreditava na possibilidade das classes subalternas criarem seu próprio estoque simbólico, o que levava a supor que a pobreza tinha o mesmo significado em qualquer parte do mundo. Lewis confirma essa postura quando afirma que “a cultura da pobreza transcende as diferenças regionais, rurais, urbanas e nacionais e mostra extraordinárias semelhanças no que se refere a estruturas familiares, relações interpessoais, orientação em matéria de tempo, sistemas de valores e esquemas de consumo.” (Lewis, 1966 : 09)

Ora, essa corrente deixou de considerar toda a diversidade de práticas culturais existentes entre as classes subalternas - as mais variadas formas de viver sua pobreza, além de desconsiderar as diversas formas de organização e de resistência desenvolvidas entre elas. Os seus críticos no Brasil (Valladares, 1980; Berlinck e Hogan, 1978) ressaltaram as diferenças culturais no interior das classes subalternas e como essas diferenças se relacionam com a interação a que estão submetidas com as outras classes da sociedade em

que se inserem, e não a uma cultura que lhes é exclusiva. Sublinhar a existência dessas características supostamente intrínsecas às classes subalternas acabava desviando a atenção da discussão para as relações de poder existentes na sociedade. Uma suposta cultura própria às classes subalternas ofuscava o fato de que na dinâmica das relações entre as classes, umas dominam as outras. Uma dominação que não é jamais completa e absoluta, atravessada por negociação, tensão e resistência, mas que marginaliza e joga a segundo plano as classes subalternas, a considerar a sociedade autoritária em que vivemos.

Na mesma direção dos críticos da cultura da pobreza, houve uma série de críticas à suposta marginalidade das populações faveladas nas grandes cidades, veiculada neste período por intelectuais, políticos e pessoas da “boa sociedade”. Janice Perlman (1977), por exemplo, ao estudar as populações faveladas do Rio de Janeiro, afirmou que existia uma série de estereótipos em relação a estas populações, que denominou de “mitos da marginalidade”. “Suas favelas ‘imundas e insalubres’, imagina-se, exibem todos os sintomas da desorganização social – desde a desintegração da família, a anomia, a desconfiança mútua, até o crime, a violência e a promiscuidade.”(Perlman, 1977: 28). Contrariando algumas crenças comuns, esta autora negou que estas pessoas se caracterizassem pelo isolamento, desorganização interna, tradicionalismo, cultura pobre, parasitismo econômico e apatia política. Ao concluir seu trabalho afirmava:

“(…) comprovei que as crenças comuns são totalmente equivocadas: os favelados e suburbanos *não* possuem as atitudes ou comportamentos supostamente associados aos grupos marginais. do ponto de vista social, são bem organizados e coesos, e utilizam amplamente o meio e as instituições urbanas. Do ponto de vista cultural, são muito otimistas e aspiram a uma educação melhor para os filhos e a melhoria de suas casas (...) e se esforçam para conseguir seus objetivos. Quanto ao ponto de vista econômico, trabalham muito (...) e constroem não apenas a própria casa mas ainda grande parte da infra-estrutura urbana e comunitária. (...) Politicamente, não são nem apáticos nem radicais, têm consciência e participam ativamente daqueles aspectos da

política que lhes afetam a vida mais diretamente, tanto dentro, como fora da favela.” (Perlman, 1977: 286)<sup>12</sup>

No pensamento sociológico brasileiro foi no plano do pensamento político da Primeira República que se criou pela primeira vez uma representação sistemática sobre as classes subalternas, ancorada em autores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Alberto Torres<sup>13</sup>. Esta representação do “caráter popular” deixou alguns traços que perduraram na construção de uma certa identidade nacional das classes subalternas que têm como seus principais traços:

“(…) primeiro, a heterogeneidade de sua composição, que impediria qualquer construção ordenada sobre sua identidade como povo único e singular; segundo, o efeito nefasto que esta heterogeneidade provocaria sobre a capacidade de ação política coletiva popular, exigindo uma intervenção de fora que incorporasse e organizasse este povo disperso; terceiro, a falta crônica de aptidão para a coletivização que este povo sofreria, pois os grupos que o compõem seriam carentes de integração entre si e com o resto da sociedade, portanto, sem vocação para a solidariedade e para a universalidade.” (Sader & Paoli, 1986: 42).

Apesar das críticas recebidas, criou-se um modelo que teve influência em todo o pensamento intelectual do século e nas interpretações políticas e acadêmicas posteriores, e que acabou resistindo, em certos aspectos, como fórmula da “identidade popular” (Sader & Paoli, 1986). Essa matriz de pensamento toma as práticas culturais das classes subalternas como um problema, “como obstáculos sociais e políticos, pois não apenas representam dispersão e particularismo de forças como, pior ainda, são dinâmicas culturais que não geram política no sentido do processo postulado”. (Sader & Paoli, 1986: 45).

---

<sup>12</sup> Ver PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>13</sup> Sobre este tema tratado por estes três autores consultar VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973; TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933 e AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.

A defesa na época em que se elaborou esta interpretação das classes subalternas era a de que se apagasse a diversidade de experiências destes grupos em favor de uma homogeneidade, condição necessária para a sua participação “política”. Portanto, a sua transformação histórica viria de algo que lhe seria externo e é aí que aparece a figura do Estado como agente que poderia proporcionar essa transformação. Este imaginário adentrou pelo integralismo (anos 30), pelas reformulações do comunismo (anos 40 e 50), pelo pensamento nacionalista (anos 50) e também pelo aparato conceitual das ciências sociais, quando os analistas tentaram produzir seu próprio retrato das classes subalternas (Sader & Paoli, 1986), como forma de compreensão destas classes baseada em uma espécie de “caráter nacional”, de propensão natural delas à não participação “política” e à falta de organização.

Os autores que constroem estas primeiras imagens das classes subalternas<sup>14</sup> têm como pano de fundo a temática da modernização nos anos 50, com a transição para uma sociedade industrial e urbanizada, na qual havia uma percepção de que imensa parcela da sociedade brasileira de origem rural, continuaria a viver em função das possíveis raízes culturais de um comportamento “tradicional” mesmo no meio urbano<sup>15</sup>. Ao lado desta temática da modernização, têm-se os movimentos políticos da classe operária europeia como modelo e as proposições marxistas sobre a classe operária. Com base nestes modelos, estes autores montaram uma imagem das classes trabalhadoras cujo traço central é negatividade “a falta de uma identidade social e política coletiva, a falta de uma coerência e racionalidade a partir de sua posição objetiva no processo de produção, a falta de uma consciência adequada de classe, a falta de uma autonomia mínima de movimentação coletiva solidária”. (Sader & Paoli, 1986: 49)

---

<sup>14</sup> Segundo Sader e Paoli os autores que constroem as primeiras imagens das classes populares dentro do ambiente acadêmico são: Juarez Rubens Brandão Lopes, Alain Touraine, Fernando Henrique Cardoso, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues e Azis Simão. Ver SADER, Eder. & PAOLI, Maria Célia. “Sobre as ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro”. in: DURHAM, Eunice *et al.* *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 48/49.

<sup>15</sup> Sader e Paoli afirmam esta percepção em função da célebre imagem dos “dois Brasis” de Jacques Lambert citado in: SADER, Eder. & PAOLI, Maria Célia. “Sobre as ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro”. in: DURHAM, Eunice *et al.* *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 47.

Embora a presença social e política das classes subalternas não fosse totalmente desconsiderada e anulada, esta negatividade trazia imagens pessimistas em relação a elas e às suas possibilidades históricas.

Entretanto, entre o início dos anos 70 e meados dos anos 80 este panorama começa a se alterar. Vários autores começam a voltar o olhar para as classes subalternas com “outros olhos”, mais otimistas. Paul Singer e Vinícius Caldeira Brandt organizam um livro *São Paulo: o povo em movimento* em 1980, cuja primeira afirmação escrita por Brandt é a seguinte: “Grande parte dos estudos sobre as classes populares urbanas no Brasil dedica-se à explicação de sua ausência do cenário político e dos grandes embates sociais. Este livro trata da sua presença” (Brandt, 1982: 09).

É justamente da presença das classes subalternas que vão tratar vários estudos realizados a partir deste período. A possibilidade desta questão emergir rompendo com a noção de “classe atrasada” e sujeita ao conformismo, parece ter surgido com a emergência dos movimentos sociais no final da década de 70 e início da década de 80. O aparecimento destes movimentos, na maioria de base popular, cria um extraordinário momento de lutas políticas com o qual se defrontam os pesquisadores das ciências sociais dos anos 80, que vêem derrubadas várias das teses anteriormente formuladas a respeito das classes subalternas.

A partir daí, a idéia do “povo como sujeito” começa a comparecer intensamente no cenário nacional, ganhando significação positiva no pensamento dos cientistas sociais. Abre-se um novo tempo – “a vez e a voz do popular”<sup>16</sup>. Nunca como neste período as idéias de participação popular ganharam tanta significação no pensamento sociológico de esquerda. Inaugurou-se uma concepção centrada na capacidade ativa das classes subalternas, na qual não havia mais lugar para o culto do “Estado-nação”, nem para a ação das vanguardas que conscientizariam massas amorfas e passivas. (Doimo, 1995)

---

<sup>16</sup> Referência ao título do livro de Ana Maria Doimo que analisa a emergência dos movimentos sociais neste período. Ver DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará (ANPOCS), 1995.

## 1.5 Para além das potencialidades das classes subalternas “organizadas” frente a construção democrática

A partir desta nova reflexão multiplicaram-se os estudos sobre as organizações populares que se tornam objeto de atenção e interesse na medida em que as classes subalternas se organizam em associações e protagonizam movimentos reivindicativos. Propagam-se os estudos sobre as organizações por melhores condições de vida, por melhores salários, por maior participação na vida política, por educação, por saúde, por moradia. Deste modo, o estudo sobre os movimentos sociais tem despertado o interesse de muitos autores que têm como preocupação teórica a extensão e o aprofundamento da democracia.

Muitos destes estudos têm se voltado mais para as práticas culturais destes movimentos do que para a análise das lutas dos movimentos em si, nas suas reivindicações e seus interesses, reconhecendo a capacidade destes movimentos de criar novas visões de uma sociedade democrática, redefinindo o sentido da política, reconhecendo o mundo da política como algo muito mais amplo do que a esfera do Estado e dos partidos, rompendo com práticas políticas de organização dos setores subalternos caracterizadas pelo favoritismo, clientelismo e tutela, e criando novas visões de direito e da cidadania<sup>17</sup>, que se constroem na tentativa de ampliar a própria noção de democracia.

Porém, outras práticas e outros valores construídos na experiência do dia-a-dia daqueles subalternos que não necessariamente participam de manifestações ou organizações coletivas não são muito levadas em conta, consideradas menos “respeitáveis” e “relevantes” ou então como “obstáculos à percepção dos interesses e a uma ação política conseqüente” (Magnani, 1984:19).

---

<sup>17</sup> Algumas referências importantes neste sentido são: EVERS, Tilman “Identidade – a face oculta dos movimentos sociais”. *Novos estudos Cebrap*, nº 4, 1984; DURHAM, Eunice. “Movimentos Sociais – A construção da cidadania”. *Novos estudos Cebrap*, nº 10, 1984; BAIRLE, Sergio. “Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80, 1992. *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.*; DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”, in: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. *Cultures of politics. Politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. Colorado and Oxford: Westview Press, 1998.

Tal entendimento decorre do fato de serem menos comuns, com relação a estas parcelas das classes subalternas, as expectativas de criação e experimentação de novas práticas políticas e novas formas de sociabilidade, assim como de novas percepções. Geralmente o que se espera, neste caso, são concepções de direitos, cidadania, de política e da própria democracia que se remetem aos tradicionais modelos e padrões autoritários da sociedade brasileira.

A construção da cidadania no Brasil teve como sua primeira expressão um modelo de “cidadania concedida”, construída no âmbito da sociedade escravocrata, na qual os homens livres e pobres se viam sujeitos ao favor e à dádiva dos senhores de terras (Sales, 1994). Sem direitos garantidos, estes homens buscavam na figura do senhor de terras um provedor forte que fosse capaz de assegurar-lhes proteção e benefícios através de favores. Deste modo, a dádiva substituiu os direitos básicos da cidadania no liberalismo importado que aqui se implantou e representou, na realidade, a não cidadania do homem livre e pobre, que dependia de favores para poder usufruir de quaisquer elementos básicos da cidadania. Este modelo de cidadania incorporou-se na cultura brasileira, sobrevivendo à Abolição da escravidão, expressando-se de forma peculiar no coronelismo e conservando-se nos mecanismos de patronagem e clientelismo (Sales, 1994: 27) até os dias de hoje.

Nos anos 30, a atribuição dos direitos dos trabalhadores “concedida” pelo Estado reafirmou os padrões de relacionamento baseados na dádiva e na outorga, centrado agora na figura do Estado como provedor e não mais na figura do senhor de terras, em um modelo de “cidadania regulada”, como denomina Santos (1979). Regulada porque este modelo de cidadania se baseava em um modelo de cidadania restrita e que se referia apenas àqueles cidadãos que trabalhavam nas atividades profissionais reconhecidas por lei; os outros cidadãos, cuja ocupação o Estado não reconhecia, eram “pré-cidadãos”. Tratava-se de um modelo de cidadania que marcava um estilo muito excludente de reconhecimento de direitos sociais. Um modelo que não se fundava em vínculos universalistas, princípio elementar da cidadania liberal, no qual todos os indivíduos de uma comunidade política eram igualmente reconhecidos como portadores de direitos. Nele,

“(…) os direitos do cidadão são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal”. E “o instrumento jurídico

comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico” (Santos, 1979: 76).

A associação entre cidadania e ocupação estabelecida no modelo de cidadania implantado em 30 no Brasil cria uma lógica de atribuição de direitos baseada no trabalho que irá penetrar o imaginário da sociedade brasileira. Ainda hoje perdura de forma expressiva a lógica da cidadania regulada na qual são reconhecidos como cidadãos, portadores de direitos, somente os que trabalham e não todos os membros de uma comunidade política.

Estas matrizes de representações e práticas políticas são bastante fortes e presentes na realidade brasileira. As evidências destas matrizes levam a que se torne comum esperar entre as classes subalternas que não participam de movimentos populares, concepções de cidadania e de direitos pautadas pela dádiva, nas quais os direitos são tidos como doações de algum provedor forte ou são obtidos por meio de práticas clientelistas e de trocas de favores, quando os indivíduos não se colocam como cidadãos exigindo seus direitos, e sim como clientes submetidos a uma permuta. É comum também esperar concepções de cidadania pautadas pela lógica da cidadania regulada na qual somente aqueles indivíduos que trabalham, no interior destas classes, é que são vistos como cidadãos. Outras visões alternativas como visões de cidadania que transcendam a concepção liberal e as práticas autoritárias do Estado, e de direito que não se limitem a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, mas se remetam à possibilidade da construção de novos direitos, são esperadas somente no seio dos movimentos sociais e na sua relação com eles.

Com relação à política, o sentido que ela assume em nosso país transparece, sobretudo, na tradição centralizadora e estatista em que o Estado é tomado como o principal agente da atividade política e da transformação social, pelo menos desde os anos 30 (Dagnino, 1998), quando emerge um projeto tutelar do Estado, centralizador e normatizador das relações entre as classes sociais. Ao caráter extremamente forte do papel do Estado na política, correspondeu uma visão bastante modesta do papel da sociedade civil, que se via com poucas possibilidades de participação política diante deste “super

Estado” que, se apresentando como benfeitor, desarticulava sua organização quando não a reprimia diretamente (Coutinho, 1984).

Em torno destes significados construídos historicamente, a política firmou-se como algo distante e quase que inalcançável para a maior parte da população, principalmente a mais desprivilegiada socialmente. Referida na maior parte das vezes, à ação específica do Estado e dos partidos, a política está longe de ser considerada como uma forma de ação que diz respeito ao conjunto de toda a sociedade. Na esfera do Estado, a persistência de uma prática política na qual as maiorias estão excluídas, reafirma este sentido da política pela ausência de mediações alimentada por práticas conhecidas de clientelismo, personalismo e trocas de favor que descaracterizam espaços formais de representação política e reforçam a arbitrariedade e a onipotência do poder e reproduz o estilo patrimonialista e oligárquico da gestão da coisa pública (O’Donnel, 1988). Gestão que, aliás, se dá sob a forma de privatização do público, onde as atividades supostamente públicas são exercidas de forma a representar os interesses privados das classes dominantes, dificultando a criação de um espaço público que, diferente de um espaço privatizado, torne possível a representação e a institucionalização dos interesses de toda a sociedade (O’Donnel, 1989).

Estas considerações tornam procedente considerar que na sociedade brasileira persiste um modelo de compreensão da política extremamente elitista, autoritário e excludente. Por certo tal modelo, legado por uma pesada herança autoritária, se manifesta em diversas práticas e representações disseminadas por toda a sociedade brasileira. No entanto, neste quadro da experiência brasileira, na qual a política parece se apresentar ao revés do que em princípio deveria representar nos parâmetros de uma democracia, encenam-se outras práticas e representações. A resistência ao regime autoritário nos anos 70 desencadeou um processo que despertou a sociedade civil, para além da luta contra a ditadura, para novas formas de fazer política, na qual ela assumia um papel fundamental (Dagnino, 1998). Neste contexto emerge uma concepção ampliada do espaço da política, que transcende os limites da política institucional relacionada à ação específica do Estado e dos partidos e enfatiza o papel político de outros agentes situados no terreno da sociedade civil.

Esta concepção ampliada de política é bastante presente nos movimentos populares mais organizados no interior da sociedade civil que questionam as formas mais tradicionais

de práticas políticas presentes na sociedade brasileira<sup>18</sup>, num processo de luta pela construção democrática no país. Porém, quando se volta o olhar para aqueles sujeitos que estão fora destes movimentos, espera-se uma concepção mais restrita e mais tradicional da política. Quando a análise se remete a eles é comum se esperar visões de política que se remetem a uma perspectiva restrita, voltada ao Estado e aos partidos políticos, como algo bem distante e que quase não lhes diz respeito (afora em alguns momentos de eleição em que participam do processo político), como se no seu dia-a-dia não se vissem como atores políticos, “fazendo política”. Ao não se reconhecerem como sujeitos políticos atuantes, em princípio, esperariam as mudanças do “alto”, sem enxergarem possibilidades de interferirem nesse processo e por isso pouco se organizariam, fechando-se cada qual no seu mundo privado, conformando-se às imposições do mundo da “política”.

O novo entendimento aqui proposto do dia-a-dia dos subalternos que não têm participação em organizações coletivas pode lançar luz à capacidade destes atores de também criar novas visões de uma sociedade democrática, para além daqueles sujeitos inseridos nas diversas formas de participação organizada existentes entre as classes subalternas. A partir desse novo entendimento torna-se possível reconhecer que o cotidiano destes “outros” subalternos, longe de ser um espaço de pura repetição, onde se reproduzem, tal e qual, os padrões de comportamento e valores instituídos pela sociedade, é um espaço de luta onde se produz a dominação e a resistência a ela.

Sob esta perspectiva este cotidiano passa de um espaço opaco - no qual há muito pouco que se analisar no que diz respeito a uma perspectiva de transformação social, já que neste espaço, em princípio, nada há que mude os aspectos fundamentais do modelo de sociedade em que se vive - a um espaço de especial interesse, configurando-se como um espaço fecundo de análise de práticas políticas que reproduzem os padrões autoritários de valores e comportamentos difundidos na sociedade, mas que também produzem novos formatos de práticas e concepções, num constante processo de criação e recriação.

---

<sup>18</sup> O resultado da pesquisa realizada por Evelina Dagnino *et al* (1998), já citada anteriormente, mostra isso.

## **CAPÍTULO 2**

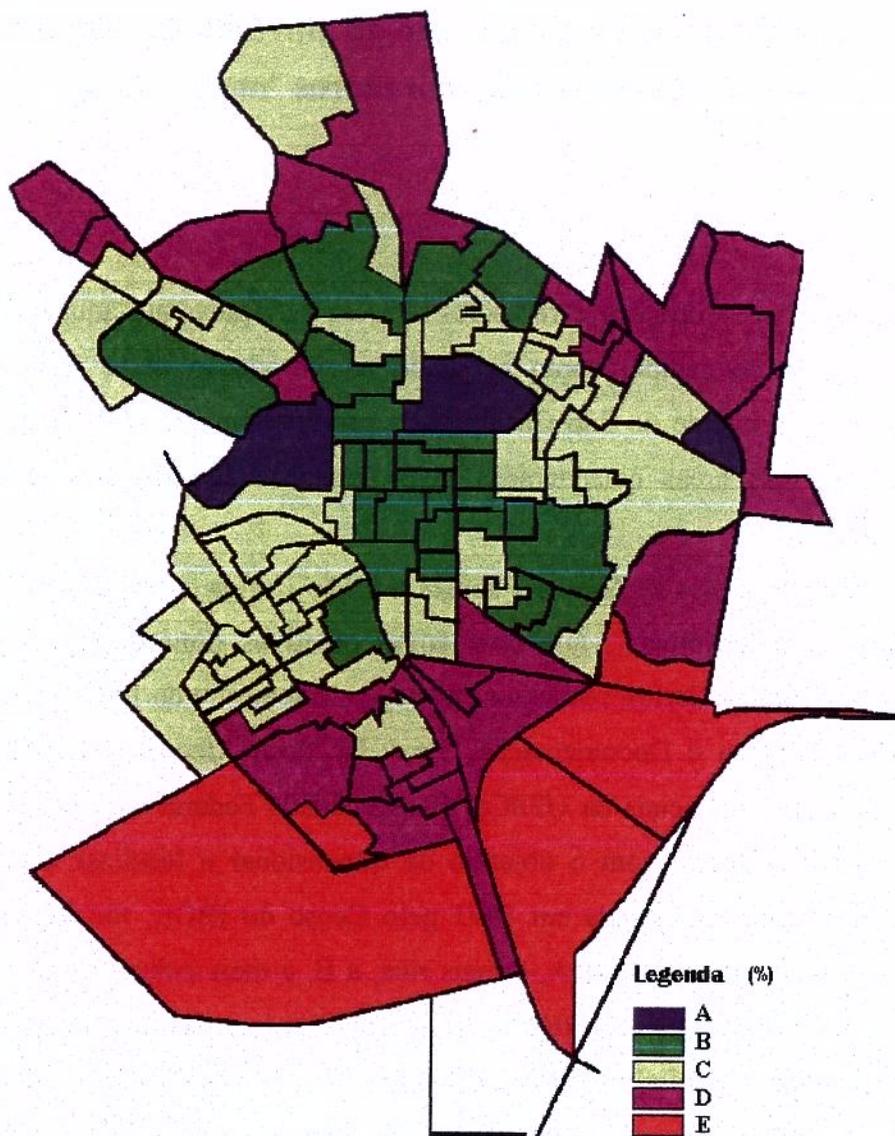
### **Questões de metodologia e a descrição do universo da pesquisa -a cidade de São Carlos e seus moradores "mais pobres"**

#### **2.1 A pesquisa**

O conjunto de preocupações e reflexões teóricas esboçadas até aqui me levou a realizar uma pesquisa de campo, como apontado na introdução desta dissertação. A pesquisa realizou-se na cidade de São Carlos. Nela tomei como universo de pesquisa a população residente nas áreas consideradas mais carentes segundo uma pesquisa já realizada anteriormente.

A pesquisa "Condições de Vida e Pobreza em São Carlos: a Questão da Pobreza. Uma Abordagem Interdisciplinar", que teve como objetivos dimensionar, localizar e qualificar a pobreza em São Carlos, realizou-se no segundo semestre de 1994, no âmbito do NPD (Núcleo de Pesquisa e Documentação "Prof. Dr. José Albertino Rodrigues") do Departamento de Ciências Sociais da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos). Na primeira etapa desta pesquisa, com o objetivo de dimensionar e localizar a pobreza, a população de São Carlos recenseada em 1991 pelo Censo do IBGE, foi distribuída em cinco categorias socioeconômicas: de A, a mais rica, a E, a mais pobre. Essas categorias foram criadas a partir dos seguintes critérios: os valores dos terrenos que serviam de base para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e as condições de habitação e do entorno, a partir de impressões de alguns agentes imobiliários e de alguns recenseadores do Censo do IBGE de 1991 que auxiliaram na classificação das áreas dentro do continuum de A a E.

## Mapa de São Carlos com a divisão das categorias socioeconômicas



Fonte: Pesquisa "Condições de Vida e Pobreza em São Carlos: a Questão da Pobreza. Uma Abordagem Interdisciplinar" NPD - Núcleo de Pesquisa e Documentação "Prof. Dr. José Albertino Rodrigues"-DCSo/ UFSCar, 1994.

Esta etapa da pesquisa permitiu o mapeamento das áreas de pobreza e de riqueza na cidade de São Carlos, a partir dos locais de moradia. O meu objetivo era trabalhar com a população mais carente da cidade e este mapeamento tornava possível a localização desta população, concentrada nas categorias D e E.

No entanto, localizada a “pobreza” e a “riqueza” em São Carlos, a pesquisa “Condições de Vida” partiu para uma segunda etapa que consistiu na sua qualificação através do levantamento de dados da população residente nestas áreas a partir de cinco dimensões: acesso à saúde, à renda, à educação, à habitação e ao emprego. Na dimensão da saúde foram consideradas carentes as famílias que dependiam do Sistema Unificado de Saúde (SUS); em renda, as famílias que possuíam rendimentos inferiores a 2 salários mínimos por adulto equivalente; em educação, as famílias nas quais os chefes da família não possuíam escolaridade básica – primeiro grau completo; em habitação as famílias que residiam em imóvel construído com material adaptado ou moravam em domicílios com menos de três cômodos básicos (quarto, sala e cozinha) ou utilizavam coletivamente com outras famílias banheiro, tanque ou cozinha ou aquelas que para dormir serviam-se de outro cômodo, além dos quartos; e, finalmente, na dimensão do emprego, as famílias consideradas vulneráveis no mercado de trabalho, a partir da qualidade de inserção e situação de vulnerabilidade dos membros da família.<sup>1</sup>

Esta segunda etapa mostrou que havia uma certa heterogeneidade das famílias que habitavam na mesma categoria socioeconômica em relação às dimensões trabalhadas, tanto nas regiões de menor carência – as categorias A e B e na região intermediária – categoria C, quanto nas regiões de maior carência – categoria D e E. No caso das regiões de maior carência, a categoria E demonstrou um nível mais acentuado de carência, além de apresentar uma maior regularidade com relação a este aspecto, enquanto que a categoria D oscilou mais nos níveis de carência, muitas vezes chegando a números que se igualavam aos da categoria C e em alguns casos até mesmo os ultrapassava. Isto fica claro quando se apresenta a tabela a seguir que mostra os níveis de carências nas cinco dimensões trabalhadas, para cada uma das categorias socioeconômicas.

---

<sup>1</sup> A qualidade de inserção no mercado de trabalho da população economicamente ativa foi associada à falta de acesso ao trabalho, rendimentos baixos, inserção no setor informal e idade inapta para o trabalho. Além disso, considerou-se a hierarquia de postos de trabalho homogêneos, medida através da capacidade de gerar renda, a rotatividade e a continuidade no local de trabalho, apreendida pela não interrupção do trabalho nos últimos três meses. Esses critérios permitiram classificar a qualidade da inserção do indivíduo no mercado de trabalho em seis níveis: muito ruim, ruim, regular, boa, muito boa ou ótima. A situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho foi definida pela agregação desses seis níveis considerando-se vulnerável a qualidade de inserção muito ruim ou ruim; intermediária, a regular; e não-vulnerável, a boa, muito boa ou ótima. Combinando a qualidade de inserção do chefe da família e de outro membro da família melhor posicionado no mercado de trabalho, construiu-se a tipologia de vulnerabilidade da família no mercado de trabalho que a distinguiu de acordo com três níveis de carência: vulnerável, intermediário e não vulnerável.

TABELA 1

Distribuição das famílias, por categoria socioeconômica, segundo tipos de carência. São Carlos, 1994.

Em porcentagem

Tipo de Carência	Categoria socioeconômica				
	A	B	C	D	E
<b>Situação de Vulnerabilidade no Mercado de trabalho</b>					
Vulnerável	40	31	38	38	51
Intermediário	13	17	14	17	13
Não-vulnerável	47	52	48	45	36
Total	100	100	100	100	100
<b>Níveis de Renda</b>					
Miseráveis	-	5	5	3	20
Indigentes	7	5	17	13	33
Pobres	7	18	32	46	33
Não-pobres	87	72	46	38	13
Total	100	100	100	100	100
<b>Condição de habitação</b>					
Carente	-	3	13	10	39
Não-carente	100	97	87	90	61
Total	100	100	100	100	100
<b>Grau de escolaridade</b>					
Baixo	7	27	51	48	74
Médio	33	42	38	49	26
Alto	60	31	12	4	-
Total	100	100	100	100	100
<b>Tipo de Acesso a Serviços de Saúde</b>					
Seguridade Social	33	39	69	66	81
Medicina de Grupo	53	55	30	30	16
Medicina Privada	13	6	1	4	3
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa "Condições de Vida e Pobreza em São Carlos: a Questão da Pobreza. Uma Abordagem Interdisciplinar" NPD - Núcleo de Pesquisa e Documentação "Prof. Dr. José Albertino Rodrigues"-DCSo/ UFSCar, 1994.

Nota-se por esta tabela que em todos os tipos de carência familiar trabalhadas nesta pesquisa, a categoria E sobressai como categoria onde mais se concentram as famílias mais carentes na cidade de São Carlos. Já no caso da categoria D, considerada também região de carência, esta concentração não ocorre tão explicitamente e sua situação, por vezes, assemelha-se à da categoria C, com uma diferença pequena entre estas duas categorias. Em alguns casos, chega a aparecer um número maior de famílias carentes na categoria C do que na categoria D. Com relação à inserção no mercado de trabalho o número de famílias em

situação de vulnerabilidade é igual nas duas categorias. Em renda têm-se mais miseráveis e indigentes na categoria C do que na D, o que evidencia um número maior de famílias carentes na primeira categoria. O mesmo se repete em habitação, em escolaridade e em saúde.

Tendo em conta estas evidências, optei por trabalhar somente com a categoria E na minha pesquisa, considerando o meu interesse em trabalhar com os mais carentes na cidade de São Carlos. Deste modo, das cinco categorias criadas pela pesquisa somente a categoria E passou a compor o meu universo de pesquisa.

A partir deste universo mais amplo – a categoria E - busquei construir uma amostra para a realização da minha pesquisa. A pesquisa anteriormente citada tinha criado suas amostras para cada categoria socioeconômica<sup>2</sup>. A seguir apresento uma tabela mostrando a composição da amostra dessa pesquisa.

---

<sup>2</sup> A escolha dos domicílios amostrados na pesquisa “Condições de Vida e Pobreza em São Carlos: a Questão da Pobreza. Uma Abordagem Interdisciplinar” realizou-se em vários estágios. Primeiro sorteou-se a posição que os domicílios deveriam ocupar nos setores censitários, utilizando-se uma tabela de dígitos aleatórios. Depois, com base no mapa dos setores censitários, reconheceu-se o ponto de partida, o primeiro domicílio amostrado, a partir do qual, em sentido horário, identificaram-se os demais domicílios amostrados (respeitando-se a posição selecionada aleatoriamente). Pela média do número de domicílios do quarteirão, elaboraram-se quadros de prováveis endereços dos domicílios amostrados. Em campo estes quadros precisaram ser revistos na medida em que o número de domicílios por quarteirão afastava-se da média.

TABELA 2

Composição da amostra da pesquisa "Condições de Vida em São Carlos: a Questão da Pobreza. Uma Abordagem Interdisciplinar." São Carlos, 1994.

Categoria Socioeconômica	Domicílios		Domicílios Amostrados		%
	N	%	Previstos	Alcançados	
A	2008	4.5	15	15	100
B	9564	21.44	70	62	88.57
C	21053	47.19	147	138	93.88
D	10267	23.01	142	136	95.77
E	1721	3.86	72	<b>70*</b>	97.22
Total	44613	100	446	421	94.39

Fonte: Pesquisa "Condições de Vida e Pobreza em São Carlos: a Questão da Pobreza. Uma Abordagem Interdisciplinar" NPD - Núcleo de Pesquisa e Documentação "Prof. Dr. José Albertino Rodrigues"-DCSo/ UFSCar, 1994.

\* Grifo da autora

Por esta tabela pode-se observar que a categoria E compôs-se de 70 domicílios dentre os 421 que compuseram a amostra final total. A partir desta amostra de 70 domicílios amostrados na categoria E, construí uma subamostra para minha pesquisa. Para isso fiz um sorteio de 30 domicílios entre os que foram entrevistados naquela pesquisa na categoria E, ou seja, entre os 70 domicílios. A amostra foi sistemática<sup>3</sup>.

Tomando por referência esta nova amostra realizei 30 entrevistas com maiores de 18 anos residentes nos domicílios escolhidos<sup>4</sup>. Duas destas entrevistas foram consideradas pré-testes e por isso não aparecem na amostra final da minha pesquisa que se compôs de 28 entrevistados.

<sup>3</sup> Trabalhei com um intervalo de contagem, que no caso foi de três (dividindo 70 por 30 chega-se aproximadamente a este resultado). A partir deste intervalo, os domicílios foram contados de três em três na listagem dos endereços dos 70 domicílios existentes na categoria E, e a partir daí selecionados. A contagem foi feita até o final da lista, e quando necessário, reiniciada até obter-se um total de 30 domicílios.

<sup>4</sup> Optei por trabalhar com maiores de 18 anos por acreditar que o conteúdo das perguntas seria complexo e abstrato para indivíduos numa faixa etária menor.

É importante destacar o fato de que, a amostra nesta pesquisa não é representativa do universo quantitativo a que me proponho trabalhar. Assim, os resultados da pesquisa não expressam as representações de toda a população que reside nas áreas mais carentes de São Carlos, pois a amostra trabalhada não permite generalizações, mas apenas indica tendências de valores e percepções existentes entre esta população.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro que serviu mais como uma listagem de temas que eu gostaria de tratar com os entrevistados do que como um questionário fechado (ver anexo 1). As perguntas referiam-se à caracterização do entrevistado. Indagavam sobre o dia-a-dia dos entrevistados buscando observar qual era o grau de satisfação com relação à vida que levavam, quais eram os problemas identificados por eles nos seus locais de moradia e qual era a sua rede de relações nestes locais, observando se havia algum indício de organização coletiva entre os moradores daquele local, tal como uma associação de moradores ou outra forma de organização comunitária que indicasse essa tendência à organização coletiva e se o entrevistado estava inserido nela. Solicitavam também que os entrevistados falassem sobre sua participação ou não em igrejas, sindicatos ou em algum outro grupo existente próximo ou não ao seu local de moradia. Um conjunto importante de perguntas destinava-se a analisar quais noções de democracia, cidadania e de direitos circulavam entre os entrevistados e quais as dimensões que as caracterizavam, e se a noção de igualdade, respeitadas as diferenças individuais, era uma destas dimensões.

Outro grupo de perguntas referia-se a situações hipotéticas de violação de direitos envolvendo, por exemplo, a violação dos direitos dos negros, das mulheres, dos homossexuais, em que os entrevistados eram indagados a respeito do que pensavam destas situações e de como reagiriam caso vivenciassem situação parecida. Os entrevistados eram indagados sobre suas opiniões acerca dos presos no que diz respeito a como devem ser tratados e como são vistos seus direitos.

Também foram exploradas a crença na organização coletiva e a disponibilidade de participação em algumas formas de organização coletiva.

Finalmente, um conjunto específico de perguntas destinava-se a observar como os entrevistados tentavam “resolver” seus problemas e a quem recorriam mais comumente em situações deste tipo.

Após a realização das entrevistas, o trabalho de análise privilegiou dois conjuntos de questões contidas nas entrevistas:

Foram analisadas questões que permitiam apreender as visões de cidadania, de direitos e de democracia existentes entre os entrevistados para investigar em que medida estas visões contribuem ou dificultam a construção de uma cultura democrática. Cultura esta pautada pela idéia da construção de um código igualitário que permeie as relações sociais, em oposição ao autoritarismo social em vigor na sociedade brasileira. O autoritarismo social se relaciona com práticas e representações de desigualdade que tem como questões - gênero, classe e etnia. Por isso é que analisei estas dimensões do autoritarismo social na relação entre homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos e homossexuais e heterossexuais.

Outro conjunto de questões analisadas referia-se às visões de política que tinham os entrevistados – se era uma visão restrita, elitista que dizia respeito somente ao Estado e aos partidos, ou se dizia respeito à sociedade em geral. Neste aspecto, procurei observar como os entrevistados viam as possibilidades de mudança na sociedade brasileira – se esta mudança se restringia ao poder do Estado ou se as pessoas acreditavam exercer papel importante nesta mudança. Busquei observar se era dada importância ou não a um elemento essencial da democracia – a organização coletiva, e neste aspecto, embora se trate de uma população que, em princípio, não é organizada coletivamente, procurei observar qual a disposição destas pessoas de se organizarem, se já existia algum indicio de coletividade e de solidariedade na comunidade em que viviam – elementos indispensáveis para a organização coletiva. Procurei observar qual a percepção que os entrevistados tinham da “política” (no seu sentido restrito) e do exercício do voto, para observar a confiabilidade nas instituições democráticas, essenciais para a manutenção da democracia. Procurei observar também como as pessoas “resolvem” seus problemas no dia-a-dia, se simplesmente se calavam diante deles conformadas, se lançavam mão de soluções paliativas ou se reclamavam e/ou denunciavam.

Cumpru destacar as dificuldades em torno da metodologia utilizada nesta pesquisa, quando se trata de trabalhar com representações a respeito do universo da política. Essas representações se expressam na conduta e na comunicação, principalmente através da fala, que se compõe de uma série de imagens a respeito das percepções e atitudes. No entanto, é

sabido que além dos discursos nem sempre expressarem exatamente as percepções que se tem, nem sempre os discursos se convertem em práticas. Por isso, as representações dos entrevistados nesta pesquisa, tanto às voltadas para percepções mais democráticas, quanto às voltadas para percepções mais autoritárias, não significam necessariamente ações do mesmo tipo e nem são consideradas como unívocas, sendo compreendidas num universo complexo, em que várias percepções diferenciadas convivem lado a lado, mesmo àquelas, por vezes, totalmente contraditórias. De todo modo, considero, que estas percepções apontam para elementos que constituem parte considerável do modo de pensar de quem o formula, mesmo do lado daqueles que formulam um discurso mais democrático. Tal discurso, por mais retórico que seja, indica, ao menos, uma percepção do que constitui a democracia, que como supõe Dagnino (*et al*, 1998: 13), em uma pesquisa já citada nesta dissertação, pode representar o primeiro passo para a criação de novas práticas culturais.

## **2.2 A descrição do universo da pesquisa**

### **2.2.1 São Carlos: pólo atrativo de migração<sup>5</sup>**

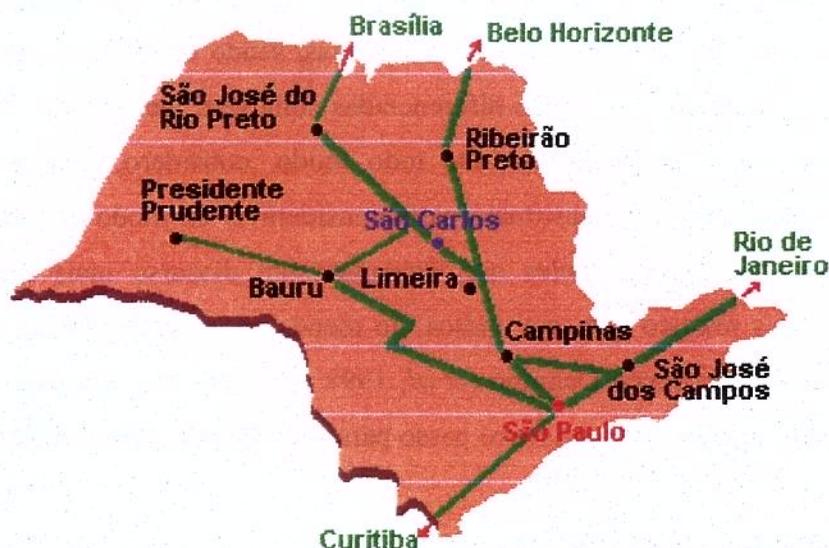
O município de São Carlos, situado no interior paulista, fica a 235 km da capital. O núcleo urbano de São Carlos com 175.517 habitantes, segundo último censo do IBGE<sup>6</sup>, constitui-se como uma das cidades entre as várias outras localizadas na região centro-leste do estado de São Paulo (na região definida pelo eixo Ribeirão Preto - Campinas) - tais como Rio Claro, Americana, Limeira, Piracicaba, Araras, Jaú e Araraquara.

---

<sup>5</sup> As informações históricas encontradas nesta seção são baseadas principalmente em DEVESCOVI, 1987 e RIGOLIN, 1994.

<sup>6</sup> Este dado é do Censo Demográfico de 1996, que fez levantamento somente sobre o número de habitantes. O último censo demográfico completo foi realizado em 1991.

## Mapa da localização de São Carlos no estado de São Paulo



A formação de São Carlos, enquanto núcleo urbano, deu-se em um contexto de ampliação da fronteira agrícola, por volta de 1900, em um momento em que a economia de base agro-exportadora, centrada na produção e comercialização do café era um dos principais determinantes do surgimento e urbanização de núcleos no interior do território paulista. A importância gradativamente crescente da lavoura cafeeira na região, gerando, primordialmente, as necessidades de um centro próximo de coleta da produção agrícola para a exportação, criaram as condições que aliadas ao poderio econômico e político dos fazendeiros locais, foram suficientes para o surgimento de um novo centro urbano.

O complexo cafeeiro criou suas cidades e determinou a intensidade da urbanização de cada uma delas impulsionando uma série de transformações. A cidade de São Carlos - um dos pólos de convergência da dinâmica cafeeira - sofreu igualmente estas transformações. Durante a expansão da cafeicultura a cidade presenciou uma diferenciação social e um aumento significativo de sua população, bem como uma diversificação das atividades econômicas e, inclusive, culturais aí desenvolvidas.

Em um contexto de estruturação e urbanização crescente das cidades, o complexo cafeeiro acabou criando as condições demográficas, econômicas e sociais que permitiriam o

arranque da produção urbano-industrial no período posterior à economia cafeeira. Desta forma, São Carlos afirmou-se, nos anos 40 e 50, como uma cidade tipicamente industrial, e a partir da década de 50, apoiou-se nos segmentos produtivos de bens de capital e bens duráveis.

Embora a industrialização em São Carlos não seja significativa sob o ponto de vista da produção industrial agregada, sob o ponto de vista da urbanização certamente o é. E essa importância não se restringe apenas à dinâmica específica de São Carlos e de cada uma das cidades médias dispersas pelo interior paulista - título conferido a algumas cidades desta região, entre elas São Carlos, pela relativa intensidade de urbanização e de industrialização que se deu graças ao grau de inserção no complexo cafeeiro - mas expressa um encadeamento complexo de relações entre núcleos urbanos, dentre os quais as cidades médias detêm um papel fundamental no espaço social de reprodução do capital.

O período de 60 e 70 foi marcado pelo grande crescimento urbano ocorrido em todo o estado e pela intensificação do êxodo rural explicados pelo processo de modernização da agricultura e pelos incentivos à indústria pesada. As transformações ocorridas na estrutura produtiva no final da década de 50 implicaram em profundas alterações no mercado e na organização do trabalho, nos movimentos populacionais e no processo de urbanização, criando condições para uma desconcentração relativa das atividades industriais em direção ao interior paulista, de maneira mais intensa a partir dos anos 70, propiciando movimentos migratórios em direção ao interior, inclusive para São Carlos.

Em 1980, a população do estado atingiu 25 milhões de habitantes. O município de São Carlos passou de 85.425 habitantes em 1970 para 119.542 em 1980, com 92% residindo em áreas urbanas - uma taxa de urbanização superior a do estado - 88,6%.

No período de 1980 a 1991, reverteu-se a tendência migratória no estado. A região metropolitana de São Paulo deixou de ser região de atração. As regiões mais ao norte, ao sul e ao oeste continuaram com saldos negativos, porém com a diminuição do ritmo de perda populacional. As regiões centrais, entre elas São Carlos, continuaram a atrair população de forma crescente. De 1980 para 1991, 42% do crescimento populacional de São Carlos se deu devido ao saldo migratório. De lá para cá se manteve o crescimento de migrações. Os dados do IBGE referentes ao ano de 1996 revelaram um crescimento anual de 2,07% no número de migrações. Estes dados sobre a movimentação da população

refletem o processo de crescimento econômico e indicam que São Carlos ocupa uma posição economicamente privilegiada no estado de São Paulo.

A migração em São Carlos pode estar intensificada pelo fato do município ser considerado pólo de alta tecnologia. Atualmente São Carlos possui cerca de 600 indústrias, sendo que aproximadamente 70 delas atuam em setores de tecnologia de ponta, em áreas como aeronáutica, automação, química fina, óptica, novos materiais, mecânica de precisão, robótica, instrumentação eletrônica e informática. Desta forma, a cidade tem se sobressaído em relação aos serviços tecnológicos, além dos serviços educacionais, pelas duas importantes universidades que possui, a USP (Universidade de São Paulo, campus de São Carlos) e a UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

Isto faz com que este município esteja mais exposto na mídia, onde são veiculadas imagens de cidade receptora de mão-de-obra e capaz de propiciar melhores condições de vida. São Carlos, porém, mesmo tendo um amplo parque industrial, não é capaz de absorver todo o contingente de pessoas que vêm em busca de trabalho. Desta forma, a migração torna-se, aparentemente, a causa principal do acirramento dos problemas urbanos, visíveis nas ruas da cidade através do aumento do número de camelôs, de pedintes, de guardadores de carros, de meninas e meninos se prostituindo e pela ampliação dos bairros periféricos caracterizados pela pobreza.

A maior parte dos entrevistados na pesquisa é de migrantes – 23 entre os 28 entrevistados, ou seja, 82%, considerando-se migrantes todos aqueles indivíduos que saem de seu lugar de origem para outro lugar. São principalmente migrantes dos estados de Minas Gerais, Paraná, de regiões vizinhas a São Carlos, inclusive da zona rural e alguns poucos do nordeste do país. Pressionados pelas precárias condições de vida no lugar de origem acabam vindo a São Carlos com a esperança de conseguir uma vida melhor.

Os aglomerados urbanos mais desenvolvidos são vistos como o lugar de realização de um projeto de vida através da possibilidade de um emprego estável, da aquisição da casa própria, do acesso à escola e aos serviços de saúde. No entanto, a realidade se encarrega logo de mostrar a distância entre o que se espera da cidade e o que realmente ela oferece. Há uma distância grande que é percebida pela distribuição desigual dos recursos entre ricos e pobres. Assim, seus projetos tornam-se cada vez mais modestos.

Poucos migrantes entre os entrevistados acreditam que sua vida melhorou depois que migraram para São Carlos. Mesmo assim, alguns deles, demonstraram satisfação por terem migrado, não por estarem plenamente satisfeitos, mas pelo fato da situação anterior ser pior do que a que vivem atualmente: moram em barracos ou casas bem pobres, mas sob um teto que é deles, as crianças podem ir à escola e às vezes há até a possibilidade da mulher ficar “cuidando da casa”, ao invés de trabalhar.

### **2.2.2 Contradições da capital da tecnologia**

São Carlos configura-se como uma das cidades mais desenvolvidas do estado de São Paulo pelo seu significativo parque industrial, com várias empresas voltadas para a alta tecnologia, e pela sua privilegiada posição no ensino superior com universidades de alto nível que tornam abundantes os recursos humanos com qualificação especializada.

A “capital da tecnologia” como é chamada oficialmente, “está se preparando para o próximo milênio onde, em uma economia globalizada, a tecnologia de São Carlos será o diferencial para o desenvolvimento”, como anuncia um roteiro publicado em 1998 pela agência do SEBRAE em São Carlos, em parceria com a Fundação ParqTec (Fundação Parque de Tecnologia) que atua como incubadora de empresas emergentes no município, e com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Todo este desenvolvimento industrial e tecnológico da cidade de São Carlos, no entanto, não impede que a pobreza e a miséria façam parte do seu cenário. Pelo contrário, exacerba, em certa medida, seu aparecimento, acirrando as desigualdades sociais e econômicas, tornando desenvolvimento e pobreza, faces do mesmo processo (Rigolin, 1994).

A pesquisa “Indicadores Sociais”<sup>7</sup> realizada no NPD (Núcleo de Pesquisa e Documentação) da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) a partir do projeto “Condições de Vida em São Carlos: A Questão da pobreza. Uma abordagem Multidisciplinar”, já citado anteriormente, fornece dados interessantes para comparar a

---

<sup>7</sup> Esta pesquisa, coordenada pela profª. Elza Andrade de Oliveira, teve como objetivo sistematizar e comparar dados coletados a partir do projeto “Condições de Vida em São Carlos: A Questão da pobreza. Uma abordagem Multidisciplinar”, com os dados levantados pela pesquisa “Condições de Vida na Região Metropolitana de São Paulo”, realizada e divulgada pelo SEADE.

realidade da cidade em termos de carência, às condições de vida da região metropolitana de São Paulo, podendo oferecer alguns parâmetros de análise da sua realidade. Esta comparação é feita através das cinco tipologias de carência familiar criadas nesta pesquisa e já descritas anteriormente (ver página 48), numa perspectiva multidimensional da condição de vida que enfatizou as seguintes dimensões: acesso à renda, à educação, ao emprego, aos equipamentos de saúde e a condições dignas de habitação.

Tanto em São Carlos como na região metropolitana de São Paulo, os resultados obtidos mostram que em todas as dimensões observadas encontram-se famílias em situação de carência. Segundo esta pesquisa, comparando as duas regiões temos os seguintes dados de carência para cada uma destas dimensões na tabela apresentada a seguir:

TABELA 3  
Carências das famílias de São Carlos e da Região Metropolitana de São Paulo.

<b>Tipo de carência</b>	<b>São Carlos (%)</b>	<b>Região Metropolitana de SP (%)</b>
Saúde	60	41
Renda	49	39
Educação	43	54
Habitação	10	37
Inserção mercado trabalho	37	36

Fonte: Projeto "Indicadores Sociais" - NPD - Núcleo de Pesquisa e Documentação "Prof. Dr. José Albertino Rodrigues" - DCSo/ UFSCar, 1996.

O que os dados contidos nesta tabela indicam é que o padrão de vida em São Carlos revela uma situação mais precária em relação à saúde e à renda, melhor nas condições de educação e expressivamente melhor nas condições de habitação. Analisando a pobreza em São Carlos, em suas várias dimensões, podemos notar que com exceção das condições de habitação, que mostram uma situação privilegiada de São Carlos em relação à região metropolitana de São Paulo e as condições de inserção de mercado de trabalho que mostram uma situação de correspondência entre as duas regiões tomadas para análise, as outras dimensões revelam uma situação de carência mais acentuada no que diz respeito a São Carlos. Isto indica que a cidade convive com uma realidade de pobreza, em algumas de

suas dimensões, pior do que a realidade da região metropolitana de São Paulo, já caracterizada por altos índices de carência.

As representações positivas criadas em torno do desenvolvimento crescente da cidade de São Carlos guardam contradições que se referem, para além da pobreza existente na cidade, às imagens criadas de uma cidade moderna e dinâmica e que, no entanto, mantém um posicionamento político bastante conservador, com práticas comuns de clientelismo, populismo e coronelismo, como mostram os estudos realizados sobre o poder local em São Carlos.

Ao analisar o período de 1964 a 1979 Leite (1994: 22) afirma:

“(...) analisando a trajetória política de São Carlos não conseguimos de modo algum identificar um momento de ruptura com a política passada. Ainda hoje há uma política personalista onde os apelos populistas têm mais força que os apelos ideológicos. Os quadros políticos de São Carlos são em sua maioria os mesmos do período militar e quando desponta um novo nome tem este ligações com personalidades anteriores”.

Oliveira (1998) acentua em uma análise mais recente, que mesmo a abertura política pós-ditadura militar e o restabelecimento do pluripartidarismo em 1982, embora tivessem criado uma nova dinâmica no município com o surgimento de novos nomes na política são-carlense, não significaram uma ruptura com as antigas lideranças. Segundo a autora:

“(...) a partir da história política de São Carlos observamos uma espécie de continuísmo político. Um continuísmo não de indivíduos ou partidos, mas sim de grupos políticos que estão no poder há muito tempo e que se revezam, fazendo composições entre si para evitar que novas lideranças se formem” (Oliveira, 1998: 10).

O que mostram estes estudos é que a estrutura política da cidade de São Carlos, fortemente influenciada por este continuísmo político, é marcada por práticas políticas

baseadas no coronelismo urbano, no populismo e no clientelismo, que desestimulam e desarticulam a organização da sociedade civil, enfraquecendo sua atuação (Oliveira, 1998).

Apesar disso na década de 70 e começo da década de 80, a exemplo do que acontece no cenário nacional, a sociedade civil se fortalece em São Carlos através da emergência de vários movimentos sociais que se articulam em torno de questões como meio ambiente, identidade negra e direitos da mulher. Nos anos 90 formam-se várias associações de moradores que se articulam para reivindicar basicamente questões de infra-estrutura urbana, principalmente em bairros recentemente criados e que ainda não contavam com infra-estrutura adequada. A partir de 1991, são criados os conselhos de participação popular, instituídos pela Constituição de 1988, que apesar de passarem por um conflituoso processo de implantação, tanto por despreparo da sociedade civil, quanto por resistência das forças políticas locais que temiam a possibilidade do surgimento de novas lideranças que poderiam se fortalecer e ocupar espaço no cenário político do município, sobrevivem ainda hoje, mesmo em meio a desgastes e problemas de funcionamento (Oliveira, 1998)

Isto demonstra claramente que a sociedade civil em São Carlos, mesmo convivendo em meio a conflitos e práticas clientelistas, tem se estruturado em busca de novos caminhos e experimentações políticas, o que transparece também através dos resultados das duas últimas eleições para prefeito e para governador que têm mostrado que o perfil de cidade notoriamente de direita nos pleitos eleitorais que São Carlos carregava até alguns anos atrás, está se alterando por conta de uma votação expressiva na esquerda, nunca antes vista na cidade<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Leite (1994) analisando o comportamento eleitoral da cidade de São Carlos mostra que em 1945, nas eleições para o executivo federal quando o PCB concorreu às eleições sua menor votação foi em São Carlos – 4,1% dos votos, sendo que a média obtida no interior foi de 8% e na capital 25,7%. Já nas eleições à Presidência em 1955, Plínio Salgado, do PRP, obteve em São Carlos 19,2%, o maior índice de votos no estado, pois em todo o interior ele obteve 10,7% e na capital apenas 4,4%. Em 1960, a coligação UDN, PDC e PSP foi vitoriosa em São Carlos, mas acompanhando o comportamento tanto do interior quanto da capital. Depois de 1964, e mesmo com a consolidação do regime democrático, o comportamento político da cidade não mudou e permaneceu elegendo majoritariamente candidatos da direita, numa proporção maior do que a média do estado, tanto do interior, como da capital. A cidade de São Carlos nunca elegeu um candidato da esquerda para prefeitura, e seus vereadores eleitos sempre foram maciçamente da direita. Nas últimas eleições para governador, Maluf foi vitorioso em São Carlos, ao contrário da tendência da maioria das cidades do interior do estado, nas quais foram vitoriosos os candidatos Mário Covas ou Marta Suplicy. Porém, a candidata Marta Suplicy ficou em segundo lugar, surpreendendo as expectativas e contrariando “a tendência” da cidade. Além disso, para a eleição à prefeitura ocorrida em 1997, a candidata do PT, Silvana, teve uma votação bastante expressiva, fato inédito na cidade.

### 2.2.3 Os “pobres” e o seu “lugar” na cidade de São Carlos<sup>9</sup>

A expansão do tecido urbano da cidade de São Carlos, a partir das áreas centrais deu-se em um primeiro momento pela agregação de pequenos loteamentos próximos a esta região. Esses loteamentos, que atualmente se disseminam por toda a região que envolve a área central, começaram a se formar na década de 40 e, sobretudo, na década de 50. A partir desta época começaram a se instalar na cidade de São Carlos alguns bolsões periféricos, sob forma de novos loteamentos precariamente implantados, iniciando-se assim, a configuração de uma nova realidade urbana: nova por conta da aparição, consolidação e generalização de um novo padrão de moradia para as camadas da população de menor poder aquisitivo.

Até os anos 50, São Carlos era uma cidade concentrada. As diferentes classes sociais se avizinham, embora tivessem modos de vida diferentes. Aos poucos, porém, os mais pobres foram sendo “expulsos” para as áreas mais afastadas que configuram a periferia da cidade, em um processo de segregação sócio-espacial, na qual as zonas periféricas foram se tornando locais destinados à moradia das camadas mais empobrecidas caracterizadas por aquilo que é precário, carente e desprivilegiado em termos de infraestrutura urbana. Com a intensificação da migração este processo se acentua e cada vez mais é possível notar esta espacialização da pobreza e da riqueza na cidade de São Carlos.

Em São Carlos, entre o início do século e meados dos anos 20, com o aumento dos estabelecimentos industriais e com o afluxo de trabalhadores à procura de empregos, tanto no ramo industrial como no de serviços, começaram a surgir sérios problemas relativos à escassez de habitação. Isso mantinha o preço alto dos aluguéis e levava as populações com menor poder aquisitivo a viverem em pequenos espaços e em condições de higiene precárias. Os cortiços, embora proibidos por lei municipal<sup>10</sup>, proliferavam ao lado de propriedades de comerciantes, profissionais liberais, famílias de fazendeiros e indústrias locais. Isto causava preocupação às elites e ao poder público que viam estas habitações das

---

<sup>9</sup> As informações históricas encontradas nesta seção são baseadas principalmente em DEVESCOVI, 1987.

<sup>10</sup> Código de Postura da Câmara Municipal de São Carlos de 1929, p. 31 *apud* DEVESCOVI, 1987: 206.

camadas mais empobrecidas da cidade de São Carlos como focos epidêmicos que poderiam afetar indiscriminadamente os habitantes da cidade.

Nos anos 40 começaram a surgir leis, não só municipais<sup>11</sup>, que visavam a “disciplinação” da ocupação do solo urbano por meio de uma segregação espacial mais bem demarcada. Esta segregação foi facilitada pela instalação dos ônibus como forma de transporte coletivo que aos poucos substituíram os bondes.

O único meio de transporte coletivo urbano na cidade São Carlos até o final da década de 30 eram os bondes elétricos, os quais a partir desse período começaram a concorrer com os ônibus. E foi exatamente nesse momento – década de 40 – que os primeiros loteamentos periféricos começaram a ser abertos. Apesar das linhas de ônibus terem sido criadas para dar cobertura às áreas centrais, a sua implantação foi bastante adequada à dispersão da malha urbana, pois as linhas de ônibus não exigem percurso fixo e nem grandes investimentos iniciais, tornando possível, ao contrário do bonde, a constituição de linhas ramificadas de transporte, em bairros de baixa densidade populacional e mais afastados das áreas centrais. Deste modo, o transporte por ônibus abria possibilidade de ocupação mais rarefeita e distante das áreas centrais, e colocava para os pequenos e grandes investidores imobiliários a perspectiva da valorização da terra urbana. E a iniciativa privada foi a grande força motriz da “periferização” da cidade de São Carlos.

São Carlos com o passar do tempo deixou de ser uma cidade onde viviam lado a lado as elites e as camadas mais carentes e transformou-se em uma cidade segregada, na qual os “pobres” foram “expulsos” do centro indo ocupar o seu “devido lugar” na periferia afastada.

A ocupação da periferia deu-se em geral sem planejamento, parecendo ser a regra primeiro ocupar e depois cuidar da infra-estrutura. As ruas irregulares que foram abertas sem um plano prévio foram preenchidas por casas construídas com poucos recursos e pelos próprios moradores, o que lhes conferia um aspecto precário, que junto às marcas de ausência de serviços – falta de iluminação pública e asfalto e às vezes esgoto correndo a céu aberto – compunham o local de moradia das camadas mais pobres da população.

---

<sup>11</sup> “Em 1941 a Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública autorizou a construção em São Carlos de casas de meio tijolo para baratear a construção e fora da zona central; e, em 1948 a Prefeitura Municipal promulgou um decreto-lei visando facilitar a construção de casas populares em zonas afastadas do perímetro central da cidade.” DEVESCOVI, 1987, p. 210.

O poder público que poderia ter interferido neste processo organizando a ocupação do solo urbano, limitou-se a suprir as áreas ocupadas com serviços públicos e infraestrutura depois que as áreas já tinham se constituído, favorecendo os interesses dos empreendedores imobiliários e mostrando-se conivente com loteamentos irregulares que no início da década de 60 representavam 45% do total dos loteamentos.

A expansão da cidade feita com base neste processo de segregação sócio-espacial teve como resultado a criação de um espaço claramente diferenciado socialmente. A pesquisa “Indicadores Sociais”, já citada, confirma estas características visíveis a qualquer pessoa que percorra a cidade do centro em direção às periferias. Segundo esta pesquisa feita a partir de dados coletados no ano de 1994, enquanto nas áreas residenciais mais ricas as necessidades em relação à infra-estrutura urbana já foram totalmente satisfeitas, nas áreas mais carentes da cidade de São Carlos, 53% dos domicílios localizam-se em ruas sem pavimentação, 61% sem, no mínimo guias e sarjetas e 19% sem esgotamento sanitário.

Isso mostra como está claramente delimitado o local de moradia dos “ricos”- os bairros centrais e bem equipados, e o local de moradia dos “pobres” – a periferia com suas carências - cada qual no seu devido lugar. Alguns bairros mais ricos têm sido criados em locais mais afastados do centro e de sua vida mais agitada e barulhenta, mas são em menor número, além de contarem, diferentemente dos bairros mais pobres, com uma ampla infraestrutura.

O mapa da espacialização da pobreza em São Carlos e da riqueza em São Carlos, apresentado no início deste capítulo (ver página 47) mostra claramente como as áreas mais carentes da cidade se concentram nas áreas periféricas da cidade, distantes do centro. E esta espacialização mostra a tendência da população que migra para esta cidade em busca de melhores condições de vida, de abrigar-se nas áreas mais distantes do centro da cidade, onde são piores as condições de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana.

#### **2.2.4 Os bairros pesquisados e seus moradores**

Os bairros que compõem as áreas mais carentes da cidade de São Carlos e que constituem a categoria E, localizados na periferia da cidade são os seguintes: Jardim

Gonzaga, Vila Monte Carlo, Cidade Aracy 1, 2 e 3 ou Antenor Garcia como é conhecido pelos moradores, Jardim Novo Horizonte e Jardim Maracanã.

Nestes bairros tudo é precário<sup>12</sup>. Os ônibus são poucos e às vezes seus moradores têm que se utilizar de dois deles para chegarem ao local de trabalho, o que implica em altas despesas com transporte coletivo. Às vezes os pontos de ônibus são distantes, fazendo com que os moradores tenham que andar algum tempo “a pé”. As condições de habitação são precárias, nas quais vivem às vezes muitas pessoas em uma mesma casa. São casas em geral autoconstruídas, feitas com material barato e ruim, sem revestimento e com o chão de cimento batido, sem condições de oferecer um mínimo de conforto a seus moradores no aperto com que se juntam os móveis da cozinha, que é ao mesmo tempo sala ou quarto, ou as três coisas juntas, em alguns casos. Além disso, são muito comuns ruas tortas e sem asfalto, que quando existe, caracteriza-se pela precariedade e pela soma infinita de buracos; esgotamentos sanitários mal feitos que ocasionam freqüentes entupimentos e estouros de canos, gerando por vezes, um mau-cheiro insuportável, e iluminação deficiente e que às vezes só chega às casas através de ligações clandestinas, deixando muitas ruas às escuras. As escolas muitas vezes são longe e nem sempre oferecem vagas em todas as séries que integram o ensino básico, fazendo com que muitas famílias tenham que levar seus filhos para estudar em outros bairros da cidade. Os serviços de saúde são muito deficientes com postos de saúde bastante distantes, em outros bairros, e sem nenhum local de atendimento de urgência próximo, tendo os moradores que esperar que uma ambulância do pronto-socorro do centro venha buscá-los, para que o atendimento seja feito.

O Jardim Gonzaga<sup>13</sup> é uma favela que há pouco tempo foi urbanizada e depois desta urbanização é que recebeu este nome, sendo antes conhecida como favela do Gonzaga. Trata-se de um terreno público que foi invadido no ano de 1977, principalmente por migrantes e moradores de fazendas próximas à região, que vinham para São Carlos e não conseguiam arcar com as despesas de um aluguel. Os primeiros barracos foram construídos ao redor de uma linha d'água, que mais tarde passou a conduzir o esgoto pelas ruas da favela. Com a intensificação do êxodo rural, o número de migrantes de fazendas da região e de outros estados, aumentou, acelerando a ocupação da área. Diante da precariedade da

---

<sup>12</sup> A descrição que aqui se segue teve como fonte principal os relatos dos próprios entrevistados.

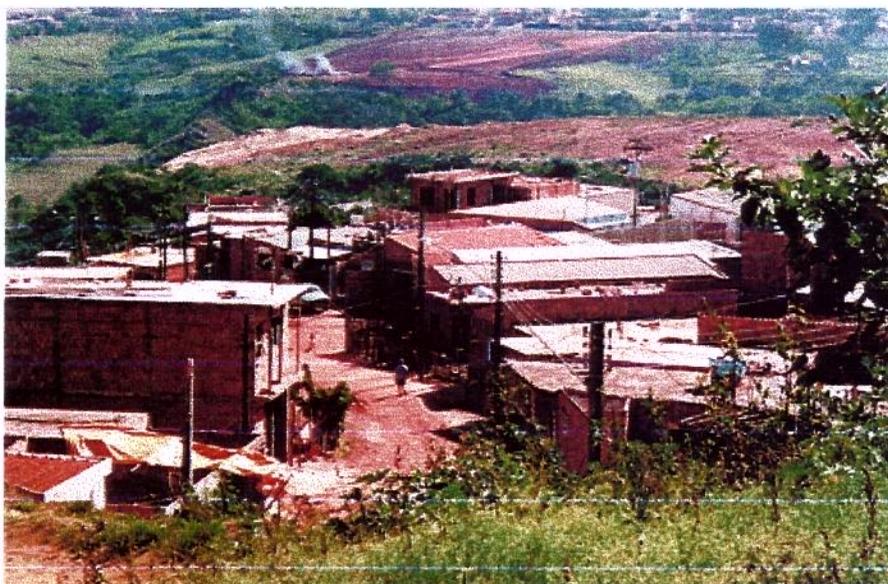
<sup>13</sup> As informações históricas sobre este bairro tiveram como fonte SUDAN, 1996.

infra-estrutura do local, várias lideranças surgiram na intenção de mobilizar os moradores para reivindicarem atitudes mais concretas da prefeitura. Em 1990, a prefeitura executou um projeto de urbanização da favela, implantando os serviços públicos básicos (asfalto, água, luz e esgoto).



Imagens do cotidiano do bairro Jardim Gonzaga

A Vila Monte Carlo é uma área pública que se localiza ao lado do Jardim Gonzaga. Também invadida por seus moradores, mas num processo mais recente, não passou ainda pelo reconhecimento da prefeitura e, portanto, não sofreu ainda nenhum processo de urbanização. Processo este que se faz urgente nesta vila que fica em um barranco, em um local bastante perigoso para as famílias que lá habitam, principalmente em época de chuvas, quando se corre o risco de desabamentos.



Imagens da Vila Monte Carlo

O Jardim Maracanã é um bairro que se localiza em uma área industrial, afastada da cidade. Este afastamento gera uma série de problemas que, segundo os seus moradores, se deixam notar principalmente pela falta de atenção da prefeitura em relação à infra-estrutura urbana, principalmente no que diz respeito ao asfaltamento; falta de segurança pública; falta de acesso aos bens e serviços oferecidos pela cidade, e falta de transporte urbano que torne esta acessibilidade possível.



Imagens do bairro Jardim Maracanã

Também os moradores do Jardim Novo Horizonte compartilham destes problemas pelo fato deste bairro se localizar no limite da cidade, próximo à rodovia que margeia São Carlos (Rodovia Washington Luís). Além dos problemas gerados pelo afastamento, trata-se de um bairro relativamente novo e por isso ainda apresenta uma série de problemas com relação à infra-estrutura urbana, mais graves ainda do que os apresentados no Jardim Maracanã, principalmente no que diz respeito à iluminação nas ruas, ao asfaltamento e à falta de transporte coletivo, segundo o que me relataram seus moradores.

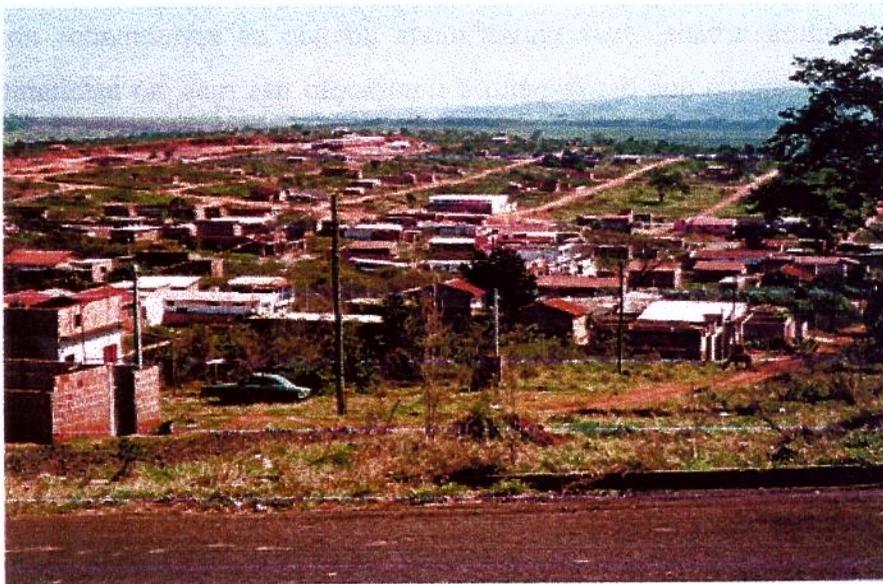


Imagens do bairro Jardim Novo Horizonte

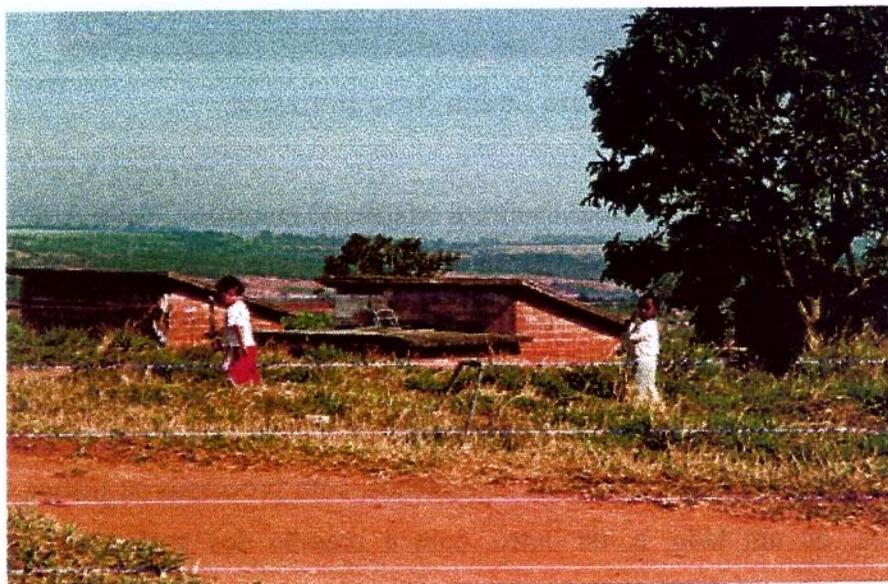
Não existem informações precisas sobre a criação dos bairros Cidade Aracy, mas o que se sabe é que eles estão localizados em uma área de preservação ecológica, onde foi criado um loteamento clandestino. O proprietário dessa área é um político da cidade, que incentivou alguns moradores a invadi-la e doou terrenos para outros, a fim de que ela fosse reconhecida como área de loteamento e, portanto, de vendas de outros terrenos. Por este motivo, a criação destes bairros foi bastante complicada, com processos na justiça contra a ocupação da área, de um lado, e, de outro, com a pressão dos moradores que lá já habitavam, incentivada pelo dono do loteamento.

Hoje o local tornou-se um núcleo urbano reconhecido e com extensa área, onde habitam grande parte dos migrantes que chegam à cidade (outra parcela se concentra no

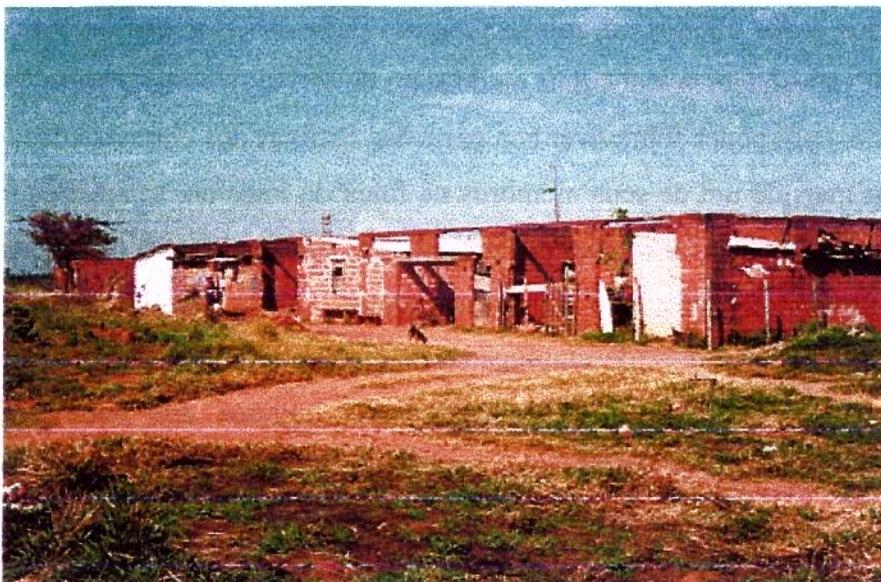
Jardim Gonzaga), vivendo sob condições bastante precárias, em locais onde até hoje a infra-estrutura não foi implementada completamente, apesar de todas as promessas feitas para que o loteamento fosse criado e seus terrenos vendidos.



Imagens do bairro Cidade Aracy I



Imagens do cotidiano do bairro Cidade Aracy II



Imagens do bairro Cidade Aracy III

Nestes bairros vivem principalmente famílias de trabalhadores de baixa renda. Ali elas têm um estilo de vida semelhante e as mesmas dificuldades, tenham elas origem em seu orçamento restrito, ou nas condições precárias dos bairros. Apesar destas semelhanças há algumas diferenças entre alguns bairros, caracterizados por maior pobreza do que outros. A situação da favela é uma situação singular, que carrega além dos preconceitos comuns às populações mais carentes, o estigma de ser favela, como afirma Kowarick:

“A favela recebe de todos os moradores da cidade (inclusive das próprias classes subalternas) um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa todos os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tido como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública.”(Kowarick, 1979: 92-93 *apud* Chauí, 1994: 58)<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Ver KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

A partir dos dados obtidos em minha pesquisa pude observar que os entrevistados são de famílias de trabalhadores industriais ou do setor de serviços, a maior parte deles com pouca qualificação. Para poder sobreviver boa parte das famílias dos entrevistados tem sido obrigada a alocar mais de um de seus membros na força de trabalho, sejam eles os filhos menores ou as mulheres. Das 14 mulheres entrevistadas, somente quatro trabalhavam – as quatro no setor terciário, sendo duas como autônomas. Outras duas mulheres, embora trabalhassem fora, encontravam-se desempregadas no momento.

O desemprego é uma das reclamações mais comuns dos entrevistados. O desemprego em São Carlos, segundo os dados coletados em 1994 pela pesquisa “Condições de Vida”, considerando a procura de trabalho nos últimos 30 dias anteriores à pesquisa, já alcançava uma taxa de 8%<sup>15</sup>. Quatro dos entrevistados estavam desempregados no período de realização da minha pesquisa. Mas mesmo quem estava empregado neste período apontou o desemprego como uma de suas maiores preocupações, demonstrando a vulnerabilidade e a insegurança que vivem no trabalho, resultantes de sua baixa qualificação e escolaridade. Nenhum dos entrevistados tem segundo grau completo. Alguns entrevistados até começaram a fazer o segundo grau, mas tiveram que parar de estudar para trabalhar. A maioria estudou somente até à 4ª série e, portanto, não tem nem primeiro grau completo. Somente algumas mulheres entrevistadas é que completaram o primeiro grau.

O rendimento mensal familiar dos entrevistados varia entre um e oito salários mínimos. Os entrevistados que disseram ter uma renda mensal maior, têm também uma família maior. Portanto, calculando-se a renda per capita percebe-se que este rendimento maior acaba se diluindo entre o número maior de componentes da família. A renda per capita não ultrapassava R\$ 300,00 e só alcançou este valor com entrevistados que moravam sozinhos. De todo modo, a renda entre os entrevistados variou significativamente, mas não a ponto de concluir-se que as pessoas entrevistadas não viviam uma situação de pobreza.

Aproximadamente metade dos entrevistados é de cor negra ou parda. Embora alguns entrevistados se declarassem “morenos”, classifiquei-os de acordo com o que eu observava, utilizando metodologia do IBGE.

---

<sup>15</sup> Não há dados mais recentes sobre desemprego em São Carlos, mas provavelmente o município deve ter seguido a tendência de outros do estado de São Paulo que tiveram suas taxas de desemprego aumentadas nos últimos anos segundo dados do SEADE.

A faixa etária varia bastante entre os entrevistados e com relação ao sexo obtive uma amostra com metade de homens e metade de mulheres, sem que esta proporção tivesse sido pensada de antemão. O que procurei durante a realização da pesquisa foi garantir uma variação com relação ao gênero dos entrevistados para comparações na análise das entrevistas. Esta proporção exata de metade homens e outra metade mulheres foi mera coincidência.

A seguir apresento uma tabela traçando o perfil dos entrevistados a partir de suas características demográficas e socioeconômicas.

TABELA 4 - Características demográficas e socioeconômicas dos entrevistados, segundo sexo.

Características demográficas e socioeconômicas	Sexo			
	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
<b>Faixa etária</b>				
18 a 29	1	7,1	3	21,4
30 a 39	4	28,6	6	42,9
40 a 59	7	50,0	3	21,4
60 e mais	2	14,3	2	14,3
Total	14	100,0	14	100,0
<b>Cor</b>				
Brancos	7	50,0	6	42,8
Negros	2	14,0	4	28,6
Pardos	5	36,0	4	28,6
Total	14	100,0	14	100,0
<b>Condição de migração</b>				
Migrante	13	93,0	10	71,4
Não migrante	1	7,0	4	28,6
Total	14	100,0	14	100,0
<b>Estado Civil</b>				
Solteiro	2	14,4	1	7,1
Casado	7	50,0	6	42,8
União consensual (Amasiado)	1	7,1	3	21,4
Viuvo	1	7,1	4	28,7
Separado	3	21,4	-	-
Total	14	100,0	14	100,0
<b>Condição de atividade</b>				
Ocupados	9	64,3	4	28,6
Desempregados	3	21,4	1	7,1
Aposentados	2	14,3	1	7,1
Do lar	-	-	8	57,2
Total	14	100,0	14	100,0
<b>Ocupação*</b>				
Trabalhadores rurais	2	22,2	-	-
Trabalhadores urbanos sem qualificação	2	22,2	1	25,0
Trabalhadores qualificados e semi-qualificados	4	44,5	1	25,0
Trabalhadores autônomos	1	11,1	2	50,0
Total	9	100,00	4	100,00
<b>Sector de Atividade</b>				
Agricultura	2	22,0	-	-
Construção civil	1	11,0	-	-
Indústria	5	56,0	-	-
Serviços	1	11,0	4	100,0
Total	9	100,0	4	100,0
<b>Escolaridade</b>				
Nenhuma	2	14,3	1	7,1
Não chegou à 4ª série do 1º grau	7	50,0	3	21,4
1º grau até 4ª série	4	28,6	4	28,6
1º grau completo	-	-	4	28,6
2º grau incompleto	1	7,1	2	14,3
Total	14	100,0	14	100,00
<b>Renda per capita **</b>				
Até 0,50 s. m.	2	15,4	2	14,3
De 0,51 a 1,00 s. m.	4	30,7	6	42,9
De 1,01 a 1,50 s. m.	5	38,5	4	28,6
De 1,51 a 2,00 s. m.	1	7,7	1	7,1
Mais de 2 s.m.	1	7,7	1	7,1
Total	13 <sup>1</sup>	100,00	14	100,00

Fonte: Pesquisa "Entre formas autoritárias e possibilidades democráticas..." São Carlos, 1999.

\* Aqui são considerados somente os indivíduos ocupados por isso é que estão sendo considerados somente 13 indivíduos entre homens e mulheres.

\*\* Em salários mínimos - o valor do salário mínimo aqui é de R\$120,00 (valor do salário mínimo no período em que a pesquisa de campo foi realizada, vigente de maio de 1997 a abril de 1998).

<sup>1</sup> O total aqui é de 13 indivíduos porque um homem entrevistado não quis declarar sua renda.

## **CAPÍTULO 3**

### **Cidadania, direitos e democracia – algumas representações e seus múltiplos significados**

O debate sobre a questão da cidadania está inextricavelmente associado à discussão sobre as perspectivas de implantação de uma democracia efetiva. A preocupação com a cidadania e, conseqüentemente, com os direitos é absolutamente prioritária na busca da ampliação e aprofundamento da democracia, pois esta busca passa pela extensão da cidadania e da participação ativa de todos os setores da sociedade e pelo reconhecimento dos direitos como parâmetros de relacionamento na dinâmica social.

No Brasil, este debate se remete às possibilidades de se transcender a enorme dificuldade de universalizar práticas e percepções de direitos e de cidadania, e da própria democracia, que se remetam a padrões de relacionamento político e social efetivamente democráticos, em uma sociedade de tradição oligárquica, autoritária, populista e corporativista, como a brasileira, que ao longo de toda a sua história foi incapaz de instituir a cidadania baseada no reconhecimento dos direitos e estendida a todos os setores da sociedade, consolidando hierarquias e privilégios, e práticas de “subcidadania”.

Neste capítulo procuro identificar quais são as várias noções de cidadania e de direitos que circulam entre os entrevistados e quais as dimensões que as caracterizam. Junto a esta análise, busco identificar opiniões, valores e concepções dos entrevistados com relação à democracia, com o objetivo de verificar se estas concepções incorporam a igualdade enquanto suposição, entendida nesta dissertação como a possibilidade de, sob as diferenças, construírem-se medidas de relacionamento equânimes, que levem em conta as diferenças sem tomá-las como justificativa para a desigualdade, em um país como o nosso, marcado pela hierarquização das relações sociais.

O objetivo é investigar em que medida as visões de cidadania, de direitos e de democracia dos entrevistados, na sua polissemia, contribuem ou dificultam a construção de uma cultura democrática - cultura esta pautada pela idéia da construção de um código igualitário que permeie as relações sociais, em oposição ao autoritarismo social em vigor na

sociedade brasileira. O autoritarismo social, ao se basear em diferenças pautadas em critérios de classe, gênero e raça, que classificam as pessoas no interior da sociedade, dificulta o estabelecimento dos direitos como regras de equivalência entre os diferentes (posto que vivemos em uma sociedade diferenciada) e institui as diferenças como forma de discriminação. Por isso, junto à análise das noções de cidadania, direitos e democracia, busco observar também, quais são as representações e práticas dos entrevistados em torno do relacionamento entre homens e mulheres, negros e brancos, e homossexuais e heterossexuais, a fim de analisar se estas representações e práticas incorporam o tratamento igual entre as pessoas, ou se fundamentam diferenças enquanto base para a discriminação.

### **3.1 Cidadania e direitos – entre a percepção da ausência e a reivindicação**

*Eu acho que a morte é uma das coisas mais certa aqui [no nosso país], porque não escolhe rico, pobre, preto, branco. É a única coisa que é igual.*

*(Neuza, 31 anos, do lar)<sup>1</sup>*

*Se é uma criança que tem UNIMED, TECMED [convênios médicos], ela já é tratada diferente. Os pais que tem, vamos supor, que você vê que tem uma condição média e vai bem vestido e tem todos os dentes, sabe falar, os médicos, nossa! Perde um tempão para conversar com eles. Não todos. Tô falando não todos. Porque eu conheço vários que tratam as pessoas iguais, como ser humano. Mas a maioria é assim, sabe? Vai pela aparência sim. Até inclusive onde eu trabalho tem pais que porque a mãe trabalha na Federal [Universidade Federal de São Carlos], entra todo dia para ver o nenê. Aquele coitadinho que mora aqui no Antenor [bairro onde Abgail mora], não entra porque é pobre.*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira de hospital público)*

Estes dois relatos são aqui retomados para abrir essa discussão que se propõe a analisar as noções de cidadania e de direitos dos entrevistados, porque revelam uma opinião

---

<sup>1</sup> A identidade dos entrevistados, nas várias citações ao longo da dissertação, é preservada por meio da utilização de pseudônimos.

compartilhada pela maioria deles - o reconhecimento de que não se vive em um país no qual exista um patamar mínimo de reconhecimento da universalidade dos direitos que estenda a igualdade e a equidade, respeitadas as diferenças, como regra da vida em comum, “sobretudo para a maioria pobre e destituída” (Silva, 1996: 73). Inúmeros outros relatos, que poderiam ser aqui retomados, alguns proferidos em tom de revolta e de indignação, mostram como os entrevistados percebem o quão autoritária e desigual é a sociedade em que vivem, que desrespeita os seus direitos e os trata como inferiores.

A desigualdade na fala dos entrevistados se apresenta em torno de cinco eixos: 1) na oposição entre pobres e ricos, 2) na desigualdade como condição natural, 3) na diferença entre classes sociais, 4) na diferente atribuição de direitos e 5) na garantia meramente formal da igualdade por meio das leis.

A percepção da desigualdade está imediatamente relacionada, para os entrevistados, à oposição entre “ricos” e “pobres” – uma desigualdade básica da sociedade brasileira e que descreve o “lugar” que ocupam nela - o de “pobres”. Nos seus relatos descrevem a vivência cotidiana de um universo de carências que revela a percepção que os entrevistados têm da extrema desigualdade e da exclusão a que são submetidos os “pobres” cotidianamente na sociedade brasileira, em oposição à situação dos “ricos”. Nos relatos apresentados a seguir a percepção da desigualdade entre “pobres” e “ricos” se apresenta nas questões de educação, saúde e salário.

*A maioria da população não tem estudo e o governo ele não... ele não... ele não... Você vê que ele não dá muito incentivo a você estudar. Pobre vai estudar, ele vai estudar com garras e... você entendeu? Força de vontade mesmo. Porque se for depender de bolsa, o governo não dá, você entendeu? Então o governo não quer que um pobre estude, porque ele quer o pobre tapado. Porque o pobre tapado ele não tem conhecimento para poder tá lutando.*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

*Enquanto nós tamos aí ganhando 120 reais, o salário de 120, a aposentadoria de 120, tem marajá ganhando aí até 20.000 por mês, viu? Esse dinheiro, eu acho que podia ser repartido, ao menos um pouco. Pensar nos que ganha mixaria.*

*(Josefa, 64 anos, ex-trabalhadora da lavoura, hoje aposentada)*

*É mais a educação e a saúde que é mais difícil, né? Eu acho que é mais é isso. É o que revolta mais. Porque em geral... Você vê: a saúde é uma pouca vergonha! Se você não tiver um prano [convênio médico] pra você correr com uma criança ou dinheiro pra pagar, não tem condição, é bem difícil.*

*(Neuza, 31 anos, do lar)*

Vários outros relatos apresentam desigualdades entre “pobres” e “ricos” identificadas em outras dimensões da vida cotidiana. O relato de Sebastião, por exemplo, mostra como este universo de carências é perceptível até no ato de comer. Na sua fala tenta mostrar como os “pobres” se alimentam de forma mais modesta, não porque querem ou porque não sabem apreciar uma boa comida, mas sim porque não têm outra opção.

*Quem não gosta de comer coisa gostosa? Tomar um suco, uma vitamina? Não é só rico que gosta disso não. Pobre também. Só não come porque não tem. Aqui na vila muitos nem geladeira tem.*

*(Sebastião, 55 anos, trabalhador da construção civil)*

Em alguns casos, porém, a desigualdade entre “pobres” e “ricos” assume valor de condição natural, uma espécie de destino, que tem uma explicação, neste caso, de raiz divina, expresso na fala de Sebastião:

*Você sabia que tem que existir, né? Tá na Bíblia. Tem que existir o rico e o pobre. Porque se fosse tudo rico, como é que nós ia viver?*

*(Sebastião, 55 anos, trabalhador da construção civil)*

Da perspectiva da fala de Sebastião, a desigualdade entre “pobres” e “ricos” existe justamente para manter um certo equilíbrio natural da sociedade. Teresa Caldeira, em seu trabalho sobre o cotidiano dos moradores da periferia em São Paulo, também encontra perspectivas próximas a estas entre seus entrevistados e afirma que “essa complementaridade (entre pobres e ricos) é o que, na representação dos entrevistados, parece garantir um equilíbrio à sociedade como um todo. O social que existe é esse, dos grupos opostos, é o conhecido e visto como natural” (Caldeira, 1988: 159).

Mas há outras falas cujo eixo explicativo da desigualdade deixa de ter origem natural. Estas percepções, ao contrário da visão fatalista de Sebastião, são muito mais pautadas pela percepção da diferença de classes.

*Isso aí não tem jeito não [reclamando da situação dos pobres na sociedade brasileira] (...) Só se os rico abrir a mão! Porque tá tudo na mão deles! Tá tudo na mão deles!*

*(Luís Fernando, 70 anos, viúvo, ex-motorista de caminhão agora aposentado)*

Na fala de Luís Fernando, assim como em outras, pode-se notar como as diferenças entre “pobres” e “ricos” estão longe de serem explicadas por tal suposta origem natural. As diferenças entre eles se pautam em causas muito mais profundas e que dizem respeito à própria separação da sociedade em classes, nas quais os “ricos” são quem detém o poder e o dinheiro, “está tudo na mão deles.”

Recorrentemente, a desigualdade social entre “pobres” e “ricos” é formulada em termos de diferente atribuição de direitos entre eles, em que a exclusão social dos “pobres” passa a ser identificada com a negação de direitos básicos. Vários relatos se remetem à ausência de direitos a que são submetidos os “pobres”, como causa da sua exclusão. Neste caso, pode-se considerar que estes entrevistados têm uma noção clara dos seus direitos, pois é a consciência de seus direitos que permite percepções a respeito da sua ausência.

*O rico não, nasceu ali já de berço e vai indo, né? Vai naquela tradição tem todo direito na vida. O pobre... direito do pobre é trabalhar. Você sabe que o pobre é sempre pelo escanteio, né? Trabalha, trabalha...*

*(Durvalino, 67 anos, ex-trabalhador da lavoura, hoje aposentado)*

*Eu acho que eu tenho direito, só que eu acho que esses direitos num, num... assim, vamos supor, não chega até a gente. Ter, eu acho que a gente tem, entendeu?(...) Assim, caso de impostos, né? De impostos, limpeza pública,(...) tem varredor de rua no centro e aqui [no bairro em que mora] não tem. Quer dizer, a gente também paga limpeza pública, você entendeu? Então eu acho que a gente também tem esse direito. Só que aqui não passa varredor, né? Pelo fato da gente ser pobre, já não passa, mas a gente também paga.*

*(Isabel, 39 anos, doméstica)*

*Os direitos do povo, de uma maneira geral, eu acho que teriam que ter assim, mais... um atendimento melhor na saúde, sabe? Porque hoje em dia na saúde, se você não tiver o dinheiro, você morre. Que eu tô com a minha menina, essa maior aí, ela tem hérnia. Eu levei ela no médico em maio. Sabe quando eu consegui cirurgia pra operar ela? Em maio do ano que vem consegui cirurgia pra operar ela, entende? E você paga o INPS, uma vida inteira trabalhando. Depois você nunca consegue as coisas? Você nunca tem nada, você não tem direito nenhum. Que na saúde você não tem direito nenhum. Só tem direito se você pagar.*

*(Ana Amélia, 38 anos, do lar)*

Em muitos casos a percepção da desigualdade se remete ao fato das leis existentes não garantirem a igualdade. A percepção que se tem é a de que os “pobres” ficam à margem da lei e a justiça passa a ser privilégio dos “ricos”. As falas a seguir ilustram esta percepção de que a justiça, os direitos e as leis preservam privilégios para os “ricos” e que, portanto, são socialmente injustas, designando aqueles que têm e os que não têm acesso às leis. Os “ricos” utilizam a lei, que deveria se estender a todos, a seu favor e aos “pobres” resta a lei como repressão.

*Hoje você não tem nem como procurar uma lei. Igual, a gente é pobre, não tem como fechar uma lei. Você precisa de um médico, não tem pra quem reclamar. Sei lá, eu... que a gente já tentou procurar, ninguém dá atenção pra você.*

*(Moacir, 39 anos, motorista de caminhão desempregado)*

*Você já viu um filho de um deputado aí, filho de um fazendeiro, de um prefeito, enfim, a gente fala que é uma pessoa grande aí, se eles cair em alguma coisa, eles sofrem? Eles não vai sofrer porque tem gente por ele, e o pequeno não tem ninguém por ele (...) Então o pequeno só pequeno mesmo, não tem chance não(...) Pobre não tem direito. Pobre tá cada vez mais ... O rico mexe lá, tem direito. O pobre é difícil, o direito do pobre sempre tá caído, né?*

*(Durvalino, 67 anos, ex-trabalhador da lavourá, hoje aposentado)*

*Uma vez, uma batida de carro que teve do meu irmão nós fomos lá na ordem dos advogados, arrumamo advogado tudo certinho. Mas não teve jeito porque o cara que bateu, ele era empregado do Paulo Altomani [um importante empresário e político da cidade]. Então você já imaginou, né? Não teve condição. Meu irmão teve que pagar. Meu irmão mesmo certo. (...) Então nós tentamos, mas chega lá a pessoa tem mais dinheiro, tem dois advogados. O advogado do meu irmão mesmo falou: olha, Marcos, você paga todo o conserto dele, mesmo a gente sabendo que ele tava errado, porque não vai ter jeito.*

*(Neuza, 31 anos, do lar)*

Estes depoimentos ilustram como os “ricos” são capazes de “mexer os pauzinhos” como se diz na linguagem popular, a fim de colocar a lei a seu favor. A lei como tal e qual, só é aplicada mesmo àqueles que não tem como influir no “mundo das leis”. Durvalino, em seu depoimento, ilustra bem essa idéia de que aos “grandes” nunca acontece nada. Em compensação, os direitos dos pobres “sempre tá caído”, mesmo quando eles têm razão, segundo a lei, como ilustra a fala de Neuza, ao apresentar a situação ocorrida com o irmão.

As percepções em torno da desigualdade delineiam a forma como os próprios entrevistados se vêem na sociedade em imagens, que num primeiro momento, se dividem entre o “ser pobre” e o “ser cidadão”.

A desigualdade percebida sob a ótica da divisão da sociedade entre “ricos” e “pobres” torna o identificar-se como pobre a principal referência dos entrevistados para se autodenominarem, como percebeu Teresa Caldeira em seu trabalho já citado. Segundo esta autora, o ser pobre “funciona quase como um símbolo, na medida em que sintetiza uma série de imagens e concepções a respeito de si, de seus iguais e daqueles que são socialmente opostos” (Caldeira, 1994: 157). Deste modo, o ser pobre carrega consigo uma série de representações a respeito de si mesmo nas suas relações com os outros.

*O rico entra pela porta da frente. O pobre entra pela porta do fundo.*

*(Antônio, 42 anos, jardineiro)*

*Os pobres só vai pra frente se a polícia bater atrás.*

*(Josefa, viúva, ex-trabalhadora da lavoura hoje aposentada por invalidez)*

*Pobre é cachorro, não sabia disso? Ele não tem gosto na vida não.*

*(Sebastião, 55 anos, trabalhador da construção civil)*

Estas falas ilustram como a idéia de pobre, em contraposição ao rico é bastante presente entre os entrevistados. A todo o momento os entrevistados se designavam como nós, os “pobres”, em distinção a eles, os “ricos”, e traçavam uma imagem do “pobre como fraco, sofrido, explorado, maltratado, em oposição ao rico como forte, sempre melhor tratado que o pobre, ocupando as melhores posições” (Caldeira, 1994: 157).

A figura do cidadão é menos presente, embora bastante significativa entre os entrevistados, que muitas vezes se denominavam ora como pobres, ora como cidadãos.

A idéia de “ser cidadão” é mais abstrata e distante do que a idéia de “ser pobre”, que é muito mais próxima do seu dia-a-dia e do seu vocabulário usual. Isto se comprova pelo fato de alguns entrevistados, ao longo das suas entrevistas, se afirmarem cidadãos, sem

saber explicar porque, o que demonstra como, embora a idéia de cidadania traga consigo um significado moral positivo, o referir-se como pobre é muito mais comum entre os entrevistados.

Num país em que se vive fragilmente a experiência da cidadania não é de se estranhar que as pessoas, principalmente as mais empobrecidas, que mais sofrem com esta fragilidade, sintam dificuldades de ver-se como cidadãs, portadoras de direitos e sejam impelidas a ver-se simplesmente como pobres, marcadas muito mais pela sua carência. Deste modo, a auto-imagem de pobre acaba, muitas vezes, substituindo a de cidadão, no sentido do que afirma Vera da Silva Telles, “no lugar onde deveria existir o cidadão que exerce seus direitos enquanto poder de ação e representação, existe o ‘pobre’- figura desenhada em negativo: fraco, carente, desprotegido, que só encontra lugar na tutela estatal ou na proteção caridosa da filantropia privada.” (Telles, 1992: 5).

As representações em torno da cidadania que emergem nas falas dos entrevistados apresentadas a seguir se remetem às seguintes imagens: 1) a incompatibilidade entre a cidadania e a pobreza, pelo fato desta última impossibilitar o acesso aos direitos da cidadania, 2) a desigualdade econômica como critério de distinção entre cidadãos e não cidadãos, 3) o respeito como base para a cidadania, 4) o direito de se expressar e ter sua opinião considerada, como princípio básico para a cidadania, 5) o direito de se expressar e ter sua opinião considerada, atrelado a condições de vida dignas, 6) condições de vida dignas como patamar mínimo para a cidadania, enquanto fundamento para a sobrevivência material e moral.

Muitos entrevistados, ao se declararem pobres, se vêem impossibilitados de afirmarem-se cidadãos, estabelecendo uma contradição entre ser pobre e ser cidadão. É como se não houvesse a possibilidade de ser pobre e cidadão ao mesmo tempo, tomando estas duas figuras como incompatíveis. Por serem pobres não têm seus direitos respeitados e, conseqüentemente, não são tratados como cidadãos, como ilustram as falas apresentadas a seguir:

*Eu acho que pobre não é cidadão, não. O rico é. (...) Ele tem os direitos dele respeitados...*

*(Geni, 44 anos, viúva, costureira)*

*Olha... não sei, viu? (...) Não tem respeito pela gente. Eu acho, tem hora que eu não me considero não[cidadã]. E, não sei. Eu acho que os direito da gente não tá servindo, sendo direito (...) A pessoa só te respeita, eu, no meu caso penso assim: se você tiver dinheiro, a pessoa te respeita; se você não tiver, ela te humilha. Eu acho, porque eu já presenciei isso. Eu acho que é uma coisa muito desagradável, porque você vê uma pessoa que precisa de ajuda, né? E nunca consegue. Uma pessoa que tem dinheiro, ela vai e... não é verdade? E passa por cima? Eu acho.*

*(Gislaine, 31 anos, do lar, com marido desempregado)*

Estes dois depoimentos, assim como vários outros, mostram como, para vários entrevistados, só é cidadão quem tem dinheiro no Brasil. Deste modo, não podem considerar-se cidadãos, pois só quem tem dinheiro é que consegue ter seus direitos respeitados, apontando a desigualdade econômica como critério de distinção entre cidadãos e não cidadãos.

Outros entrevistados se vêm ao mesmo tempo como pobres e cidadãos, enfatizando uma outra dimensão da cidadania que não simplesmente a igualdade econômica, como é o caso de Abgail:

*Eu me considero [cidadã]. Porque eu exijo que me respeitam, em primeiro lugar. Eu não admito que as pessoas me desrespeite. E se me desrespeita eu procuro fazer com que ela me respeite, entendeu? Então eu acho que eu sou uma cidadã sim. (...) Ah, eu acho que ser um cidadão é ser uma pessoa respeitada na sociedade. Ter respeito. Ela poder participar da sociedade e ser respeitada, né? Eu acho que é isso.*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

A demanda por respeito ressaltada na fala de Abgail, citada acima, perpassa a fala de vários entrevistados e é o fio condutor dos seus relatos em relação à questão dos direitos e da cidadania, mesmo entre aqueles que revelam “não saber falar sobre essas coisas”. Ela

se apresenta como forma de crítica e de reivindicação frente à desigualdade, à exclusão e à ausência de direitos e de cidadania a que estão sujeitos os entrevistados.

Para Abgail e outros entrevistados, é imprescindível que as pessoas sejam respeitadas na sociedade para serem consideradas cidadãs. E o respeito, no seu depoimento passa pelo fato de poder “participar da sociedade”. Esta participação, para ela, representa a possibilidade de expor suas opiniões em público e, mais que isso, a possibilidade de ser ouvida e ter as opiniões consideradas, em uma sociedade em que há poucos espaços de reivindicação e de manifestação, compondo uma percepção da cidadania como algo muito mais amplo do que a mera igualdade econômica. Esta mesma entrevistada mostra, em outro trecho de sua entrevista, como se sente desrespeitada no seu ambiente de trabalho por não poder opinar e participar das decisões tomadas.

*Eu acho que a coisa que mais me deixa furiosa é a falta de respeito. Vamos supor, você tem uma reunião lá onde você trabalha, vamos supor. E aí pegam e colocam um papel lá no relógio onde você bate o cartão assim ó: “Amanhã todos os funcionários não vão poder trazer isso, trazer aquilo, trazer aquilo”. Eu não concordo com uma coisa dessa, porque eu acho que o funcionário não é cachorro. Ele tem que ter reunião para ele saber... Tem que reunir. Vai ter uma mudança numa firma, numa fábrica, ou em qualquer lugar, os funcionários têm que participar. Ele tem que participar. Eles tem o direito de falar se eles concordam com aquilo ou não concordam com aquilo. Não colocar um papel lá... ainda fala assim “Quem concordar concordou. Quem não concordar, a porta da rua está aberta”. Eu não suporto isso, você entendeu?*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

Para alguns entrevistados, a cidadania se remete à possibilidade de participar, falar e ser ouvido, mas também tem relação íntima com condições de vida dignas, apresentando uma concepção de cidadania que incorpora a igualdade econômica, mas que vai além dela, como é caso da fala apresentada a seguir:

*Quem não tem direito de falar, não tem uma água, não tem um esgoto, não tem uma condição de vida, não tem cidadania, né?*

*(Neuza, 31 anos, do lar, moradora do Cidade Aracy)*

Outros entrevistados colocam a questão das condições de vida dignas como patamar mínimo para a cidadania, pois segundo seus relatos são elas que dão possibilidade de obtenção de dignidade moral, que se apresenta sob forma de reconhecimento e de respeito pela sociedade e, em última análise, sob forma do próprio auto-respeito. A partir da existência de dignidade moral é que se pode falar em direitos e cidadania; antes disso, é impossível, como mostra o relato a seguir:

*Do jeito que tá aí, o sujeito ganhando 120 conto por mês, ele tá sendo massacrado ali. Ele não tem cidadania nenhuma. Não é verdade? Eu acho assim né? Eu acho que uma cidadania é uma coisa melhor prá gente, uma coisa boa né? Mais o pobre não... Muitos pobres não têm isso aí. Eu memo não tenho!!!*

*Regina - O Sr. não se considera um cidadão?*

*Eu me considero um cidadão porque eu sou brasileiro né? Mais assim, na convivência, no modo de viver aqui no país, eu me considero quase um mendigo!!! [risos]*

*(Luís Fernando, 70 anos, aposentado e com dois filhos desempregados)*

Luís Fernando se considera quase um mendigo. Como é que ele pode se considerar um cidadão nas condições em que vive? É este o sentido da sua fala. Não se trata somente do fato da sociedade não o reconhecer como cidadão. Trata-se da impossibilidade dele mesmo reconhecer-se como tal, nas circunstâncias em que vive.

Neste aspecto, a reivindicação pelos direitos básicos de sobrevivência como uma alimentação digna, casa, trabalho e salário “decente”, aparece relacionada à possibilidade do indivíduo adquirir sobrevivência moral. Ter esses direitos assegurados significa, para além de ter sua sobrevivência assegurada, ter respeito perante a sociedade e perante si mesmo. Ter uma casa significa ter um lugar no mundo e pertencer a algum lugar; ter um trabalho significa ser uma pessoa honesta, que “ganha o pão com o suor do seu rosto”; ter

uma alimentação “decente” significa não ter que se submeter a comer qualquer coisa; ter acesso à saúde significa não ter que passar por humilhações de ter que ficar horas em uma fila e não ser atendido; ter acesso à educação significa ter a possibilidade de alimentar uma perspectiva de melhoria de vida. Portanto, sem estes direitos de sobrevivência física é impossível pensar na própria sobrevivência moral de uma vida digna.

Porém, a sobrevivência moral dos “pobres” não é afetada somente pelas privações materiais. É afetada também pelos preconceitos e estigmas que o “ser pobre” carrega consigo. Vários relatos dos entrevistados descrevem as marcas da suspeita e da discriminação freqüente, trazidas com as “marcas de classe”. Esse preconceito atinge os “pobres” com a desqualificação do espaço onde vivem. Os entrevistados em diversos relatos mostraram como a cidade olha com “maus olhos” a periferia e principalmente a favela, como se estas fossem antro do crime e da baderna. “A cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública”.(Kowarick, 1979: 92-93 *apud* Chauí, 1994: 58)<sup>2</sup>.

*Os polícia... é eles vê a gente sentado... Se eles vê a gente sentado aí fora, eles já ficam olhando: “Será que esse camarada não trabalha? Será que esse camarada... Esse cara anda roubando.” É. A cabeça deles é assim. Vadio né Desocupado mesmo, por natureza.*

*(Arlindo, 48 anos, desempregado e morador do Jardim Gonzaga, uma favela urbanizada)*

A fala de Arlindo, este morador da favela, ilustra bem como os moradores das favelas são passíveis da discriminação constante por parte da polícia. As duas falas seguintes mostram que isso não é só um preconceito da polícia, mas de toda a cidade, inclusive de parentes e amigos dos moradores desses locais.

*O preconceito é porque mora aqui. Meu filho mesmo. Eu tenho um filho que mora ali na Vila Monteiro e ele não vem quase aqui! Agora, acho que faz um mês e pouco ele*

---

<sup>2</sup> Cf. KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

veio aqui. O outro faz quase ano. Sem me ver. E a mulher dele fala pra ele vir me ver e ele fala assim “não, não, lá na Cidade Aracy tão matando. Lá mata dois, três por dia!”.

*(Cleide, 55 anos, moradora do bairro Cidade Aracy II, fortemente estigmatizado na cidade como violento e aglutinador de marginais)*

Os preconceitos e estigmas são vividos pelos entrevistados como experiências excludentes que se apresentam em várias situações como no mercado de trabalho, com relação à vizinhança e em situações de consumo e de lazer.

*Eu trabalhei aqui na Vega Sopave, né? Então para entrar eles me obrigaram a dar outro endereço. Eles falaram assim: ué, mas você não mora na favela? Ai depois que descobriram que eu morava aqui, que eu caí doente. Ai falaram assim: é, mas você deu endereço lá de cima. Eu disse: é lógico, se não vocês não me pegava, não admitia. Então, eu precisava trabalhar, eu tive que dar outro endereço se não como é que eu ia sobreviver?*

*(Arlindo, 48 anos, morador do Jardim Gonzaga)*

*Até nas lojas que você vai comprar, quando eles pedem o endereço pra você, que você fala...Fala que é do Aracy... Sei lá, eles humilham mesmo o povo do Aracy (...) Principalmente os meninos, que teve um caso aí, do mais velho que já frequenta clube, não sempre, né? No clube, o pessoal aqui do Aracy são discriminados, o pessoal da cidade, do outro lado não, mas os do Aracy são bandidos.*

*(Esposa de Moacir, 37 anos, moradora do Cidade Aracy II)*

*Dentro do ônibus mesmo, muitas vezes eu já escutei “Ai Deus me livre de morar num buraco daquele. Que aquele lugar...”*

*(Abgail, 45 anos, moradora do Cidade Aracy II)*

*Mas geralmente você fala que mora no Aracy o pessoal já olha meio assim pra gente, sabe? Mas eu falei pro meu marido, prefiro morar aqui do que pagar aluguel em qualquer outro lugar, porque aí era muito mais disputado (...) se você tivesse condição de*

*comprar um terreno na Vila Prado, você não tava morando aqui. Ninguém mora aqui porque gosta, é uma opção, invés de você pagar aluguel, fica aí se apertando.*

*(Neuza, 31 anos, moradora do Cidade Aracy I)*

Por este último relato, o de Neuza, pode-se perceber que os próprios moradores não gostariam de morar onde moram e o fazem para fugir do pesadelo do aluguel. Neuza acha que tem uma casa boa para a família viver no bairro onde mora. Faltam ainda alguns acabamentos, segundo ela, mas dá para se viver. Mas ela sabe, assim como os outros entrevistados que se remeteram a esta questão, que estes bairros são mal-vistos na cidade, deixando marcas estigmatizadoras que depreciam a imagem de seus moradores. Estas imagens vêm dos próprios bairros vizinhos, quase tão afastados quanto estes discriminados e que vivem situações de precariedade próximas aos dos moradores destes bairros.

Ao mesmo tempo em que os entrevistados criticam as desigualdades sociais entre “pobres” e “ricos” e a forma preconceituosa como são tratados, eles mesmos incorporam estes preconceitos, passando a admitir uma auto-imagem de inferioridade. A fala de Moacir e de sua esposa são bastante ilustrativas neste sentido:

*Eu conheço meu lugar. Igual, eu já mexi com muita gente rica. Sempre que a gente trabalha com caminhão, tá sempre mexendo com pessoa rica.*

*Regina: O que é conhecer o seu lugar?*

*Eu acho que conhecer meu lugar é uma coisa... Eu sou um cara pobre, eu vou chegar... Vamos supor, eu tenho um amigo, o Toninho [amigo rico]. A gente é amigo também, só que se ele chamar eu, vamos supor, eu vou na casa dele atrás duma moto, dum pneu de um caminhão. Chega lá tem uma festa, eu não vou chegar lá e entrar no meio da festa dele. Se ele convidar eu, lógico que eu vou. Mas eu tenho que conhecer meu lugar de pobre, eu fui lá buscar um pneu, então eu tenho que pegar o pneu e ir embora!!*

*(Moacir, 39 anos, caminhoneiro desempregado)*

Pode-se notar, no relato de Moacir, o sentido que ele atribui ao relacionamento entre “pobres” e “ricos”. Trata-se de um relacionamento que não se dá em pé de igualdade, porque o pobre deve conhecer o seu “lugar”. Este sentido da fala de Moacir se mostra

contraditório com afirmações ao longo de sua entrevista, contrárias ao preconceito e à discriminação aos “pobres”. A fala de sua esposa mostra mais claramente ainda esta contradição – ao mesmo tempo em que critica o fato das domésticas serem tratadas de forma discriminatória por suas patroas, deixa transparecer que no seu caso, não se deixa igualar a elas quando a convidam para sentar-se junto à mesa, pois, segundo afirma, reconhece o “seu lugar”.

*Comigo nunca aconteceu, mas muita gente comenta, muita mulher comenta. Tem patroa que tem até o prato da empregada separado, o prato dela é aquele, como se fosse um cachorrinho que tivesse ali, que tem o prato de água e de comida, né? (...) Eu penso assim, tudo bem, eu sou pobre. Eu tô ali pra trabalhar de empregada, só que eu não sou cachorro! Eu acho assim, porque ele tem dinheiro e eu sou a empregada eu sou cachorro, não, não é, eu não aceito! Tudo bem, eu não vou falar... o patrão tá lá, a patroa, tão lá almoçando... Muitas patroas já ficou brava comigo, porque eu não ia sentar com eles lá na mesa. Eu falava assim “depois eu almoço”!*

*Regina: E por que você não ia?*

*É como ele falou. Esse é o lugar da gente, então, eles ficavam lá à vontade e depois eu ia, quando eles terminava, eu ia lá, tirava a mesa e almoçava tranqüila. Como se eu tivesse mesmo... Agora, se chegasse assim e... nunca aconteceu, mas se chegasse “esse é seu prato, esse é seu copo e essa é a sua colher, quando os outros terminar, você vai e come”, eu não ficava. Porque já aconteceu de muita gente falar pra mim. Com minha irmã mesmo já aconteceu.*

*(Esposa de Moacir, 37 anos)*

O que a análise feita até aqui mostra é que a desigualdade é amplamente percebida pelos entrevistados que percebem o autoritarismo social vigente na sociedade brasileira que marginaliza e trata como inferiores os mais pobres e destituídos. Tanto a descrição de várias situações em que convivem cotidianamente com a desigualdade e a exclusão, como a demanda por respeito e por dignidade moral, mostram que os entrevistados percebem a forma como são tratados na sociedade brasileira, como desiguais e inferiores.

A desigualdade se põe à mostra também na maneira como os entrevistados citados até aqui se autodenominam diante da sociedade na qual estão inseridos. A desigualdade, simplesmente vista como destituição, torna forte a figura do pobre, em oposição à do cidadão, portador de direitos, e remete as imagens e percepções em torno da questão da cidadania muito mais como algo a ser conquistado pelos mais pobres e destituídos, colocando-se fortemente como demanda e reivindicação.

No mesmo sentido encaminham-se algumas das imagens em torno dos direitos apresentadas a seguir. Elas se colocam em torno dos seguintes eixos: 1) enquanto reivindicação dos direitos já previstos por lei, 2) enquanto reivindicação dos direitos já previstos por lei e também como conquista de novos direitos, 3) enquanto dádiva, baseado em práticas clientelistas, 4) enquanto dádiva e exigência dos direitos existentes ao mesmo tempo, 5) atrelada à idéia de conduta correta, 6) relacionada ao trabalho, 7) ligada ao consumo e 8) enquanto algo a ser procurado, nos vários sentidos aqui interpretados. Eixos que trazem consigo novas percepções também em torno da cidadania que se referem à cidadania enquanto cumprimento de deveres, à cidadania atrelada à conduta correta, à cidadania como fruto do trabalho, à cidadania numa concepção universalizante e à cidadania enquanto posse de bens de consumo.

A reivindicação colocada como direito não é algo novo, mas é algo que tomou nova dimensão a partir da mobilização dos movimentos populares urbanos nos anos 70 e 80, e que permanecem atuantes hoje conquistando novos direitos e novos espaços de reivindicação para toda a sociedade brasileira. Mas a reivindicação não se dá somente no seio dos movimentos que se organizam coletivamente. A reivindicação é colocada também entre alguns entrevistados, no seu dia-a-dia, como se pode notar através dos trechos de entrevistas citadas a seguir:

*A gente tem todos os direitos, né? Por exemplo,... Ah, de ser atendida das coisa que às vez a gente reclama. (...) Sei lá, eu acho que a gente tem todo o direito de ser atendido naquilo que a gente quer (...) Eu sou uma cidadã nesse ponto aí. Eu tenho que reclamar os meus direito, né? E ser atendido, né? Se não for atendido aí, as coisa complica, né?*

*(Ana Maria, 39 anos, dona de mercearia e feirante )*

*Cada um deve lutar pelos seus direitos. Tem muita gente que não conhece, não sabe como é que é, então deixam quieto, né? Já as pessoas que mais entendem, conhecem e... acabam indo mais atrás.*

*(José Maria, 40 anos, operário)*

*Direito? É esse direito de reclamar, um direito de ter uma energia onde você mora, ter uma água, uma rede de esgoto aí, um saneamento básico aqui na rua.*

*(Sérgio, 40 anos, desempregado, trabalhando na lavoura temporariamente)*

*Tudo que a gente achar que tá errado, desde um extrato de um banco, conta de água, tem mais que reclamar.*

*(Neuza, 31 anos, do lar)*

Muitas vezes o direito de reivindicar, entre os entrevistados, se limita à exigência do cumprimento de direitos previstos em lei, o que não deixa de se apresentar como importante forma de luta e de reivindicação. Porém, em outros casos, os entrevistados se remetem à construção de novos direitos, como o direito à moradia, por exemplo, que é exigido o tempo todo pelos entrevistados e que não é reconhecido por lei<sup>3</sup>. O fato de vários entrevistados se remeterem à construção de novos direitos, para além daqueles já existentes demonstra uma concepção bastante avançada de direitos e que se aproxima à visão de direitos defendida pela “nova cidadania”<sup>4</sup>, formulada no seio dos movimentos sociais. Uma concepção de direitos que se relaciona a uma visão de cidadania que extrapola aquela vinculada à mera exigência dos direitos estabelecidos e reconhecidos por lei e se remete a própria criação de novos direitos.

O relato apresentado a seguir demonstra a disposição de muitos entrevistados de reivindicar seus direitos. Nesta fala, porém, existe uma singularidade.

---

<sup>3</sup> Mesmo na Constituição de 1988 em que vários direitos foram reconhecidos, a questão da habitação não foi reconhecida como direito (Dagnino, 1994).

<sup>4</sup> Consultar, a respeito deste termo, DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”, in: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

*Devia de ter um melhoramento aqui no nosso bairro. Um melhoramento vir para tudo nós ficar satisfeito, ficar gostando do lugar que a gente mora, né? Agora se a gente não tem, a gente pede. A gente não tem? Tem que ir à luta! Só que tem que ter bastante gente para fazer força. Porque você sabe que uma andorinha só não faz verão.*

*(Gilberto, 39 anos, faxineiro numa pedreira)*

Nota-se que Gilberto utiliza o verbo pedir ao invés de outro como exigir ou reivindicar, mas a partir do seu relato pode-se notar que este entrevistado tem claramente uma idéia de direito enquanto conquista, pois defende a reivindicação coletiva, para a obtenção dos direitos – aqui cabe ressaltar a idéia da importância da organização coletiva como forma de luta ressaltada por Gilberto, embora este seja um tema a ser retomado mais adiante no próximo capítulo desta dissertação. No entanto, na sua fala o exigir e o pedir aparecem meio misturados, demonstrando como estas idéias se confundem no imaginário dos entrevistados, evidenciando a sua complexidade. E estes verbos não se confundem somente no imaginário das classes subalternas, mas também nas suas práticas, que ora se apresentam sob forma de reivindicação, ora se apresentam como forma de pedir favores.

O pedir faz parte do vocabulário corrente em uma sociedade onde os direitos são raramente respeitados e são sim, na maioria das vezes, negociados através de favores por meio do envolvimento em práticas clientelistas. A reivindicação por direitos é substituída por formas de negociação com políticos e pessoas influentes. Nestes casos, as demandas não são encaminhadas por quem se considera um cidadão que se dirige ao poder público para exigir um direito. A relação se dá assumindo um caráter pessoal ou no máximo grupal, na qual se pede um favor, e não se exige um direito. Trata-se de um “desvirtuamento” da política segundo muitos, mas para as pessoas que se utilizam deste recurso, trata-se de uma estratégia possível para se obter algum benefício, em meio a um quadro institucional que ignora as reivindicações dos cidadãos, principalmente daqueles que muitas vezes nem são considerados cidadãos (Magnani, 1984).

Entre os entrevistados, vários admitiram utilizar-se de favores pedidos a políticos, desde planta de casa, óculos para o filho, cadeiras de rodas a terrenos. Outros afirmaram que nunca se envolveram em práticas deste tipo, mas admitiram a possibilidade de um dia fazê-lo.

Estas práticas são bastante fortes e arraigadas na sociedade brasileira, como um sério compromisso traçado entre pedinte e provedor. Pode-se suspeitar que alguns indivíduos possam se envolver em práticas clientelistas em busca de obter um benefício sem a preocupação de honrar o compromisso com o provedor. Mas entre os entrevistados pude perceber que este compromisso é muito respeitado. Vários entrevistados ressaltaram que votariam ou já votaram no político que lhes fizesse um favor como afirma Durvalino:

*Procuraria um político (...) Aí a gente tinha que votar nele porque devia favor pra ele, né? Eu acho que ... uma... a gente... tem que ser...uma coisa paga outra, se ele me ajudou. Ou que seja bom ou que seja ruim, a pessoa me ajudou então pra mim ele foi bom, eu não posso dizer, que não vou votar por ele. Ele me ajudou não é ruim.*

*(Durvalino, 67 anos, ex-trabalhador da lavoura, hoje aposentado)*

Mas os entrevistados assumem que procuram políticos não só para pedir favores, mas também para cobrar e exigir seus direitos, pressionando o poder público a fim de que este garanta os direitos negados a esta população. As falas de Ana Amélia e de Gilberto são bastante significativas neste sentido:

*A gente conversa, todo mundo reclama [a falta de ônibus no seu bairro], sabe? Não é só eu. Todo mundo reclama, porque tem pessoas que trabalha e leva na creche, a creche é lá longe, né? Tem uns que tem que trabalhar e às vez o horário aqui do ônibus não dá certo. Tem que tomar lá [bem longe] mesmo. Tando chovendo, ou não tando, tem que ir lá à pé tomar o ônibus pra ir trabalhar. Mas a gente vai conversá com político, com isso com aquilo...*

*(Ana Amélia, 38 anos, do lar)*

*Então eu ia procurar uma pessoa que me desse uma força [caso tivesse procurado atendimento médico em vários lugares e não tivesse conseguido, numa situação hipotética].*

*Regina - Que pessoa por exemplo?*

*Um vereador, o prefeito... Eu ia falar, olha eu quero levar essa criança no médico, não estou tendo condição, tá tudo fechado, não tem onde levar, então tem que procurar um deles, para mim levar, né? Para me dar uma força para mim. Porque tem que procurar um jeito.*

*(Gilberto, 39 anos, faxineiro numa pedreira)*

Um entrevistado, Antônio, faz claramente uma crítica à política clientelista, embora tivesse dito antes que se soubesse que um político estivesse dando terrenos durante sua campanha política, o procuraria e votaria nele caso fosse contemplado:

*Tem muitos candidatos aí que eles ganham a eleição comprando voto né? Tem cara que vota por causa de 10, 10 real? (...) Porque eu tenho que ver a pessoa se ela, se ela tá ... Eu não vou votar por causa de 10, 15 conto.*

*Regina - Mas o sr. votaria no candidato que desse um terreno para o sr. [como tinha afirmado antes durante a entrevista]?*

*Votaria.*

*Regina - Votaria? O Sr. acha que tinha que fazer isso?*

*Não, não que eu ia fazer por causa do terreno; por causa da pes..., mas por, depois que vejo ele fazer né? Não porque o cara me dá aí 20 conto que eu vou fazer isso. Tem que ver o quê que ele é.*

*(Antônio, 42 anos, jardineiro numa empresa privada)*

Nota-se uma forte contradição na fala de Antônio que apesar da sua crítica à política clientelista acaba admitindo que se fosse beneficiado por ela, por meio de algum favor obtido junto a um político, votaria nele. Ao final da citação da sua fala percebe-se como ele tenta dizer que não votaria no político somente pelo favor obtido, mas pelo o que ele que representa. A questão é que em grande medida, a figura do político na sociedade brasileira acaba sendo avaliada em função dos favores que presta à população e não em relação à sua integridade e ao seu projeto político.

Outro entrevistado, Jorge, já apresentou uma posição menos contraditória e disse que jamais procuraria um político para nada, pois, segundo ele, os políticos só lembram das

pessoas na hora da campanha, porque depois que se encerra a época de eleição, nem lembram do “povão”.

A idéia do direito aparece algumas vezes atrelada à idéia de conduta correta. A conduta correta, segundo vários entrevistados, implica na honestidade e na responsabilidade, princípios básicos para o indivíduo ser reconhecido como cidadão, portador de direitos. Nesta perspectiva, só “tem direito quem é direito”, como mostra o depoimento a seguir:

*O direito só tem quem faz por merecer a ter direito. Porque quem não faz por merecer não tem. (...) É a pessoa que anda certo. Esse merece qualquer direito.*

*(Josefa, 64 anos, ex-trabalhadora da lavoura, hoje aposentada)*

A idéia de conduta correta, por sua vez, aparece fortemente associada ao trabalho para vários entrevistados. Para eles, é considerado correto e responsável o indivíduo que trabalha, que “luta na vida” - este sim é considerado cidadão e tem direito a direitos.

*Ah, eu tenho direito de, de ter... eu trabalho. Eu cuido da minha família. Prá minha família não falta nada. Eu tenho direito de andar, ir onde eu quiser, não é isso? Gosto de respeitar e gosto de ser respeitado (...) A pessoa que luta, que luta, que trabalha, tem, tem o direito dele.*

*(Antônio, 42 anos, jardineiro numa empresa privada)*

A percepção dos direitos como fruto do trabalho deve ser compreendida dentro da lógica da cidadania regulada que preside a atribuição dos direitos sociais na sociedade brasileira fundada nos anos 30, quando o Estado assumiu a atribuição dos direitos sob forma de tutela àqueles indivíduos que trabalhavam em ocupações reconhecidas pelo Estado. A partir dessa lógica, o trabalho torna-se o definidor da cidadania, ou seja, passam a ser considerados cidadãos, portadores de direitos, aqueles indivíduos que trabalham.

Deste modo, para muitos entrevistados, o direito e a cidadania só se estabelece na sua relação com o trabalho. E aí se nota a importância da figura do trabalhador, que vem se

juntar às outras figuras já destacadas de autodenominação por parte dos entrevistados. Ela é uma das principais formas de auto-referência depois de “pobre”, e que em alguns casos é central, quando há afirmações que consideram que a sua identidade não pode se cumprir inteiramente se está fora do mundo do trabalho – “espaço de pertencimento simbólico que implica no exercício dos direitos (...) Pertencimento simbólico que constrói os parâmetros da semelhança, da identificação e do reconhecimento” (Telles, 1993: 78). A fala de Luis Fernando é bastante ilustrativa neste sentido:

*Bom, quando eu trabalhava tinha né? Agora, hoje não tenho mais direito porque tô aposentado, afastado, não pago mais... não pago mais INPS. Eu não pago mais aquele, como é que fala lá? Aquele que, que recebe lá, o PIS. Não pago mais nada né? Então, eu tô afastado né?! O meu ordenadinho aí é só essa migainha aí. A aposentadoria acabou? Acabou! É só isso aí.*

*(Luis Fernando, 70 anos, ex-motorista de caminhão, hoje aposentado)*

Luis Fernando acredita que tinha direitos enquanto trabalhava. Era o espaço do mundo do trabalho que o tornava um cidadão e que garantia seus direitos. Deste modo, ao referir-se aos direitos, enfatiza fortemente os direitos trabalhistas. Para ele, o fato de estar fora do mundo do trabalho atualmente torna a realização dos seus direitos mais difícil, pois tendo saído deste espaço, perde a possibilidade de ser reconhecido enquanto cidadão. Trata-se de uma noção que vincula o reconhecimento da cidadania ao mundo do trabalho, mas que ilustra, para além disso, a importância da legislação para a regulamentação e atribuição dos direitos. Para que os direitos tornem-se regra comum é imprescindível que sejam reconhecidos por lei – este é um passo fundamental para que se tornem efetivos. E o mundo do trabalho torna isso possível - os direitos reconhecíveis por lei e a cidadania mais próxima de sua concretude.

Para vários entrevistados, porém, para que a figura do cidadão, portador de direitos, se complete não basta que o indivíduo seja um trabalhador. É preciso que ele seja um trabalhador honesto, responsável e cumpridor dos seus deveres, de suas obrigações, de suas dívidas e seus impostos, como ilustra o relato apresentado a seguir de Abgail:

*Eu acho que eu sou uma cidadã sim, porque eu tenho um trabalho, né? Eu tenho salário e eu tenho que trabalhar para sobreviver. Eu pago as minhas contas, eu pago imposto, então eu acho que eu sou uma cidadã sim.*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

Nesta perspectiva, emerge uma nova percepção de cidadania em relação às já destacas anteriormente, que ao invés de se exprimir em termos de direitos, se exprime em termos de deveres. Vera Telles (1993) afirma que a experiência histórica de uma cidadania escrita no negativo é que gera essa consciência, que define o cidadão pelas suas obrigações. Alguns entrevistados, por exemplo, se vêem como cidadãos pelo fato de pagarem impostos, como Cleide, por exemplo:

*Mas eu acho que todos os brasileiros, toda gente... A gente tem direito. Vamos supor, se eles estuda, a gente paga os direitos da gente, a gente tem direito!! As pessoas pagam o imposto. Agora uns reclama, porque isso e aquilo, que não tem direito. Tem, todo mundo tem direito!!*

*(Cleide, 55 anos, faxineira desempregada)*

Emerge daí a figura do trabalhador “direito” – uma nova forma de autodenominação dos entrevistados, para além da do trabalhador - numa referência àquele indivíduo que além de ser trabalhador, cumpre com seus deveres e “paga suas contas”, e que é construída em oposição à do vagabundo, do bandido, como mostra o relato apresentado a seguir:

*Eu acho que um cidadão é o cara andar direito, ser um cara trabalhador, andar fazendo as coisas tudo certinho e ser um cara de responsabilidade, para ter o direito. Eu acho que deve ser assim (...) Eu me considero [um cidadão] porque se eu não fosse eu praticava outras coisas, erradas. Porque eu acho que eu fosse um cara que não fosse um cidadão, eu praticava muitas coisas erradas. Vendia droga, vivia bebendo pinga aí pelo meio da rua, fazia bagunça, largava família, abandonava família, não queria enfrentar a vida. Quer dizer que aí, ia fazer uma... Ia bagunçar, dizer, Ah! Não estou nem aí, entrava*

*no meio da bagunça. Eu sempre tive esse palpite. Eu quero andar direito. Tem que andar na posição certa porque a gente tem que fazer as coisas com responsabilidade, não é não?*

*(Gilberto, 39 anos, faxineiro numa pedreira)*

Essa oposição entre o trabalhador “direito” e o bandido faz grande parte dos entrevistados afirmar que aqueles “saírem da linha”, bandidos, marginais, mau-pagadores, até têm direitos, mas é como se tivessem uma quantidade de direitos menor que a deles, por isso não podem ser considerados cidadãos para muitos entrevistados. O tratamento destes “outros” (ou seja, os bandidos, dentre nós, os “pobres”), embora sem se tornar “bárbaro”, deve ser diferenciado. É por isso que embora a maioria dos entrevistados assuma uma posição de que os presos e bandidos não devem ser agredidos, não os consideram seus iguais, como ilustra a fala de Josefa:

*Eles não podem pôr muito preso numa cela só, não. Porque aí é ruim, mesmo. Agora, comida... A gente tem muitos pobre aqui... muitos pobre que não tá comendo o que eles come dentro da cadeia. Ah, eles têm que comer o que der! Não que você vai dar veneno pra eles, não, tá? Mas eles têm... Eles têm que dar graças à Deus deles fazer o que eles faz e ainda ter o que eles têm lá dentro de comer. (...) Eu acho que eles têm direito, sim. Mas não de reclamar, sabe? De reclamar assim, igual eles reclama, não. Porque, igual, tô falando, às vezes que vai lá a comida deles que jeito que vai, viu? Não sei que jeito que vai a comida deles. Mas se vai um arroz com feijão e uma mistura... eles até deve dar graças à Deus, porque, né? Eles vão comendo por conta do governo, sem trabalhar. Nós aqui trabalha igual a um condenado e tem dia que nós não tem uma mistura!*

*(Josefa, 64 anos, ex-trabalhadora da lavoura, hoje aposentada)*

Nesta perspectiva, nem todas as pessoas são igualmente portadoras de direitos. Os “outros” até tem alguns direitos, mas não são iguais a “nós”. Neste aspecto, vários entrevistados defenderam o trabalho na prisão para que os presos pudessem se sustentar. Para eles, são os “pobres” que estão fora da cadeia que acabam sustentando os presos, porque pagam impostos e é com este dinheiro que o governo os mantém. E o governo

deveria sustentar os “pobres”- “aqueles que trabalham” e as outras pessoas que também precisam de cuidados e estão fora da prisão, como afirma Carlos:

*Acho que o governo devia ter uma fazenda, tudo bem cuidado e pnhava aqueles preso pra trabalhar. Entendeu? Você trabalha, você come, se não trabalha, você não come! (...) Acho que quem trabalha, deve ter direito, agora que não... Esses ladrãozinho aí, deve ser castigado!*

*(Carlos, 40 anos, carpinteiro numa empresa privada)*

Trata-se de um modelo de cidadania restrito que se opõe a um outro que emerge na fala de outros entrevistados e que se refere a uma noção de cidadania bem mais ampla, que se expõe na maneira como falam dos presos como seus iguais, como afirma Nelson:

*Ah, mesmo ele tando preso ele tem direitos sim né? Ele... tá certo, ele até fez as coisa errada, então ele tá preso, então ele tá cumprindo a penalidade dele. Mas mesmo ele tando preso, ele tem muito direito. Eles têm bastante direito também, né? Porque é um ser humano né? Ele errou, então ele tá pagando pelo erro dele, mas ele tem que ter o direito dele.*

*(Nelson, 51 anos, trabalhador da lavoura de laranja)*

Mas logo em seguida o próprio Nelson mostra a ambigüidade do seu modo de pensar, compartilhando, em termos, de uma concepção restrita de cidadania, afirmando:

*Agora eu acho que, sei lá. Eu acho que... Bom o preso tando preso eu acho que ele come melhor do que não tá preso.*

*Regina – Por que o sr. acha isso?*

*Porque se eles não comer... a comida deles não tiver bem feita, aí eles vão fazer bagunça na cadeia né? Que nem eu já tenho visto muitos aí. Eles quer a comida deles na hora, né? Se farta a mistura eles já vão reclamar. E tem muita gente que tá fora, tá trabalhando, não pode comer um pedaço de carne. E a carne deles tem que ter, né?*

*Regina - E o que o sr. acha disso?*

*Ah, sei lá, eu acho que...*

*Regina - Devia ser assim ou não devia?*

*É... Não... Sei lá eu acho que... Ah, bom, tem que ser né? Porque eles tem direito também de comer.*

*(Nelson, 51 anos, trabalhador da lavoura de laranja)*

Com relação a presos e bandidos, uma questão que surgiu durante as entrevistas foi a da pena de morte. Não é o objetivo deste trabalho discutir este tema, porém a discussão em torno das imagens dos entrevistados em relação à pena de morte pode oferecer alguns elementos interessantes para a discussão aqui desenvolvida. Alguns entrevistados chegaram a defender a pena de morte nos casos de crimes mais graves como assassinatos e estupros, mas a maioria deles é contra este tipo de punição. Moacir e Carlos já demonstram um posicionamento mais radical e afirmam que os policiais devem bater mesmo em presos e até matar:

*Se for bandido, eles tão certos. Bandido tem que morrer. Porque bandido não tem dó de ninguém não (...) Se tá preso é porque merece.*

*(Moacir, 39 anos, caminhoneiro desempregado)*

*[Quando eles fazem rebelião] Ah, eu acho que o governo tinha que tocá fogo em tudo aquilo lá, matá aqueles preso lá, porque eles quer o que? A gente que trabalha, não tem uma vida boa igual eles tem lá!! Eles lá come uma mistura por dia, a gente que trabalha aqui, sofre, não pode comer... Às vezes, nem tem mistura pra comer, né? (...) Acho que o governo devia cuidar é dos pobre, dos velhos aposentado, né? Aumentar o salário deles. Esse dinheiro de custo que dá pros preso lá, devia dá pros aposentado, né?*

*(Carlos, 40 anos, carpinteiro numa empresa privada)*

Porém, os entrevistados mostraram perceber que se a pena de morte for implantada no Brasil eles, os “pobres”, serão as vítimas preferenciais, pois sabem que os que correm o maior risco de serem confundidos com bandidos e marginais – na lógica dos estigmas e discriminações apontadas anteriormente – são justamente os “pobres”. Por isso são

contrários a ela. Sabem que a justiça só reprime os “pobres” e destituídos e não se aplica a todos os que realmente deveriam passar pelo seu crivo, como mostram os dois relatos a seguir:

*Se fosse prá todo mundo, eu era a favor! Eu acho que, por exemplo, que nem aqui no Brasil não pode vim pena de morte. Porque aqui se for, se vim pena de morte aqui, quem vai morrer é só os pobre! Só os pobre! Porque rico não vai morrer! (...) Quem tinha que morrer primeiro era eles. Não é verdade? (...) Porque, eles são os primeiro ladrão! E eles não roubam de pouco não! Eles roubam de 100 bilhões, é, 300 bilhões. Agora, o pobre róba uma galinha aí, vai, entra na cadeia, ele morre de tanto apanhar. “Sujo, ó o ladrão de galinha aí! Cacete nele!”, porque roubou uma galinha prá comer, prá matá a fome.*

*(Luís Fernando, 70 anos, ex-motorista de caminhão, hoje aposentado)*

*Porque você pode ver que no Brasil quem vai pra cadeia é só preto e pobre (...) Se fizer pena de morte quem vai morrer é só preto e pobre. Que o rico tava não sei aonde... Ele sempre arruma testemunha, ele sempre arruma. Nossa, se tiver que arrumar trinta testemunha ele vai assim. E o pobre não. O pobre se sujeita, que não tem direito nem a advogado. Ele não tem onde recorrer, não tem com quem recorrer.*

*(Neuza, 31 anos, do lar)*

Dois entrevistados definiram direitos em termos de consumo, porém com sentidos distintos. Estes dois entrevistados têm uma imagem dos seus direitos nos quais se vêem mais como consumidores do que propriamente como cidadãos. Segundo Canclini (1995), nos dias de hoje, com a degradação da política e a descrença nas suas instituições, outros modos de participação se fortalecem. Deste modo, as pessoas passam a se ver cada vez mais, como consumidores, em detrimento de uma auto-imagem formulada em termos de cidadania. “Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertencem e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos

meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos” (Canclini, 1995: 13).

Valdir se remete à questão do consumo para afirmar que o cidadão é aquele que tem direito a ter uma “vida sossegada”, com um mínimo de consumo razoável a uma vida modesta e digna, uma visão de cidadania que se aproxima daquela já colocada como direitos às condições mínimas de sobrevivência a uma vida digna. Segundo relata:

*Ah, o cara tem que ter direito de ter uma vida melhor. Viver a vida, sossegada, né? Tem direito de ter alguma coisa, um carro, um carrinho pra andar, uma moto. Então, isso eu não consegui ter ainda, entendeu? Direito eu tenho, mas só que eu não consigo ter. (...) É que nem você vê... Você vê, tem muito... eu corto cabelo aqui, você sabe, o bairro aqui é pobre, né? (...) Então a gente não consegue juntar um dinheiro, tudo que você ganha você vai comprar uma mistura, vai comprar uma roupa, um sapato. Nem dá pra comprar uma roupa, sapato... Dá só você comendo e vivendo a vida, só.*

*(Valdir, 38 anos, cabeleireiro autônomo)*

Já Sebastião define como cidadão aquele indivíduo que trabalha, mas que tem algum bem na sua vida, alguns “pertences” e que por isso assume *status* de cidadão. Porque aquele que só trabalha e “não tem nada”, não tem nenhum comércio, nenhum “valor”, não é reconhecido como cidadão pela sociedade. Por isso não se considera cidadão, porque só trabalha e não tem “nada” na vida. Trata-se de uma visão de cidadania – esta sim nova em relação as já destacadas até aqui - ligada à posse de bens, numa sociedade em que os sem posses são desconsiderados enquanto seus portadores e onde também o valor de se ter um empreendimento próprio é destacado, como mostra a fala de Sebastião:

*Ah, eu não me considero cidadão, porque o cidadão mesmo não trabalha que nem a gente trabalha, né? (...) Eu trabalho demais, né? Porque um cidadão mesmo, sabe, ele sempre tem um comércio, pertences. Já tem mais valor que a gente, né? Agora eu não conheço coisa perdida, né? Que nem cadeia. Eu conheço Deus e todo mundo. Eu acho que eles gostam da gente [as pessoas gostam dele]. Então eu considero nessa parte, né?*

*(Sebastião, 55 anos, trabalhador da construção civil)*

Mas por outro lado, Sebastião, embora reconheça que não é visto como cidadão pelo fato de “trabalhar demais” e não ter nada, afirma-se cidadão por ser honesto e ser bem considerado por todos. Ou seja, pode não ser considerado perante a sociedade como cidadão, mas para ele mesmo e os seus é cidadão por ser honesto e trabalhador – o que mostra duas concepções diferentes, e ambíguas, em torno da noção de cidadania.

Foi muito comum ouvir falas como esta apresentada a seguir entre os entrevistados em que afirmavam a necessidade de “procurar” seus direitos.

*O povo não sabe do direito. Tem os direito, mas não sabe aonde vai procurar. Não sabe como, né?*

*(Moacir, 39 anos, caminhoneiro desempregado)*

Era muito comum afirmarem que tinham ido procurar os seus direitos em situações em que se sentiam lesados como, por exemplo, no não pagamento de algum benefício trabalhista, na falta de atendimento médico, na falta de escola para o filho.

Teresa Caldeira (1994) afirma que “procurar” direitos está relacionado ao fato de muitas pessoas terem uma visão de que o direito se pede e por isso deve ser procurado com alguém que deve conferir estes direitos. Não discordo inteiramente dela e acho que este “procurar” direitos pode estar relacionado com o direito enquanto dádiva. Mas acredito que esta idéia está relacionada também com o fato das pessoas não perceberem os direitos como fazendo parte do seu cotidiano. O direito é tido como algo abstrato e distante e, por isso, não se encontra ao “alcance da mão”; precisa ser procurado.

Além disso, por trás desta idéia de “procurar” direitos é possível identificar a idéia de lutar por/batalhar. Os direitos existem no papel, mas como na prática não são efetivados, “têm que ser procurados” - no sentido de conquistados.

Estes são alguns exemplos de relatos dos entrevistados, que colocam a questão dos direitos e da cidadania. Coexistindo em um mesmo espaço social, estas visões diferenciadas e por vezes ambíguas e até mesmo contraditórias constroem a polissemia do universo de representações dos entrevistados. São visões do direito enquanto reivindicação e exigência

do cumprimento dos direitos reconhecidos por lei até visões que colocam a criação de novos direitos como possibilidade, que se relacionam a percepções mais democráticas de cidadania, e que convivem ao lado de visões do direito enquanto dádiva, permeada por práticas clientelistas, que por outro lado, configuram representações mais autoritárias da cidadania. Visões que se colocam junto com concepções de direito que se remetem à idéia de conduta correta, ao trabalho e ao consumo e que constroem concepções de cidadania na mesma direção e que se vinculam à honestidade, ao cumprimento dos deveres muito mais do que ao exercício dos direitos, à possibilidade de acesso aos direitos por meio do trabalho, numa vertente regulada da cidadania e ao consumo como forma de obtenção de uma vida minimamente digna ou como modo de obtenção do *status* de cidadão por meio de bens acumulados.

Estas são, portanto, as várias imagens que compõem o universo de representações dos entrevistados, no que diz respeito à questão dos direitos e da cidadania verificadas no âmbito deste trabalho. As falas aqui retomadas podem reproduzir formas de sociabilidade hierárquicas, autoritárias, tutelares e clientelistas, reiterando o modelo de sociedade autoritária em que vivemos. Por outro lado, podem revelar manifestações de uma consciência de cidadania e de uma cultura mais democrática, que nos remetem às possibilidades do aprofundamento da democracia construída nos liames do dia-a-dia.

### **3.2 Democracia – entre a implantação dos direitos sociais e a possibilidade de um código igualitário para as relações sociais**

É comum se pensar que os indivíduos pertencentes às classes subalternas tendem a se preocupar mais com o atendimento dos direitos voltados ao acesso à educação, saúde, moradia, trabalho, etc, relegando a segundo plano a preocupação com direitos que garantam o respeito e a igualdade de tratamento e coibam a discriminação e o preconceito. Neste aspecto, há várias hipóteses no sentido de afirmar que as representações em relação ao conceito de democracia desta população se manifestem em torno de concepções que digam respeito muito mais à própria sobrevivência física do que à “sobrevivência moral”.

Busquei neste trabalho identificar opiniões, valores e concepções com relação à democracia a fim de avaliar o quão é real é essa suspeita. O meu objetivo com relação a

esta questão era o mesmo de uma outra pesquisa já citada na introdução desta dissertação<sup>5</sup>, por isso decidi usar o mesmo modelo de pergunta nela utilizado a fim de tornar possível a comparação entre os resultados. Esta pesquisa (Dagnino *et al*, 1998) foi realizada com pessoas com algum tipo de experiência associativa - população distinta daquela que eu buscava trabalhar. De todo modo, achei interessante a oportunidade de comparar indivíduos com experiência de organização e indivíduos que, na sua maioria, nunca tinham tido esta experiência.

A pergunta foi formulada desta forma:

Na sua opinião, o que é mais importante para se dizer que um país é democrático?

- 1) Que existam vários partidos políticos
- 2) Que todos tenham alimentação, moradia, emprego, acesso à saúde, etc.
- 3) Que brancos, negros, homens, mulheres, pobres e ricos, todos sejam tratados igualmente
- 4) Que as pessoas possam participar de sindicatos e associações
- 5) Que se possa criticar e protestar

Na pesquisa de Dagnino *et al* (1998) a resposta de 60,8% dos entrevistados apontou o tratamento igual para brancos, negros, homens, mulheres, ricos e pobres, como a alternativa mais importante para se afirmar que um país é democrático. As respostas obtidas na minha pesquisa são mostradas na tabela apresentada a seguir:

---

<sup>5</sup> Consultar DAGNINO, Evelina *et al*. "Cultura democrática e cidadania". *Opinião Pública*, CESOP, vol. V, nº 1, novembro de 1998.

Alternativas	Nº de entrevistados	%
Que todos tenham alimentação, moradia, acesso à saúde	10	36,0
Que brancos e negros, homens e mulheres, pobres e ricos, sejam tratados igualmente	10	36,0
Acha as duas alternativas anteriores as mais importantes	1	3,0
Acha todas as alternativas importantes	2	7,0
Não respondeu	2	7,0
Não sabe/não tem opinião	3	11,0
Total	28	100,00

Entre os 23 entrevistados que responderam esta questão<sup>6</sup> (82% do conjunto de entrevistados), as respostas se concentraram em duas das alternativas: “que todos tenham alimentação, moradia, emprego, acesso à saúde, etc”; e “que brancos, negros, homens, mulheres, pobres e ricos, todos sejam tratados igualmente”. Aproximadamente metade dos entrevistados que a respondeu, optou pela igualdade entre brancos e negros, homens e mulheres, pobres e ricos, em primeiro lugar, o que representa um número bastante significativo. Estes resultados indicam que os entrevistados também se preocupam com outras questões, para além daquelas que dizem respeito apenas a sua sobrevivência material, se importando fortemente com a questão da igualdade nas relações sociais.

<sup>6</sup> Cinco entrevistados, 18% no total, não responderam ou afirmaram não saber a resposta ou não ter opinião. Alguns deles, embora eu tivesse repetido a pergunta várias vezes assumiram que não entenderam muito bem a pergunta ou que não entendiam muito “disso”. Acredito que a dificuldade de responder esta pergunta para alguns entrevistados está relacionada com o fato da pergunta ser um tanto quanto abstrata, com conceitos que não fazem parte de sua linguagem mais corriqueira. A falta de experiência de organização torna o contato com conceitos como democracia, cidadania e direitos muito menos comum, ao contrário desta experiência, que familiariza as pessoas com este vocabulário. Além disso, muitos dos entrevistados não sabiam ler e escrever e pelo fato de não poderem ler a questão junto comigo (estratégia que eu usava com pessoas que o sabiam, para que pudessem visualizar melhor a pergunta), às vezes tinham dificuldade de memorizar todas as alternativas, se confundindo, mesmo que eu as repetisse várias vezes.

A preocupação com os direitos relacionados à sobrevivência material mais direta é grande e isto pode ser observado pelo fato da outra metade dos entrevistados que respondeu esta pergunta, ter optado pela alternativa que diz respeito ao atendimento dos direitos sociais básicos. No entanto, é bastante significativa a parcela de entrevistados que deu a resposta baseada no tratamento igual entre as pessoas, como sendo a principal para se afirmar que um país é democrático. Isto revela que a preocupação com a igualdade construída sob os liames da diferença é uma questão importante não somente para a população que se organiza no interior dos movimentos sociais. É uma questão muito importante também para significativa parcela desta população que se preocupa com esta questão no seu dia-a-dia.

Há um amplo espectro de desigualdades na sociedade brasileira que se relaciona a outras questões que extrapolam a preocupação com a sobrevivência material mais direta e diz respeito a formas de racismo, machismo, estigmas em relação aos “pobres”, tidos como vagabundos e bandidos, preconceitos em relação aos homossexuais, etc. Os entrevistados além de perceberem estas desigualdades, criticam-nas, reconhecendo-as como um problema para a construção de um país efetivamente democrático, o que se apresenta como um importante resultado da pesquisa, na medida em que se busca analisar as possibilidades da construção de uma cultura mais democrática para o aprofundamento da democracia em nosso país.

Dos entrevistados que optaram pela alternativa que enfatiza igualdade no tratamento entre as pessoas como mais importante para se dizer que um país é efetivamente uma democracia - dez, somente dois são homens. Os outros oito entrevistados, são todos do sexo feminino, o que demonstra que as mulheres estão claramente mais preocupadas com a questão da igualdade nestes termos, do que os homens. Isso para mim não é difícil de ser compreendido, dada a diferença que existe, ainda forte na sociedade brasileira, de tratamento entre homens e mulheres, destacada pelos próprios entrevistados e que será discutida mais à frente neste mesmo capítulo.

### 3.3 Diferenças – entre a discriminação e o respeito à diversidade

#### 3.3.1 As relações entre negros e brancos

Apesar de vivermos em uma democracia onde, em princípio, todos deveriam ser tratados igualmente, vivemos em um país onde há um profundo racismo, largamente reconhecido nas falas dos entrevistados, brancos e negros, a ponto de uma das entrevistadas afirmar que:

*Ninguém queria nascer negro, você pode perguntar. Eu acho que do jeito que o Brasil é, não queria não. É muita discriminação! Você vê, coisa mais difícil é ver um negro no poder. Você vê, a maioria dos favelado é tudo criança de cor.*

*(Neuza, 31 anos, branca)*

Essa fala de Neuza expressa a desigualdade entre negros e brancos que persiste como matriz das relações sociais no Brasil. Reafirma, assim, que apesar das oportunidades dos negros terem crescido nos últimos anos, quando passaram a ocupar mais espaços na sociedade brasileira, ainda são muito desiguais as oportunidades entre negros e brancos – no acesso ao poder, à mídia e ao mercado de trabalho.

Na mesma direção outras falas revelam o profundo racismo existente na sociedade brasileira:

*Os negros são muito discriminados. Apesar que meio assim, escondido, mas é.*

*(Geni, 44 anos, branca)*

*Racismo aqui no Brasil é coisa que não farta, viu? Só que hoje não pode se abrir que nem antigamente, né? Porque hoje aí, se por exemplo, o cidadão aí... eu vou passando aí na rua, o cidadão me chamar: “Ô negão, não sei o que...”, eu não posso, como diz, agredir. Mas se eu saio dali, eu vou na delegacia lá e dou parte dele, ele tem que ir preso. Cê sabe, né? Então nego não fala mais isso. Mas por baixo dos pano, tem racismo e muito.*

*(Luís Fernando, 70 anos, negro)*

As falas de Geni, e de Luis Fernando, ela branca, ele negro, trazem à tona a percepção do modo como o racismo é disfarçado na sociedade brasileira. Racismo este que é dissimulado em um país onde supostamente se vive uma democracia racial no qual povos de várias origens convivem “harmoniosamente”. No Brasil, “haveria uma índole pacífica supostamente herdada do português, que teria sabido tão gostosamente promover uma suave mistura de raças, criando aqui nos trópicos uma sociedade harmônica.”(Oliven, 1981: 371). Trata-se, portanto, de um racismo disfarçado e que, por ser disfarçado e negado ideologicamente, torna-se mais sutil e mais difícil de ser percebido e reconhecido. Isto fica evidente quando os próprios negros não reconhecem o racismo existente no interior da sociedade brasileira.

Dois entrevistados negros afirmam em seus relatos que não percebem a desigualdade de tratamento entre brancos e negros no Brasil, embora esta tenha sido largamente anunciada pelos outros entrevistados, e afirmam que se ela existe nunca foram suas vítimas.

Isso mostra como o racismo no Brasil, apesar da sua existência forte e arraigada na nossa cultura, é disfarçado e pouco reconhecido, inclusive por algumas de suas próprias vítimas, ou seja, os próprios negros, que acabam se iludindo com a apregoada “democracia racial”.

Para dois outros entrevistados, na medida em que crescem as leis de proteção ao negro e contra o racismo, crescem também as suas formas disfarçadas por receio às punições previstas por lei. Deste modo, o que deveria ser uma forma de combate ao racismo, acaba se tornando, perversamente, um modo de manutenção da sua forma disfarçada. Este é o sentido da fala de Cleide:

*Eu acho que muita gente aqui em São Carlos mesmo, era assim, falava sem medo. Porque antes, falava, era racista abertamente, não tinha punição, né? Mas, agora tem! Eu sou contra, sou racista, mas não vou falar, por que eu posso me complicar. Então, é a mesma coisa com as pessoas. São racistas, mas têm medo da punição, né?*

*(Cleide, 55 anos, negra)*

Com relação aos negros entrevistados, vários deles descreveram situações onde sentiram “na pele” o peso do racismo, como Arlindo, que descreve sua experiência:

*Havia praca lá e eles... tava escrito: “Precisa de ajudante.” Aí eu fui um dos primeiros a chegar. Na minha frente havia só mais quatro pessoas. O que aconteceu? Aquelas 4 pessoas que estavam na minha frente, ele mandou aguardar numa sala separada. Pessoas brancas (...) Mandou aguardar numa sala separada. Aí me deu uma ficha e falou: “O senhor faz essa ficha aqui, só que o senhor aguarda um pouco, que aí nós manda chamar o senhor.” E isso passou anos e anos e já vai pra 4 anos e até hoje eu tô esperando. E aquelas 4 pessoas foram trabalhar. E até hoje eu estou esperando. Havia outras pessoas, mas eles tavam... Parece que eles tavam admitindo 15 funcionários... Eu creio que aquelas outras pessoas que se achavam atrás, conseguiram a colocação também. E eu não consegui.*

*(Arlindo, 48 anos, negro)*

Também Isabel, bastante indignada com o racismo no Brasil afirmou no seu relato:

*Nunca eles vêem tanto defeito nos branco como eles vêem nos negros. Você entendeu? Defeito todo mundo tem mas só que as pessoas... Muitas vezes a pessoa vai procurar emprego, tá precisando. Você entendeu? Às vezes porque é negro, fala “Ah, não tá precisando”. Nem conhece a pessoa, né? Nem conhece, não sabe de nada, mas muitas vez fala: “Ah, só pela cara, não sei o que...” Você entendeu? Eu acho que o racismo ainda tá uma coisa seríssima no Brasil.*

*(Isabel, 39 anos, negra)*

Essas falas de alguns negros entrevistados revelam a indignação moral com a desigualdade entre negros e brancos, expressa também em outras falas. As várias falas referem-se à injustiça existente em relação aos negros como ruptura da reciprocidade nas relações sociais, subjacente à idéia da igualdade de tratamento, numa expressão de reconhecimento da profunda desigualdade com que são tratados os negros, tidos como

inferiores e discriminados. Reconhecimento que extrapola a visão dos negros entrevistados e que se remete também às falas dos brancos.

*No Brasil tem muita discriminação com os negros ainda, né? Que nem fala, sempre numa situação qualquer quem leva desvantagem é o negro, né? Você pode ver é sempre o coitado que leva a culpa.*

*(Nelson, 51 anos, branco)*

Todos os brancos entrevistados se disseram contra o racismo existente no interior da sociedade brasileira, principalmente sob o argumento de que a cor não representa nada a respeito da índole da pessoa, como afirmam José Maria e Cleide:

*Eu acho que devia ser tratado igual, né? Cor não tem nada a ver. Tem branco aí que não é uma pessoa boa e tem preto que é uma pessoa boa. Quer dizer que cor não... Tem que ser tratado igual.*

*(José Maria, 40 anos, branco)*

*Porque a pele, eu acho que não tem nada a ver, né? O que manda é o coração. Porque tem muitos pretos que é bão. E também tem o branco também, né? Tem o branco ruim e o branco bão também, né? Então eu acho que não é a cor, né? Mas tem sempre o preconceito, sim.*

*(Ana Maria, 39 anos, branca)*

Nesses dois fragmentos e em outros que poderiam ser citados aqui, os brancos entrevistados assumem posicionamentos contrários ao racismo e à discriminação aos negros no Brasil. São discursos que permitem uma avaliação positiva dos entrevistados em relação a uma cultura democrática. No entanto, para tentar ir mais a fundo nesta questão e tentar observar em que medida estes discursos se aproximavam ou se distanciavam da prática, e em que medida não estavam eles também omitindo o racismo por trás de um discurso “politicamente correto”, indaguei aos entrevistados, tanto brancos quanto negros, o que

achavam do casamento entre negros e brancos e em seguida, como reagiriam se um filho quisesse se casar com um negro, caso fosse branco, e com um branco, caso fosse negro.

A maioria dos entrevistados brancos confirmou seu discurso anti-racismo declarando que não vê nenhum problema em casamentos inter-raciais, e que também não veria problema caso isso acontecesse com seus filhos. Porém, dois deles, que anteriormente tinham se declarado contrários ao racismo, afirmaram ver problemas em casamentos desse tipo. Claudia, por exemplo, respondeu desta forma à pergunta sobre o casamento entre negros e brancos:

*Aí eu já sou contra.*

*Regina - Por que?*

*Ah, eu acho que cada um deve ficar com a sua... com a sua raça, né? (...) Não sou contra eles, entendeu? Só que eu acho que cada um deve ficar com a sua raça.*

*(Claudia, 33 anos, branca)*

Já Ana Maria afirma que por mais que se diga que não há preconceito quando duas pessoas de raças diferentes se casam, no fundo sempre existe. Ela inclusive é bastante enfática na sua opinião contra o casamento inter-racial, afirmando que perdeu uma irmã por causa disso. Conta ela que a irmã era casada com um negro e em uma festa os parentes e amigos, que já tinham bebido bastante, começaram a mexer com ela, perguntando como é que ela conseguia se deitar com um “negão daquele”. O marido da irmã, que também já tinha bebido um bocado, sentiu-se ofendido e a matou.

Josefa, branca, embora concorde com o casamento entre negros e brancos e afirme que não veria problema se seu filho quisesse casar-se com uma negra, em um de seus relatos parece fazer uma declaração um tanto quanto depreciativa com relação às moças negras, como se as brancas fossem mais bonitas. O fato de Josefa classificar de antemão as “moças brancas” como mais bonitas, mostra um certo racismo com relação aos negros e o seu biótipo.

*Regina - O que a senhora acha de casamento entre negros e brancos?*

*Normal. Normal. O mesmo sangue que corre num, corre no outro.*

*Regina: Se o filho da senhora chegasse com uma namorada negra em casa, como é que a senhora agiria?*

*Mesma coisa. Pra mim, desde que ela fosse uma moça certa, uma moça... pra mim é normal. Porque não adianta. Às vez casa com uma aí, bonita, óia. Aí não vale nada, menina. Então é melhor casar com uma... pode ser feia, pode ser negra, mas que vai dar valor pra ele, né? Vai dar valor pra ele. E sempre eu dou esse conselho pra ele: "Boniteza, meu filho... não se põe na mesa."*

*(Josefa, 64 anos, branca)*

Esses depoimentos revelam como o preconceito se dá de forma velada no discurso de alguns entrevistados. Em princípio o racismo não existe. Mas à medida que se consegue penetrar um pouco mais profundamente na forma como pensam e agem, percebe-se que muitos deles mantêm discursos que se distanciam bastante de suas práticas.

Somente um dos negros entrevistados que se tinha colocado contra o racismo e dado um depoimento crítico à forma como são tratados os negros no Brasil, posicionou-se negativamente em relação ao casamento entre negros e brancos.

*Regina - O que o Sr. acha do casamento entre brancos e negros?*

*Ah, eu acho, eu acho, eu acho uma coisa meio esquisita né Dona?*

*Regina - O Sr. não concorda?*

*Não, eu posso até concordar, porque, o amor é cego né? É, o amor é cego. Então, pode ter uma dona branca aí né, uma moça branca aí e gostar de um preto né? Não tem problema, porque não é por causa dele ser preto. O que vale no sujeito é a honestidade né? (...) Mais já fica meio discriminado né? Eu acho que o sujeito é preto, ele deve caçar [no sentido de procurar] uma preta, uma mais morena. Se ele não quer casar com preta, preta mesmo, casa com uma mais morena, uma coisa e outra, mais fica dentro da raça né? (...) Porque eu já vi muitos branco aí, muitas branca casada com preto, aí briga, já começa xingá, "Mosquito no leite... porque não sei o quê." Ih, vira uma confusão! Eu já vi muita coisa dessa aí.*

*(Luís Fernando, 70 anos, negro)*

A fala de Luís Fernando revela um certo receio de sua parte com relação a casamentos inter-raciais, pelo fato de acreditar que este tipo de união não impede a existência de situações de racismo e de conflito. Mas revela também uma espécie de racismo às avessas ao defender que cada um deve “ficar na sua raça” indicando que os negros só devem casar-se com negros e vice-versa.

Este tipo de comportamento dos negros, a meu ver, é bastante negativo quando se pensa nas possibilidades da construção de uma cultura democrática, já que a luta contra a discriminação passa da exigência de condições de igualdade de tratamento, a formas de isolamento, que restringem as possibilidades de construção de regras equânimes de convivência.

A partir da questão colocada aos entrevistados negros de como reagiriam se vivenciassem alguma situação de discriminação, buscou-se observar as percepções sobre a discriminação e as práticas em torno dela. A maioria deles respondeu que não faria nada, embora alguns tivessem dado a entender anteriormente nas suas falas que reclamariam e que tomariam alguma atitude, caso isso acontecesse com eles como é o caso de Luís Fernando (relato que pode ser retomado na página 108).

As afirmações dos negros entrevistados, nesta direção, revelam como no dia-a-dia acabam aceitando, muitas vezes com passividade, a discriminação, sem retrucar e exigir o seu direito de ser tratado como um igual numa sociedade que se apresenta como democrática, delineando práticas de aceitação do preconceito e da discriminação.

As justificativas para tal tipo de comportamento caminham no sentido da descrença de que uma atitude de reclamação traria algum resultado. Os entrevistados negros declararam que acham que não adianta nada retrucar e que o melhor é calar-se ou deixar o lugar em que a situação de racismo se passa, como afirma Carlos e novamente Luís Fernando:

*Ah, eu não ligo não, porque eu sou uma pessoa calma. Eu ignoro! Eu ignoro, porque eu acho que se eu for revidar, vai ser ignorância da minha parte.*

*(Carlos, 40 anos, negro)*

*Eu fico quieto, porque, a Sra. vai brigar? A Sra. vai brigar, perde a razão né? (...) Tem certas brincadeiras aí que eu vejo aí. Por exemplo, chega no bar, aí eu percebo. Vou comprar um maço de cigarro aí, eu entro, dou oiada assim, compro o maço de cigarro e já saio entende? Eu nem fico ali, porque a conversa não me agrada né? Então, eu pego e já saio fora.*

*(Luís Fernando, 70 anos, negro)*

Arlindo, que viveu uma situação de discriminação racial quando foi procurar emprego, já descrita anteriormente (na página 110), também afirma que não tomaria nenhuma providência porque acredita que seria uma atitude isolada que não resultaria em nada. Ao fazer tal afirmação Arlindo está dizendo que somente a organização de várias pessoas para reclamar é que traria algum resultado. O problema é que as pessoas têm pouco interesse em se organizar e lutar pelos seus direitos na sua opinião:

*Ah, eu de imediato a gente tinha vontade de tomar uma iniciativa... Mas aí é um grão de areia num oceano. Precisava que houvesse mais pessoas.*

*Regina - O senhor costuma não reclamar, então?*

*Não. Eu procuro me resguardar, né? Eu procuro me conscientizar de que eu não sou melhor, mas também não sou pior eu tendo a pele escura, né?(...) Se eu procurar meios de evitar de que isso venha a ocorrer, outros não vão querer. Então eles não vão querer participar, né? "Ah, isso é besteira, você vai perder tempo". Então...*

*(Arlindo, 48 anos, negro)*

Aqui de novo cumpre destacar a aparição da idéia da importância da organização coletiva como forma de luta ressaltada por Arlindo, que será retomada no próximo capítulo, mas que aqui já emerge como algo que pode encenar uma matriz de dispositivos comuns a uma sociedade efetivamente democrática, através da auto-organização e a reivindicação coletiva.

Outros entrevistados negros, como Isabel, por exemplo, que anteriormente mostrou-se bastante indignada com o racismo no Brasil, afirmou que reagiria caso ocorresse uma situação de desrespeito a ela pelo fato de ser negra:

*[Numa situação de racismo] Com certeza ia ter uma discussão, no mínimo. Eu ia ficar muito brava e fico brava, mesmo. (...) Quando acontece isso eu falo sempre alguma coisa, reajo, entendeu? Porque eu acho que todo mundo tem direito igual, né? Por que a pele que vai fazer alguma coisa? Você entendeu? Ainda não parti pra violência nenhuma vez, né? Mas eu reajo. Tem gente que às vezes abaixa a cabeça e fica quieto. Mas eu não fico, você entendeu?*

*(Isabel, 39 anos, negra)*

Este tipo de reação esboçada por Isabel que admitiu que sempre reage nestes casos, se coloca, distintamente dos outros entrevistados, num campo de reivindicação pela igualdade de tratamento denegada aos negros, revelando a capacidade dos mais pobres e destituídos que estão fora dos fóruns organizados de reivindicação, de também exigir a efetividade dos direitos já previstos por lei.

Esta questão também foi colocada aos entrevistados brancos de forma a se observar como reagiriam caso presenciassem alguma situação de discriminação racial. Alguns deles disseram que interfeririam a favor do negro como Valdir que disse claramente que interviria a favor do negro em uma situação dessas. Outros entrevistados, porém, afirmaram que apesar de serem contrários a atitudes de discriminação racial nem sempre interfeririam. Este é caso de Ana Amélia:

*Tem pessoas que não se misturam com pessoas de cor. Tem pessoas que falam: "Ai, você come aquilo daquele negro?" Eu acho assim, uma... sabe? Tem preto que é muito mais limpo do que branco.*

*Regina - Quando as pessoas falam assim, o que você faz?*

*Às vezes eu retruco, mas a maioria das vezes eu fico quieta, porque eu acho que essa pessoa que faz isso, ela não... ela é pobre, sabe? Ela é pobre de espírito, ela é pobre de tudo. Ela não tem nada a ver. Porque eu acho que é uma ignorância, coitada. No fundo, no fundo, você tem que ter dó dessas pessoas, não do que ela tá discriminando.*

*(Ana Amélia, 38 anos, branca)*

Tal como a tendência de não interferência nestes casos colocada pela fala de Ana Amélia, outras falas se colocaram neste sentido, como a de Nelson, que afirma que embora discorde com a discriminação racial, prefere não interferir:

*Ah, no meu caso eu não faço nada, porque aí é perigoso a gente até arrumar uma encrenca. Mas que a gente acha... Eu acho errado. Eu acho errado. Das vez pode até responder, né, falar alguma coisa. Mas fica quieto, que é melhor ficar quieto do que...*

*(Nelson, 51 anos, branco)*

O que se pode observar a partir destas falas é que embora alguns entrevistados brancos tenham colocado a possibilidade de agir a favor de um negro no caso de uma situação de discriminação, a tendência dos relatos caminhou para a não interferência, justificada recorrentemente pelo receio dos entrevistados de “arrumar alguma confusão”. Isto põe às claras o fato de que apesar de alguns entrevistados se mostrarem solidários à discriminação que vive o outro, na prática tendem a se sensibilizar com a situação, mas sem interferir nela. Esta sensibilidade, por um lado, acena para um indicio positivo no que tange à construção de uma cultura em que a questão da discriminação contra o negro seja percebida e lamentada. Por outro lado, porém pode acenar para práticas que dificilmente extrapolem a sensibilidade, legitimando situações como estas. São formas diferenciadas de vivência do cotidiano que se colocam nas fronteiras entre práticas que reafirmam a desigualdade e o autoritarismo social e práticas que acenam para uma cultura mais democrática.

### **3.3.2 As relações entre homens e mulheres**

Vivemos em uma sociedade notoriamente machista, na qual as mulheres ainda recebem salários menores que os dos homens, muitas mulheres sofrem violência de seus companheiros, a maioria dos cargos mais disputados dentro de empresas e instituições é ocupada por homens; e na qual muitos acreditam ainda que as mulheres são inferiores aos homens, que o cuidado com os filhos é responsabilidade das mulheres, o “lugar da mulher é

na cozinha”, que mulher não precisa ter profissão, etc. Isto tem se alterado nas últimas décadas e, cada vez mais, as mulheres vêm ganhando espaço na sociedade e vários preconceitos com relação a elas estão sendo questionados e mesmo derrubados. Conseqüentemente tem se alterado também a forma como a sociedade vê as mulheres e como as próprias mulheres se vêem. Apesar disto, várias concepções e opiniões machistas ainda vigoram fortes na sociedade brasileira, tanto entre homens como entre as próprias mulheres.

Através dos depoimentos dos entrevistados é possível afirmar que para eles, a sociedade brasileira é reconhecidamente machista. Homens e mulheres declararam em suas entrevistas que ainda existe muito preconceito com relação à mulher. As falas encaminham-se na direção de criticar essa diferença de tratamento entre homens e mulheres e afirmar direitos iguais entre eles.

*A maioria dos homens quer ser mais prepotente né? Eles quer ser mais... E eles quer sempre tá na frente das mulheres. Eles não aceita que as mulheres podem ter a mesma idéia que eles,. Que pode né... Não todos, mas... Eu acho que sei lá, uns 50% ainda tem isso. Que eles acham que ele tem que resolver tudo. Eles têm que decidir tudo. A mulher não tem como pensar para resolver as coisas. Eu acho que é isso... Tem muita diferença ainda entre homem e mulher.*

*(Abgail, 45 anos, amasiada, trabalha fora)*

*No meu percebê, eu acho que a muié não pode ser maltratada que nem antigamente. Porque antigamente era... era cavalaria né? O homem com a muié, quarqué coisinha já batia né, batia, espancava (...) Chegava em casa, ele queria batê tamém na muié, como ... Querer não, que ele batia né? Então, eu acho que é errado, porque eu acho que a mulher, se, não é por causa que ela é mulher, mas é... Eu acho que ela tem o mesmo direito do homem. Eu acho que ela tem também porque é ser humano, é humano também, não é verdade? Eu acho que a muié pode dirigir um carro, eu acho que a muié pode, pode servir o governo, ou... quarqué coisa. (...) Agora, tem muitos homem que não admite isso*

*aí, porque eles não aceita né? Porque a muié... Pensa que é só prá ficá ali na cozinha ali lá, limpando chão.*

*(Luís Fernando, 70 anos, viúvo)*

Por outro lado, reconhece-se pelas suas falas que atualmente esta diferença entre homens e mulheres já tem diminuído e que muitas mulheres vêm ocupando, cada vez mais, posições antes só ocupadas por homens. Como Ana Maria e Cleide, que destacam o espaço que a mulher tem conquistado nos últimos anos na sociedade brasileira:

*Tem muito homem que acha que mulher não devia crescer igual ao que tá crescendo. Mas a mulher já tá assim... Tá num ponto bem adiantado. Ela tá com bastante direito. Porque no meu tempo de criança, coitada das muié, não entrava em negócio de marido. Lugar dela é lá nas panela, fundo de horta, né? Não se via que tinha uma mulher assim, que trabalhava num escritório, uma mulher que fosse mais... tinha a posição mais alta, né? Hoje tem, né? Hoje as muié tá já tomando uma vez, assim, atitude, possibilidade igual a dos homem, né?(...) e tem aquela mulher, também, como a Erundina, né? Você vê, pô, a posição dela, onde se viu, né? Antigamente se tinha uma mulher como a Erundina?*

*(Ana Maria, 39 anos, casada, trabalha fora)*

*Há muitos anos a mulher vivia abaixo do homem. Eu acho assim, que antes as mulheres tinham que ter marido, que mandava na mulher, a mulher ficava até acabada, né? Agora não, a mulher já conquistou o espaço dela, né? Agora, a mulher é quase igual o homem. Então, o serviço que o homem faz, a mulher também faz. Então, já não tem mais esse negócio de que mulher e homem, entre homem e mulher, eles mandava. Mas já não consegue mais. A mulher já ganhou espaço dela. Não é todas. Mas tem tanta mulher que já tá até no poder!!*

*(Cleide, 55 anos, viúva, trabalha fora)*

Antônio também acredita que a mulher já vive uma situação melhor comparada à de tempos atrás e afirma na sua fala que a mulher está ocupando cada vez mais o mercado de trabalho, em “pé de igualdade” com os homens.

*Ah, as mulheres hoje em dia tá a mesma coisa do homem né? Acabou aquele tempo mais antigo, mais prá trás aí. A mulher, o papel da mulher era só ficar dentro de casa, né, cuidar da casa, né? Hoje não. Hoje você pode ver que qualquer firma aí, qualquer empresa, qualquer coisa, a mulherada está trabalhando. Ah, a mulher tem que trabalhar né, tem que andar.*

*(Antônio, 42 anos, casado e sua esposa trabalha fora)*

Ele acha, assim como outros homens entrevistados, que as mulheres devem lutar para cada vez mais ganhar mais espaço. Elas têm que “andar” mesmo, porque, segundo ele, elas têm condições de fazer as mesmas coisas que os homens e às vezes até melhor.

Vários entrevistados homens defendem igualdade entre eles e as mulheres. Quando pergunto, por exemplo, a Carlos quem é que decide as coisas na sua casa, ele responde:

*Eu acho que as coisas têm que ser decidida entre o casal, né? Acho que tudo, vai comprar, vai vender, vai fazer qualquer coisa tipo de coisa, o homem vai fazer, tem que consultar a mulher ou a mulher vai fazer... Eu acho que tem que ser entre os dois.*

*(Carlos, 40 anos, separado)*

Estes depoimentos apresentados até aqui mostram que apesar do machismo constituir-se uma “fala” forte no interior da sociedade brasileira, outras “falas”, que compõem mais da metade dos relatos dos entrevistados, vêm se constituindo a favor de direitos iguais para homens e mulheres, em direção a formas de relacionamento social mais democráticas. É interessante notar que se tratam de falas que não partem somente de mulheres, mas também dos próprios homens entrevistados que reconhecem que as mulheres são tratadas de forma discriminatória em relação aos homens e que devem ser tratadas com igualdade, tendo os seus direitos respeitados.

Mas as mulheres como destacam duas das entrevistadas em seus relatos têm papel fundamental na superação do machismo. Não basta que os homens cedam espaço às mulheres. É imprescindível que as mulheres conquistem estes espaços, exigindo seus direitos, principalmente diante de seus próprios companheiros. E segundo elas, muitas

mulheres não exercem este papel, contentando-se em serem sustentadas pelos maridos, como afirma Ana Amélia:

*Tem mulher que se contenta em só ter o arroz e o feijão dentro de casa pra comer.*  
*Tem mulher que... ela se sente assim, realizada. Eu acho que não é por aí (...)[Quando o marido quer impor sua opinião em relação à da mulher] Eu acho assim, se eu tiver na minha razão, nem que for pra mim brigar de unhas e dente, bater boca. Eu bato. Eu acho assim, se eu trabalho, se eu cuido, se eu... eu acho que ele não tem que ser melhor do que eu. Tem que ser igual eu.*

*(Ana Amélia, 38 anos, casada, do lar)*

A afirmação destas entrevistadas assume grande relevância, principalmente quando se toma em conta o fato de que o machismo não é uma característica exclusiva dos homens, como mostra o depoimento de Rosângela, ao falar da sua relação para com o marido, que faz transparecer uma enorme submissão:

*Ele [o marido] que manda na casa, eu que tenho que obedecer né?! (...) É o homem que deve mandar. Que é o homem que é o espeio [espelho] da casa né?*

*(Rosângela, 22 anos, amasiada, do lar)*

A fala de Rosângela ilustra uma manifestação explícita de machismo entre as próprias mulheres. Porém, existem outros exemplos de machismo mais sutis entre as mulheres que pude observar nas entrelinhas de suas falas, como o exemplo de Neuza que apresento a seguir:

*[O papel da mulher] eu acho que é bem importante, né? Porque geralmente a mulher que fala, que vive... ela sabe o preço de tudo, né? Sabe fazer um tecido, é tudo ela...É ela que controla a casa, porque seu marido pode ganhar "X", se você não tem...se você gasta...se ele ganha 100 você gasta 300, não tem condição de você viver, então...A mulher que cuida da criança. Ela leva ao médico. Ela que vê os problemas assim... Porque o marido tá na firma ele não tá vendo. (...) Então o homem, assim, tem cargo... Ele tem*

*mais cargo que a mulher. Então eu acho que tem que dar mais preferência pro homem. Mas a mulher é muito importante, nossa!*

*(Neuza, 31 anos, casada, do lar)*

Neuza, durante a sua entrevista defende direitos iguais para homens e mulheres e critica a discriminação em relação às mulheres. Mas, a certa altura, ela mesma assume a superioridade dos homens na sua fala.

Essas falas citadas anteriormente apontam para o fato de que o machismo existe mesmo entre as próprias mulheres. Criadas sob as regras de uma sociedade extremamente machista, muitas mulheres acabam incorporando concepções e visões machistas em relação a si mesmas e às outras mulheres. Isto mostra como a superação do machismo exige um esforço por parte das mulheres consigo mesmas.

Porém, para além do trabalho a ser realizado consigo mesmas para a superação do machismo há todo o trabalho a ser realizado com o sexo oposto – homens que pensam como Durvalino, este entrevistado que no seu relato deu mostra de machismo explícito, quando defendeu a educação diferenciada dos filhos e das filhas, diferente da maioria dos entrevistados homens, que quando apresentavam alguma manifestação de machismo, o faziam de forma bem mais sutil:

*Filho homem é diferente, mas sempre a gente tem que dar conselho também.*

*Regina - Por que é diferente?*

*Mas é claro, porque homem é diferente da mulher.*

*Regina - Por que?*

*Porque o homem tem a cabeça mais feita. A mulher tem a cabeça feita também. Não todas tem a cabeça fraca. Mas tem várias delas que tem a cabeça fraca. As vez uma leva outra pro mau caminho, e homem é mais difícil um levar o outro no mau caminho. Homem tem a cabeça mais segura.*

*(Durvalino, 67 anos, casado e sua esposa não trabalha fora)*

Todos os outros entrevistados homens embora tivessem defendido a igualdade entre homens e mulheres, afirmaram que quando se trata da mulher trabalhar fora de casa,

achavam melhor a mulher “cuidar da casa”. Perguntado a Vagner, um jovem ainda solteiro, se acha importante a mulher ter uma profissão, responde:

*Se ela casou a profissão dela eu acho que é se dedicar à família.*

*(Vagner, 18 anos, solteiro)*

Outros homens, já casados, até têm as esposas trabalhando fora, mas admitem que se tivessem condições de sustentar a casa sozinhos, sem precisar de uma complementação para o seu ordenado, preferiam que suas esposas ficassem em casa, “cuidando da casa” e “olhando as crianças”, como afirma Carlos:

*No caso, se é minha mulher, por exemplo, eu não gosto que trabalhe.*

*Regina - Por que?*

*Porque mulher, eu acho que casou, tem que ficar cuidando da casa. Se ela precisar trabalhar, tudo bem. Mas se não precisar, fica em casa, cuida da casa, das criança (...) No meu caso, eu acho que se ela não precisar trabalhar, acho que é melhor, até pra ela.*

*(Carlos, 40 anos, separado)*

A fala de Carlos oferece dois elementos importantes de análise: primeiro, a figura da mulher no lar é fundamental. São as mulheres que gerenciam a casa, são elas que cuidam dos filhos passando para eles seus valores morais e organizando as relações dentro do grupo. Portanto, no lar, a sua figura é de “patroa”. A figura do pai é distante e, ao contrário da mãe, pouco íntima, sendo em alguns casos facilmente substituível, enquanto a mãe tem importância crucial, assim como percebeu Alba Zaluar (1994) em seu estudo sobre as organizações populares e o significado da pobreza em Cidade de Deus no Rio de Janeiro.

A segunda implicação da fala de Carlos é que, segundo ele, para as próprias mulheres é melhor ficar em casa e não trabalhar, pois quando trabalham acabam tendo jornada dupla, em casa e fora dela.

Na realidade, porém há uma terceira implicação na fala de Carlos que aparece também na fala dos outros entrevistados que defenderam que a mulher deve ficar cuidando da casa depois de casada, ao invés de trabalhar fora. Tal implicação se remete ao modelo de

divisão social do trabalho, em uma sociedade de moldes machistas, que é invocado por esses homens nos seus depoimentos - o homem trabalha fora e sustenta a casa e a mulher cuida da casa e dos filhos. Conquanto estes entrevistados tenham se colocado contra o machismo, na realidade é a ele que se remetem ao pleitearem suas companheiras em casa, sem trabalhar fora. O recurso a tal modelo ainda mais fica explícito quando se trata da divisão das tarefas do lar.

Alguns poucos entrevistados homens ajudam nas tarefas do lar, mas a maioria não o faz, como José Maria que afirma que já ajudou a esposa, mas atualmente diz ter abandonado o posto para sua filha:

*Agora eu não ajudo porque tem a menina. Mas quando ela era pequena, aí eu ajudava, mas agora ela tá grande, tá moça, aí eu não faço nada. Ajudava, quando eles era tudo pequenininho, eu ajudava. Lavava a casa, fazia comida, cuidava das crianças quando ela ia trabalhar, né? Eu acho que no momento que os filho é tudo pequeno e a mulher trabalha, tem que ajudar sim. Tem que dá apoio, porque quando a mulher trabalha, tá ajudando a gente, tem que procurar ajudar também.*

*(José Maria, 40 anos, casado e sua esposa trabalha fora)*

Mesmo aqueles homens entrevistados que têm as esposas trabalhando fora, raramente eles as auxiliam nas tarefas do lar e mesmo quando o fazem, em alguns casos realizam tarefas mais simples e que não aliviam a sobrecarga da mulher. Deste modo, os homens ajudam, mas não fazem o “serviço de mulher”, porque muitas vezes a própria mulher acha que “não cabe”, como Ana Maria:

*Ah, cata um lixo, põe na rua pra mim, né? Se eu peço pra uma coisa... vamos supor, final de semana: “Arruma a cama para mim?” É dividido assim, essa parte: “Vai lá, arruma o guarda-roupa, o quarto.” Então dá uma moral ali, uma ajeitadinha, né? As vez preciso de buscar alguma coisa do mercado que for, vai buscar, né? Então eu acho que já tá ajudando, né? Ajuda em muitas coisa. Ajuda, sim. Agora lavar, cozinhar, essas parte, não, né? Porque eu acho que não cabe.*

*(Ana Maria, 39 anos, casada e trabalha fora)*

Mas nem todas as entrevistadas compartilham da opinião de Ana Maria que acredita que as tarefas do lar são em sua maioria “serviço de mulher”. Algumas entrevistadas dividem as tarefas do lar de igual para igual com os maridos, como o faz Abgail:

*Porque no caso dele, a família dele é tudo mulher, a maioria né, é mulher. Então ele tinha tudo nas mão, camisa passadinha, janta, tudo. E ele não sabia fazer nada, nada. Então quando ele veio viver comigo, eu sempre trabalhei, então eu já falei só que você vai ter que chegar e fazer... Então ele não sabia fazer arroz, fazer café, não sabia fazer nada. Então eu fui ensinando ele. Só que muitas vezes quando chegava meus irmão, ele tava na pia lavando uma louça, ele parava, né? Porque ele achava que... machismo isso. Então aí eu falava, “Mas por que você parou Luís?” Eu já... né? “Você não tem que parar. Você não tem que ter vergonha disso. Isso é orgulho para um homem” eu falava. Mas ele parava. Hoje em dia ele já não pára mais. Ele já acostumou né? Mas hoje ele faz tudo, mas tudo eu ensinei. Mas ele se adaptou nesse... Mas se ele não adaptasse eu ia ter grandes problemas e talvez a gente não ia tá junto. Porque não ia ter condições de chegar cansada e ainda fazer tudo.*

*(Abgail, 45 anos, amasiada e trabalha fora)*

Mas Abgail representa a menor parte das entrevistadas. A maior parte delas ainda faz quase todo o serviço da casa e ainda trabalha fora. Por isso, muitas delas, se pudessem escolher entre trabalhar fora e só ficar em casa, optariam pela segunda alternativa, reconhecendo que trabalhar fora exige uma dupla jornada de trabalho, além do que impede uma dedicação total ao lar, como comenta, novamente, a entrevistada Ana Maria:

*Se o marido ganhasse um salário normal, que desse pra sustentar a casa, né? Aí eu preferia ficar em casa (...) ficar dedicando aos filhos, zelando do que tem dentro de casa... A não ser que ajudasse assim, numa coisa assim, que não precisasse sair de dentro de casa, você entendeu? Uma costura, né? Um crochê, uma pintura. Que se dedicasse, ajudasse o marido de dentro de casa, sem precisar sair fora.*

*Regina – Então você acha melhor a mulher não trabalhar fora de casa?*

*Acho que sim. Porque a mulher acaba trabalhando muito mais do que o homem, né? Porque ela trabalha fora pra ajudar a sustentar os filhos, né? A casa, né? Ela trabalha dentro de casa. Então a mulher trabalha bastante, viu? (...) Então ela tem que trabalhar, né? E cuidar da casa, também. E eu acho que é muito cansativo pra mulher isso.*

*(Ana Maria, 39 anos, casada e trabalha fora)*

Trabalhar fora para a maioria das mulheres representa somente aumento de trabalho e dificuldades para a dedicação total à família. O trabalho como forma de emancipação da mulher, como possibilidade de se libertar da dependência financeira do marido e, a partir daí, tornar-se mais independente também em outros sentidos, só apareceu uma vez durante a realização das entrevistas, na fala da esposa de um entrevistado que acompanhava a entrevista:

*A minha mulher trabalha mais pra ajudar em casa, né? Porque ajuda, né? Mas, se não precisasse trabalhar eu não gostaria que trabalhasse não.*

*Regina - Por que?*

*Ah, porque não!*

*Esposa - Ele acha que a gente já tem o serviço da casa pra fazer. Mas, a gente quer ter o dinheirinho da gente, né? Não quer depender muito do marido. Quer pegar o dinheiro e fazer o que a gente quer.*

*Regina - Se o senhor ganhasse mais, o senhor não deixaria ela trabalhar?*

*Ah não! Não deixava de jeito nenhum!!! Se eu tivesse condição de comprar aquilo que a gente quer... Se ela quisesse trabalhar, podia ir, só que a contra gosto!*

*(José Maria, 40 anos, casado e sua esposa trabalha fora)*

Desenvolvendo-se entre afirmações que revelam o machismo e outras que revelam a sua crítica, os discursos até aqui apresentados revelam matrizes que incorporam as formas perversas pelas quais o machismo continua perdurando na sociedade brasileira, ora sob forma mais sutil, ora sob forma mais aberta, ora entre os homens, ora entre as próprias mulheres; e outras matrizes que acenam para as possibilidades de sua superação. São matrizes distintas, que por vezes se expressam de forma contraditória, que compõem o

imaginário dos entrevistados nas suas fronteiras entre as práticas e representações de uma cultura autoritária e de uma cultura mais democrática.

### 3.3.3 As relações entre homossexuais e heterossexuais

Mesmo no interior de uma sociedade autoritária e machista como a brasileira, o homossexualismo vem sendo cada vez mais discutido e, aos poucos, admitido.

Há algumas poucas décadas os homossexuais mostravam-se raramente em cena pública, como, por exemplo, em bailes de carnaval. Atualmente, porém, os homossexuais têm ganhado espaço na mídia e em outros lugares, a partir dos quais vêm difundindo as suas reivindicações por reconhecimento e respeito. Mas ainda é grande o preconceito em relação aos homossexuais.

Ao mencionar a questão dos homossexuais com os entrevistados, pude perceber que se trata de um tema embaraçoso para muitos deles. Muitos pareciam receosos e alguns até riam meio sem jeito quando eu tocava neste assunto, principalmente os homens. A maioria das mulheres parece lidar com mais facilidade com este tema, e parecem mais dispostas a conversar sobre ele. Mesmo assim, a maioria dos entrevistados, homens e mulheres, afirmou que procuram respeitar os homossexuais, como se pode perceber a partir das falas apresentadas a seguir:

*Eu acho que [o homossexual] deve ser tratado com todo respeito, igual a qualquer outra pessoa. Ele é um ser humano como outro qualquer... Porque se ele é um gay, ele não tem culpa dele ser. É a natureza, né?*

*(Geni, 44 anos, branca, viúva)*

*Não tem nada a ver o que a pessoa é, ou como que deixa de ser. Cada um faz o que gosta, né? Ele tem o direito dele, né? Ai se ele tá no direito dele, ele tem o direito dele de ser. Desde que ele não teja fazendo nada de errado, não tem nada a ver ele ser gay, né?*

*(Valdir, 38 anos, branco, solteiro)*

*Eu acho assim, se ele é daquele jeito, as pessoas têm que aceitar as pessoas da forma que elas são, né? (...) A pessoa decide a vida que ela quer levar. Ela tem esse direito. A gente não pode forçar a pessoa a levar uma vida que ela não queira levar.*

*(Abgail, 45 anos, negra, amasiada)*

O respeito e a liberdade de preferência sexual aparecem nestas falas numa dimensão de universalidade – são direitos que deveriam valer para todos. Ao emergirem aqui como universais revelam a consciência destes entrevistados dos direitos que têm os homossexuais assim como qualquer ser humano de serem tratados como iguais, mesmo nas suas diferenças, demonstrando percepções pautadas por padrões deslegitimadores das desigualdades sociais e que acenam para os direitos universais enquanto regras de sociabilidade nas práticas sociais.

De forma bastante distinta, dois entrevistados mostraram-se bastante contrários ao homossexualismo.

*Sabe o que eu acho? Tem muita gente que diz que não o que, que é da natureza deles. Mas como é então, que umas pessoas lá na minha igreja era assim e viraram homem?*

*(Lourdes, 26 anos, negra, casada, evangélica)*

*Não, aí eu já sou bem preconceituoso. Sei lá, né? O cara nasceu para ser homem, não para...*

*(Vagner, 18 anos, branco, solteiro)*

As duas falas encaminham-se no sentido de reconhecer o homossexualismo não como uma questão da natureza física das pessoas, mas como uma espécie de deformação moral. Ao apresentarem esta forma de pensar o homossexualismo revelam, em primeiro lugar, ignorância com relação ao que se trata de fato e, em segundo lugar, visões bastante preconceituosas a respeito. Lourdes aparenta compartilhar de tal visão por conta de sua religião que certamente não aceita o homossexualismo, como ela mesma deixa transparecer na sua fala. Já Vagner apresenta um posicionamento que se relaciona a suas visões e

atitudes fortemente marcadas pelo machismo, que se revelam ao longo de toda a sua entrevista.

Não se pretende aqui desenvolver uma discussão sobre comportamento autoritário *versus* comportamento democrático relacionada à questão da idade. Porém, é interessante notar que estas duas últimas falas, contrárias ao homossexualismo, são de pessoas extremamente jovens. Há uma tendência em se supor que valores e comportamentos mais transformadores se remetem aos mais jovens – que neste caso se remeteria a uma aceitação dos homossexuais. Porém, o que mostra o depoimento destes dois entrevistados é que seus valores e percepções se remetem muito mais à manutenção de padrões tradicionais, autoritários da sociedade brasileira. Padrões estes, em muitos casos, questionados por entrevistados mais velhos. Isto leva a supor que as atitudes e percepções mais, ou menos autoritárias, podem se relacionar muito mais com outras variáveis do que com a idade.

Da mesma forma como foi feito na questão da relação entre negros e brancos buscou-se observar aqui também em que medida o discurso a favor dos homossexuais de muitos dos entrevistados se mantinha se fosse perguntado a eles se aceitariam que um filho ou filha tivesse amizade com um homossexual. Vários entrevistados admitiram que não aceitariam, como Claudia, por exemplo:

*Eu acho que cada um tem que viver a vida dele. Eu acho que se ele se sente bem assim...*

*Regina – E se, por exemplo, as suas filhas tivessem um amigo homossexual e o trouxessem na sua casa?*

*Ah, eu acho que eu não ia gostar, mas eu ...se é colega delas, eu acho que ...sei lá, entendeu? Eu ia respeitar. Só que depois eu ia falar “eu acho que é errado vocês andar com essa certa pessoa, entendeu?” Mas eu não ia falar na cara dele “Ah, eu não gosto de você” Ai já ficaria ruim, né? Entendeu? Eu ia aconselhar elas.*

*(Claudia, 33 anos, casada)*

Aqui mais uma vez pode-se notar como o preconceito que não é admitido de início, acaba sendo revelado. Claudia afirma que respeita o homossexualismo e que aceita os homossexuais - desde que estejam longe da sua família. Deste modo, afirma que não

desrespeita um homossexual, mas que não gostaria que as filhas andassem com “*este tipo de gente*”. É o mesmo caso de outro entrevistado, José Maria, que também afirma que não gostaria que a filha tivesse amizade com homossexuais:

*E se a filha do senhor tivesse um amigo homossexual?*

*Ah não, eu não aceitaria não! (...) Essas pessoas assim, a gente tem que deixar meio de lado. Se tem muita amizade com essas pessoas assim, os outros começa a falar coisa. Começa a reparar, a falar “*tá vendo fulano*”. A gente se sente chateado.*

*(José Maria, 40 anos, casado)*

Mas estes relatos não expressam todo o conjunto dos entrevistados. Vários deles reafirmaram o seu discurso a favor dos direitos dos homossexuais afirmando que não vêem nenhum problema que os filhos tenham amizade com homossexuais, como a própria esposa de José Maria:

*A gente deve ter amizade com todo mundo e nossos filhos também. Eu não ia impedir que a minha filha tivesse amizade com um gay. A gente tem que respeitar tudo as pessoa, qualquer tipo de pessoa, pra gente ser respeitado, né? Por causa dele ser desse jeito, sei lá, ele não pode ser desprezado não. Sei lá, acho que é por Deus o problema dele. Acho que todas as pessoa deve de ser tratada igual. Não é porque ele é gay, ou porque o outro é preto... Eu acho que a gente nunca deve tratar mal as pessoa. Cada um eu acho que tem que ter respeito por aquela pessoa, ter educação e tem que dar o respeito pra ser respeitada. Porque, às vezes, não é por ele que ele é assim, é algum problema. Não é por ele!*

*(Esposa de José Maria, 38 anos)*

Cabe destacar aqui que as mulheres entrevistadas pareceram menos preconceituosas neste aspecto do que os homens, embora alguns homens também tenham se mostrado pouco preconceituosos neste sentido. Várias delas assumiram ter amizade com homossexuais. Duas delas afirmaram que têm amizade com homossexuais “do portão de

suas casas para fora”, não por elas, mas por saberem que, se levarem seus amigos em casa, serão repreendidas pelos seus companheiros.

As diversas e, por vezes, contraditórias representações aqui retratadas em torno das relações entre negros e brancos, homens e mulheres e com a minoria homossexual apontam para os múltiplos e complexos significados destas questões no universo de representações e práticas dos entrevistados. Neste universo plural de significados combinam-se traços perversos de uma cultura autoritária e hierárquica em que homens são tidos como superiores às mulheres, negros são discriminados e inferiorizados e homossexuais são motivo de preconceito e de chacota; com a emergência de uma cultura democrática em que homens e mulheres, negros e brancos e homossexuais e heterossexuais são tratados igualmente no que diz respeito aos seus direitos, sem que esta igualdade represente a tentativa de homogeneização de uma sociedade diferenciada. Com efeito, matrizes tradicionais e autoritárias ainda persistem fortemente no relacionamento entre as pessoas no dia-a-dia, repondo relações hierarquizadas e a deslegitimação das diferenças, tornando-as motivo para a discriminação. Matrizes que revelam o peso da tradição autoritária da sociedade brasileira nas práticas sociais, e que revelam, sobretudo, os desafios da construção de uma cultura democrática no Brasil. No entanto, outras práticas, mais democráticas, opostas a esta “tradição nacional”, vêm se desenhando nos interstícios da dinâmica social, para além daqueles espaços reservados à organização dos movimentos sociais, e que se remetem ao dia-a-dia das pessoas, nas suas mais prosaicas dimensões.

## CAPÍTULO 4

### Visões da política e o caminho da participação

Os dilemas da construção democrática em uma sociedade marcada por forte tradição autoritária, hierárquica e excludente, revelam o que tem representado, historicamente, a prática política no Brasil – uma prática política voltada ao domínio de alguns poucos, praticamente limitada às classes dominantes. Ao longo de toda a nossa história, a política firmou-se como prática voltada aos arranjos e rearranjos das elites, através das “transformações pelo alto”<sup>1</sup>, da qual quase sempre esteve excluída a maior parte da população, principalmente as classes subalternas, coibidas de participarem ativamente na vida política e marginalizadas das grandes decisões da vida nacional (Coutinho, 1984) - ao que couberam a dificuldade de se verem como atuantes politicamente, com possibilidades de interferir na sua realidade social.

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar o material obtido com as entrevistas, a fim de observar quais as visões de política dos entrevistados e quais suas concepções em torno das possibilidades de mudança na sociedade brasileira. No que se refere às visões de política, busco observar se são visões restritas de política ou se são visões mais ampliadas, nas quais os entrevistados se vêem como sujeitos políticos. Com relação à análise das possibilidades de mudanças na sociedade brasileira, procuro verificar se a mudança, para os entrevistados se restringe aos mecanismos e iniciativas do poder do Estado ou se acreditam exercer um papel importante neste processo. Neste aspecto, busco observar se é dada importância ou não a um elemento essencial da democracia – a organização coletiva e, neste aspecto, observo qual a disposição destas pessoas de se organizarem e se já existe

---

<sup>1</sup> Segundo alguns autores no Brasil há uma cultura golpista que se enquadra no modelo de transformação predominante na nossa história, baseado na conciliação entre frações das classes dominantes e designado por alguns autores como “via prussiana” (Ver por exemplo: COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”. in: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984, p. 35-48.) e por outros como “modernização conservadora” (Ver por exemplo: MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique – formations et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthopos, 1976, p. 447-452).

algum nível de coletividade e manifestações de solidariedade na comunidade em que vivem – elementos indispensáveis para a organização coletiva.

Ao examinar as visões de política dos entrevistados, analiso também qual a visão que os entrevistados têm da política institucional, do exercício do voto e dos políticos, para observar a confiabilidade nas instituições democráticas, essenciais para a manutenção da democracia.

A transição para o regime democrático nos anos 80 trouxe um período de expectativas positivas no campo da política institucional, principalmente com a instauração da nova República que “deveria conduzir à superação da desigualdade e injustiça social, e levaria à ampliação da cidadania e à universalização dos direitos.” (Meneguello, 1994: 151). Expectativas que logo se frustraram pela forma como foram encaminhadas as mudanças políticas no país que deixaram às claras o descompasso entre as promessas do regime democrático e a realidade política. A confiança popular nas mudanças que o novo regime poderia trazer foi se esvaindo e se instalou uma grande desconfiança e descrença na política nacional e nos políticos.

Vários estudos constataam esse clima de desesperança na população apontando que a confiabilidade nas instituições democráticas, essencial para a manutenção da democracia, vê-se perigosamente ameaçada no país<sup>2</sup>. A partir destas considerações é possível esperar, por parte dos entrevistados nesta pesquisa, visões sobre a política institucional que se caracterizem pela desconfiança e pela descrença, sem é claro deixar de considerar que outras formas de se enxergá-la possam aparecer em meio à diversidade de possibilidades que nos apresenta o universo de representações dos entrevistados.

---

<sup>2</sup> Segundo Rachel Meneguello “pesquisas de opinião realizadas com a população brasileira em fins dos anos 80 e início dos anos 90 apontam uma concepção de vida democrática frágil, apoiada quase exclusivamente na solução da crise econômica e na manutenção da arena participativa, fundamentalmente a realização das eleições diretas”. (Meneguello, 1994: 157) Ver “Tendências”, encarte de Dados de Opinião Pública, *Opinião Pública*, ano I, nº 1, jul-ago. Centro de Estudos de Opinião Pública, UNICAMP, 1993.

#### 4.1 As visões da política – a política como reduto do Estado e a possibilidade da sua ampliação

Quando se fala em política com os entrevistados, a primeira imagem que aparece é aquela vinculada à esfera do governo e dos partidos. Essa forma de se compreender a política se reflete na percepção que se tem de quem são os agentes da política, ou seja, quem faz, ou deveria fazer política. Para os entrevistados, os principais agentes da política são os técnicos e os profissionais do governo e os políticos em geral.

O depoimento de Durvalino apresentado a seguir, como o de vários outros que poderiam ser aqui citados, ilustra bem o sentido desta imagem da política como algo distante do dia-a-dia dos entrevistados, relacionada àquilo que somente os “políticos” fazem.

*Ah! Isso de política eu não respondo não, porque de política eu não entendo nada. E praticamente nem gosto de entender porque política para mim é tudo com os lá de cima... Lá com os bonitão lá que faz e desfaz.*

*(Durvalino, 67 anos, ex-trabalhador da lavoura, hoje aposentado)*

Remetendo-se aos políticos no governo e no parlamento como principais agentes da política, os entrevistados recorrentemente apresentam uma concepção de que a possibilidade de mudança e de transformação só pode vir destes agentes. Neste sentido, as primeiras imagens que surgem nas falas dos entrevistados quando se fala na possibilidade de transformação da situação do país, principalmente no que se refere à sua situação de “pobres”, marginalizados e maltratados, se remetem ao governo como “solução”. Para grande parte dos entrevistados só a interferência do governo é capaz de provocar mudanças significativas no país, como ilustram esses depoimentos citados a seguir:

*(...) o pobre não tem força para mudar. Quem tem que mudar é o governo. O pobre é pedra pequena.*

*(Sérgio, 40 anos, desempregado, trabalhando na lavoura temporariamente)*

*Ah! Para mudar... eu acho que nós mesmo, não poderia fazer nada para mudar. Porque tem gente que pode fazer muito mais. Pelo menos o governo, né? Ele que devia de ver isso, não é? No meu pensamento.*

*(Ana Maria, 39 anos, dona de mercearia e feirante )*

*Ah, o pessoal que tem poder na mão[pode mudar a situação], porque nós, se a gente fizer o movimento, não resolve nada. Eu vejo tanta gente... Eu não faço... Mas, eu vejo o povo aqui em São Carlos mesmo, vejo no jornal... Eles fazem movimento pra melhorar isso, melhorar aquilo, mas não melhora.*

*(Cleide, 55 anos, faxineira desempregada)*

No depoimento de Sérgio e nos outros que se seguem, os entrevistados se julgam “pedra pequena” e por isso acham que não têm força para interferir num processo de mudança social, pondo em dúvida o seu potencial de mudança e esperando que as mudanças venham “lá de cima”, porque os daqui “de baixo” pouco podem fazer. Depoimentos que apresentam uma visão que acaba reiterando a noção negativa e fatalista de que aos “pequenos”, diga-se, aos “pobres”, está vedada a capacidade de transformar a realidade.

A despeito desses depoimentos, vários entrevistados, inclusive alguns que tinham declarado que as mudanças só seriam possíveis por iniciativas vindas do governo, afirmaram que se as pessoas se organizarem é possível se obter mudanças, mesmo que isto seja muito difícil e desgastante, como é o caso de Ana Maria:

*Tá certo que se junta todo mundo num pensamento só poderia mudar. Mas eu acredito que pra nós mesmo mudar... fica difícil.*

*(Ana Maria, 39 anos, dona de mercearia e feirante)*

Ana Maria acha difícil a organização coletiva porque reconhece as dificuldades das pessoas se organizarem e lutarem por suas reivindicações. Mas mesmo assim não deixa de apontá-la como esperança. Assim, também outros depoimentos sinalizaram para os desafios

que a organização coletiva representa, embora também tenham apontado-na como possibilidade.

Ana Amélia, por exemplo, aponta o individualismo como um obstáculo forte à organização coletiva:

*Eu acho que cada um hoje em dia pensa... cada um pensa em si, não pensa nos outros, sabe? Eles... eu acho que cada um pensa: "Eu penso em mim, o resto que se vire. Tô pouco me lixando com os outros". Eu já, sei lá, eu sou uma pessoa assim: primeiro eu penso nos outros. Às vezes eu deixo... Fico sem pra poder retribuir pra alguém. Mas não são todos que pensam assim, né?*

*(Ana Amélia, 38 anos, do lar)*

O individualismo dificulta a organização porque torna custosa a união, e as dificuldades vêm daí, do fato das pessoas não se unirem, como afirma Cleide, em seu relato:

*Mas, vou falar pro cê: unido os pobres têm muita força. É porque eles não se unem. Eu acho que se se unissem, eles conseguiam mais coisas.*

*Regina - O que precisaria pra unir os pobres?*

*Cada um pensar do mesmo jeito, né? Mas (...) eles nunca tão de acordo, né?*

*(Cleide, 55 anos, faxineira desempregada)*

O relato de Gilberto aponta para a mesma direção do relato anterior. Para ele, algumas pessoas tentam se organizar, mas o problema é que a maioria não se interessa e quando se interessam, não participam de forma ativa, restando sempre para alguns poucos "fazer alguma coisa", como ele próprio declara em um trecho de sua entrevista:

*Que nem, eu falei! Eu falei - vamos fazer um melhoramento aqui, vamos pegar todo mundo que mora aqui, vamos pedir um melhoramento na cidade aonde nós mora. Vamos batalhar umas dez pessoas aqui e vamos pedir melhoramento. Mas ninguém faz. Aquietou a conversa. (...) Porque se não é todo mundo aqui falar. Chegar lá e falar - viemos aqui*

*todos nós para vocês fazer uma benfeitoria aonde nós mora. Agora um sozinho, eu acho que fica difícil para as coisas melhorar. É ou não é?*

*(Gilberto, 39 anos, faxineiro em uma pedreira)*

Por isso é preciso que todos participem. Este é o sentido da sua fala. E para que todos participem, segundo seu próprio relato e de outros entrevistados é preciso união. A união é enfatizada como essencial para a organização coletiva, porque como ressalta o próprio Gilberto, de nada adianta as pessoas lutarem sozinhas, porque “uma andorinha só não faz verão”:

*Que nem eu morar aqui. Chega assim e falar vamos fazer um melhoramento aonde nós mora aqui. Vamos fazer... Depois todo mundo esquece. Sozinho eu não vou fazer. Tudo nós. Tudo nós tem que ir atrás de fazer um favorecimento onde nós mora. Porque sozinho não vou fazer nada. Se todo mundo não ajudar, um sozinho não pode enfrentar. Será que um pode fazer sozinho? Não pode. Tem que todo mundo fazer uma força para ajudar.*

*(Gilberto, 39 anos, faxineiro em uma pedreira)*

O que falta, segundo ressalta de novo Cleide, é os “pobres” saírem do comodismo e passarem a agir em prol dos seus interesses e do bem coletivo:

*E pobre também, é muito acomodado!!*

*Regina- A senhora acha? Por que?*

*Eles desanima logo, coitados, não consegue crescer. Que nem a gente fala, a gente não pode se conformar com a vida que a gente tem. A gente tem que lutar.*

*(Cleide, 55 anos, faxineira desempregada)*

Para esta entrevistada, as pessoas não podem se conformar com a vida que levam. Precisam se organizar, lutar e resistir. No entanto, ela mesma se assume conformada na continuidade de sua entrevista, porque se não fosse acomodada estaria “fazendo alguma coisa”, segundo suas próprias palavras.

Apesar de todas estas dificuldades em relação à organização coletiva, ela continua sendo defendida como importante forma de ação política por diversos entrevistados. Moacir e Isabel, assim como os quatro entrevistados que tiveram seus relatos anteriormente apresentados, defendem a organização coletiva como forma de ação muito mais efetiva do que a reivindicação individual:

*Nosso vizinho aqui do lado, veio R\$ 700,00 pra ele [de taxa de consumo de água para pagar]!*

*Regina - Nossa!! E aí?*

*Ela foi no SAAE [Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto]. Ela resolveu, só que eu não conversei com ela! Mas é bom pra você ver. O vizinho resolve o problema dele, o outro que se lasca! Não foi o que eu falei pra você, que brasileiro não tem união? (...) Eu acho assim, que teria que unir o pessoal, né? E ir no SAAE todo mundo, né? Agora, no caso, ela foi, tem que saber como ela resolveu. Agora, veio pra gente desse jeito, tem o vizinho da minha irmã que veio R\$ 300,00, né? Tem muita gente aí, né? Só que ninguém procura... Se ajuntasse todos os prejudicado resolveria o problema, né?*

*(Moacir, 39 anos, motorista de caminhão desempregado)*

*Eu acho que através de muita luta se consegue [o respeito aos direitos], mas você tem que lutar muito. E se reúne todo mundo, se reúne, assim, um grupo de pessoas, é muito mais fácil de conseguir do que uma só.*

*(Isabel, 39 anos, doméstica)*

Alguns entrevistados insistem que se deve sempre reclamar e reivindicar, mesmo que não se obtenha resultados imediatos, como o faz Ana Amélia:

*Ah, eu acho que se houver união, né? Você chega a alguma coisa. Mesmo que às vezes você vendo que não tem resultado, você tem que reclamar pra ver se tem uma melhoria no que você tá pedindo.*

*(Ana Amélia, 38 anos, do lar)*

Nestas falas, as afirmações positivas em torno da organização coletiva revelam a crença nessa forma de luta política, mesmo com todas as dificuldades levantadas pelos próprios entrevistados de se levar a cabo uma organização desse tipo.

Dos 28 entrevistados, 22 deles, ou seja, 79%, acreditam na organização coletiva, dos quais 13 declararam que, além de acreditar estariam dispostos a participar de uma organização deste tipo, o que representa uma porcentagem de 46% dentre os 28 entrevistados. Isso representa uma parcela significativa dos entrevistados que mesmo estando fora da participação em movimentos organizados, acreditam nas possibilidades da organização coletiva. Assim, embora apresentem visões restritas da política, voltada àquilo que é feito na arena do Estado e dos partidos políticos, na prática, mostram que acreditam nas possibilidades de sua ampliação, por meio da participação em organizações de caráter coletivo. E muitos entrevistados acreditam na organização coletiva porque já até participaram de formas de organização deste tipo e através delas conseguiram o atendimento de várias de suas reivindicações.

Dois entrevistados ressaltaram que se não fosse a organização dos moradores do seu bairro não teriam conquistado muitos dos benefícios que têm hoje. Ana Maria, por exemplo, acredita que, se as pessoas do seu bairro não tivessem se organizado para lutar pelo asfalto e pela iluminação nas ruas, eles estariam sem isso até hoje, mesmo com tudo pago:

*Se nós não tivesse lutado pelo asfalto, até hoje nós não tinha. Foi lutado pra chegar luz aqui no nosso bairro. Foi feito muito abaixo-assinado. Chegou a luz com muito sacrificio, chegou. A gente conseguiu. Pode ser que eles faziam, mas quando bem quer, né? (...) Porque se pressionando tava demorando, imagine se tivesse deixado quieto? Tinha aposentado, né?*

*(Ana Maria, 39 anos, moradora do Monte Carlo)*

Porém, alguns entrevistados acreditam que, mesmo se organizando, as dificuldades de ter suas reivindicações atendidas são enormes. Na maioria das vezes estas reivindicações são ignoradas por aqueles que tomam as decisões e em muitos casos só são atendidas

quando os “lá de cima” têm algum interesse indireto envolvido, como conta Geni, relatando o que aconteceu no seu bairro:

*Não adianta, porque nós ficamos aqui muitos anos sem asfalto e eles passaram o asfalto quando eles bem quis. Foi movimentado, foi feito um abaixo-assinado, mas não adiantou nada. Por que o Airton Garcia [o atual vice-prefeito] é dono de uns terrenos que tem aqui em baixo, então ele ia asfaltar só aquela rua lá, que faz parte dos terrenos dele. Mas como ele disse que não ia adiantar, ele mesmo falou, que conforme sobe, então a água daqui ia descer para lá. Então quando chovesse a água ia descer pra lá e ia arrancar o asfalto. Então não ia adiantar nada ele asfaltar lá. Então reuniu tudo aqui com a gente, fez um preço, dividiu entre as famílias e asfaltou aqui. Só que ele asfaltou isso porque ele quis, porque era de interesse dele. Se fosse interesse nosso até hoje tava aí sem. Então por isso que eu acho que essas coisas não resolve.*

*(Geni, 44 anos, moradora do Jardim Gonzaga)*

A organização voltada à determinada reivindicação, no caso relatado por Geni, mostrou-se inócua e só foi atendida quando coincidia com os interesses daqueles que tinham o poder de decidir sobre ela. O que Geni tenta mostrar na sua fala é que mesmo acreditando na força da organização coletiva, como deixa claro em outros trechos de sua entrevista, vê problemas sérios nela. Assim também outros entrevistados descrevem as dificuldades do atendimento das reivindicações feitas por meio da organização coletiva, como o faz Durvalino:

*Vai chegar ali pra reunião fala, fala, fala que faz. Quando a gente vem embora não tem nada... Nunca faz nada*

*Regina - O senhor acha que não adianta então?*

*Na minha opinião se adiantar vai ser muito pouca coisa.*

*(Durvalino, 67 anos, ex-trabalhador da lavoura, hoje aposentado)*

Para este entrevistado a organização coletiva pode resultar em alguns ganhos, mas pequenos. Os grandes problemas só serão resolvidos se “os ricos”, “os poderosos”

quiserem, porque as decisões estão nas suas mãos como ilustra também a fala de um outro entrevistado, Luís Fernando:

*Isso aí não tem jeito não! Com esses fazendeiro aí, não tem jeito não! Aí é eles memo que tinha que abrir a mão e prantá café e levá a turma prá lá. Aí sim! Mais, recramá não tem jeito! Reclamar pode resolver um probleminha aqui, outro ali. Um probleminha aí de uma água, de uma luz e, por exemplo. Mas problema grande assim, não resolve nada. Só se os rico abrir a mão! Porque tá tudo na mão deles! Tá tudo na mão deles! A Sra. corre prá cá, o bicho come; corre prá lá, o bicho pega! Não tem jeito!*

*(Luís Fernando, 70 anos, ex-motorista de caminhão, hoje aposentado)*

Estes últimos discursos assinalam as dificuldades do atendimento às reivindicações, mesmo com a existência da organização coletiva, sobretudo pela inexistência de vontade política dos que estão no poder e pela forma como são ignoradas as reivindicações dos menos abastados que recorrentemente são ignorados no que diz respeito às políticas públicas.

Alguns desses discursos acabam veiculando uma visão negativa em relação às possibilidades de transformação da realidade social pelos menos abastados, a não ser para pequenas alterações. Contudo, apesar de mais essas dificuldades levantadas em torno da organização coletiva, agora referidos aos seus resultados, os relatos apresentados até aqui apontam que a maioria dos entrevistados acredita na organização coletiva como forma de atuação política e de transformação e dela participam ou já participaram de alguma forma. Isso mostra que apesar dessas dificuldades, da desconfiança de alguns e da descrença de outros, e das várias visões da política como algo restrito ao Estado e aos partidos, os entrevistados, acabam, na prática, ampliando o espaço da política, vislumbrando a possibilidade de atuar politicamente como agentes transformadores.

Essa disposição à organização coletiva se apresenta como um resultado muito importante da pesquisa diante da amostra escolhida, composta de indivíduos que, na sua maior parte, não apresentam vínculos com movimentos ou organizações coletivas. E representa um dado bastante significativo quando se pensa nas possibilidades de atuação de

indivíduos das classes subalternas, tais como os entrevistados nesta pesquisa, no processo de extensão e aprofundamento da democracia e conseqüentemente nas lutas pela conquista dos direitos e da cidadania.

#### **4.2 A organização coletiva como possibilidade**

A pesquisa foi realizada em sete bairros da cidade de São Carlos<sup>3</sup>. Em dois destes bairros, no Jardim Gonzaga e no Cidade Aracy, há associação de moradores. Nos outros não existe associação de moradores, mas em um deles, o Monte Carlo, existe uma organização dos moradores, que embora sendo informal, se aproxima do modelo de uma associação deste tipo; e em outro ainda, o Jardim Novo Horizonte, os moradores já tentaram organizar-se desta forma, embora não tenham obtido sucesso.

Deste modo, dos sete bairros onde foram realizadas as entrevistas, em quatro deles existe algum tipo de organização coletiva ou uma tentativa em torno dela, em forma de associação de moradores propriamente dita, ou sob a forma de algum outro tipo de iniciativa. E mesmo naqueles bairros onde não existe nenhuma iniciativa com relação a isso, muitos entrevistados declararam achar importante este tipo de organização e só não participam de nenhuma porque não existem nos seus bairros. Isso mostra como a organização coletiva se apresenta como uma possibilidade bastante plausível para alguns dos entrevistados e concreta para outros, o que representa um resultado importante no universo pesquisado.

Nos bairros onde existe associação de moradores foram entrevistadas nove pessoas, dentre as quais três delas participam da associação, todas elas homens, que afirmaram que não vão a todas as reuniões, mas de vez em quando. Embora não participem sempre, afirmam que acham muito importante fazer parte deste tipo de organização, porque através dela é possível se obter várias melhorias para o bairro e para as pessoas que nele moram. Um dos entrevistados tece até uma crítica aos moradores de seu bairro que não participam da associação de moradores:

---

<sup>3</sup> Ver mais detalhes sobre o universo da pesquisa no capítulo 2, onde descrevo os procedimentos metodológicos nela utilizados.

*[As pessoas do bairro] Tem alguns que não dão muita atenção, não, né? Eles só sabem criticar... Criticar eles acham que é o caminho mais fácil, né? Então eles fica do lado de fora... Mas quando eles têm problema... precisando de algo que é assim urgente, aí eles correm atrás: "Mas eu fui atrás do bertrano, bertrano não...". Mas na hora de ir pras reuniões e procurar participar diretamente, não.*

*(...)*

*Regina - Só o senhor que participa da associação ou alguém mais da sua família participa também?*

*De uma forma geral, mais é eu. Porque é o que eu tava dizendo. Eu moro aqui com o meu filho, né? Ele mesmo é assim, é... "Ah, eu não vou lá não, eu vou ficar aqui assistindo televisão". Mas aí a hora que ele também precisa de alguma coisa, aí...*

*(Arlindo, 48 anos, morador do Jardim Gonzaga)*

Arlindo demonstra no seu relato uma certa irritação com aqueles que não participam da associação de moradores e querem mesmo assim aproveitar-se de seus benefícios, revelando essa irritação inclusive com o seu próprio filho. Percebe que participar implica em um investimento em tempo e trabalho para frequentar as reuniões e efetuar as tarefas que competem aos associados. Por isso expressa um ressentimento em relação àqueles que se aproveitam do trabalho de pessoas como ele só "colhendo os frutos".

Os que não participam como Geni, assim como outros entrevistados, invocam a falta de tempo para justificar a não participação na associação de moradores do seu bairro.

*Regina - Existe algum lugar aqui no bairro onde vocês se reunam para conversar sobre os problemas do bairro?*

*Existir. Existe, só que eu não participo. Vou lá de vez em quando... que eu não tenho tempo, né?*

*(...)*

*Regina - Você gostaria de participar ou não?*

*Acho que eu não gostaria de entrar assim participando, não (...) Eu acho bom. É uma coisa boa, mas eu, pra mim mesma, não. Uma que não resolve. Pode resolver algumas*

*coisas, mas é muito difícil. A gente só vai perder o tempo da gente, cansar... Essa é a minha opinião.*

*(Geni, 44 anos, moradora do Jardim Gonzaga)*

No entanto, tal justificativa não se mantém ao longo dos relatos como ocorre no caso de Geni. No decorrer de sua fala nota-se que a não participação nas associações de moradores, na realidade, se remete, assim como em outros relatos, à descrença na organização coletiva, que é vista mais uma vez como insuficiente diante do poder público que ignora iniciativas deste tipo.

Em outros casos a não participação se remete ao comodismo dos entrevistados, admitido por eles mesmos (como Cleide, por exemplo, que afirma de forma dispersa na sua entrevista que a falta de tempo era só desculpa). Trata-se, neste último caso, de uma justificativa que revela a apatia de alguns entrevistados em relação à organização dos moradores do seu bairro. Apatia que muitas vezes encontra-se encoberta por um discurso de descrença nas mudanças, que acaba tornando-se discurso comum e legitimando a indiferença frente às organizações de caráter coletivo.

Com relação aos bairros onde não existe associação de moradores, cumpre destacar o caso do bairro de uma das entrevistadas, Ana Maria. Lá não existe propriamente uma associação de moradores, mas sempre que existe algum problema os vizinhos se reúnem para discuti-lo. A partir de seu relato a impressão que se tem é que os vizinhos são bastante unidos e já resolveram alguns problemas se organizando, como em relação ao problema de falta de asfalto de algumas das ruas, para o qual fizeram vários abaixo-assinados e foram diversas vezes à prefeitura.

*Aí todo mundo reúne, ou discute os problema que tem e vê o que vai acontecer, quem vai se dirigir, encarregar, fazer as coisas. Os outros tudo...um dá... cada um dá o seu parpite e vê qual é o melhor, e sempre tem uma pessoa que se dirige à prefeitura, sabe? Vê como é que pode fazer... Como esse negócio do imposto, que começou a vim outro imposto... Um comunicou com outro, né? Com os mais amigo. E então sempre: "Olha, vai lá que eu resolvi o meu problema, você vai lá também." Sempre um orienta o outro, sabe? (...) Ah, não tem uma associação, assim, com um presidente. Não tem presidente. Não tem*

*nada. Sempre tem uma pessoa mais ativa que a outra, que como o João Torres, que sempre tomou as dores. Ele é do PT, sempre ele toma as dor. Quando você reclama, ele vê aonde vai. Tem o seu Aparecido, né? Aqui é uma pessoa mais experiente, sabe? A gente reclama, eles providencia as coisa.*

*(Ana Maria, 39 anos, moradora do Monte Carlo)*

No relato de Ana Maria emerge uma questão importante a ser considerada – a importância da participação de pessoas mais influentes junto à cidade e ao poder local nas organizações coletivas dos bairros – algum político, alguém “de posses”, ou com mais estudo, ou mesmo alguém mais conhecido na cidade. Para ela, é importante que alguém mais influente esteja inserido neste tipo de organização, porque, como afirma, tendo “uma pessoa assim, mais alto, com estrutura, que converse” torna-se mais fácil se conseguir as coisas, facilitando o diálogo entre moradores e poder público.

Esta consideração abre espaço para se considerar a figura do “padrinho político”, aquele político local que sempre “dá uma forcinha” para a organização dos moradores, ou aquele que lhe presta algum favor em algum momento, num modelo de clientelismo na sua vertente coletiva, em que não só um indivíduo, mas sim um conjunto de indivíduos organizados em torno de algum objetivo coletivo, pede um favor a um político. O relato de Ana Maria é novamente ilustrativo neste sentido:

*A gente pediu ajuda para vereador, pro Robertão que é lá da Redenção. Nós fizemos um torneio de truco para ajudar a construir a igreja e aí ele arrumou o troféu pra gente. (...) A gente ganhou dois jogo de troféu, assim, pra Igreja (...) A gente também, outra vez quando era no tempo do Rubinho [ex-prefeito da cidade, na época em que ainda era candidato]. A gente foi chamar o Rubinho, tudo, eu, a Rosa, que é amiga da gente. A gente ganhou os conjunto do cálice pra Igreja, né? Na hora da missa, do ofertório a gente ganhou, inclusive tem até... A gente mandou gravar o nome do Rubinho nos cálice, né?*

*(Ana Maria, 39 anos, moradora do Monte Carlo)*

A figura de alguém que se destaque no interior da organização coletiva foi colocada também por dois outros entrevistados, mas num outro sentido. Desta vez essa figura

apareceu na imagem do líder – aquele que vai tornar o grupo mais organizado, diminuindo os riscos da “baderna”, como defende Sérgio:

*Eu acho que... bastante gente assim fazendo baderna essas coisas não consegue nada não. Mas se reunir em grupo, e tiver uma pessoa cabeça no grupo... Vamos supor um grupo de dez pessoas e ir na prefeitura e ir numa pessoa que manda no SAAE [Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto], eu digo conversar com diretor do SAAE ou da CPFL. Ir uns dez, conversar tudo. Porque assim nesse tumulto, bastante gente, nem eles recebem o povo. Fecha lá, fala que não tá, chama a policia. Acaba no fim não resolvendo nada.*

*(Sérgio, 40 anos, morador do Cidade Aracy II)*

Sérgio concorda com a idéia da organização coletiva desde de que ela funcione a partir de um líder que a organize e impeça que ela se torne bagunça. Ao longo dos seus relatos afirma que muitas das reivindicações de organizações coletivas não são atendidas porque em muitos casos, em grupo as pessoas se exaltam e acabam quebrando locais públicos e se utilizando da violência. Ele é contrário a este tipo de comportamento e acredita que as pessoas devam reivindicar sim, mas organizadamente e civilizadamente, segundo seus próprios termos. Esta fala pode assumir dois significados: um se remete ao simples fato de em uma organização se defender que algumas pessoas tomem a frente, representando o grupo e suas decisões, a fim de organizar a manifestação, e o outro se remete à demanda por alguém que mande mesmo no grupo e tome as decisões por ele. A fala de Sérgio, a meu ver encaminha-se no primeiro sentido.

No caso de um outro bairro onde também não há associação de moradores, Ana Amélia conta em sua entrevista que ela mais alguns moradores, já tentaram organizar uma associação deste tipo, mas não tiveram sucesso. Eles já tentaram se reunir, mas poucas pessoas se interessaram. O problema para ela é que as pessoas do bairro não têm união, como declara no seu relato:

*Aqui não tem [associação de moradores]. Aqui... O povo aqui da Vila não tem união, assim, sabe? De se reunir, batalhar. Se você for unir é 2, 3, no máximo 5, sabe? E é sempre aqueles de sempre. Aqueles 2, 3 de sempre.*

*(Ana Amélia, 38 anos, moradora do Jardim novo Horizonte)*

Esta mesma entrevistada comenta ainda que ela é mal-vista no seu bairro, pelo fato de tentar organizar as pessoas e tomar a frente nas reivindicações dos moradores de lá. Para ela, as pessoas acham e até comentam, segundo seu relato, que ela faz isso só para “aparecer”, porque ela quer ser “a dona do bairro”. O sentido da fala de Ana Amélia ilustra bem as dificuldades existentes em torno da organização dos moradores – uma organização que mesmo quando consegue se estruturar e se manter, não se dá sem conflitos. Isto é claramente perceptível na fala de Carlos que descreve a situação da associação de moradores do seu bairro, fazendo sérias críticas à sua diretoria:

*Regina - Vocês têm associação de moradores?*

*Tem, tem!*

*Regina - E vocês se reúnem sempre?*

*Sempre! Mas, sei lá, acho que o próprio... como que fala? O presidente do bairro lá, o Laudelino, acho ele muito desligado também.*

*Regina - E o senhor participa sempre das reuniões?*

*Não. Muito pouco, né?*

*Regina - Por que?*

*Ah, porque eu acho que eles [os membros da diretoria da associação] não ligam muito também. Mas, se fosse uma pessoa pegasse a fazer. Mas não tem jeito, você entra lá eles já entra no papo deles lá e pronto (...) Sabe por que? Por exemplo, o negócio do asfalto, se você for na rua... você pode ver que na rua deles tem asfalto, tem tudo. Mas, nas outras... A rua do presidente tem asfalto. Agora as outras...*

*(Carlos, 40 anos, morador do Cidade Aracy II)*

Nos bairros onde não existe associação de moradores e nenhum outro tipo de organização coletiva dos moradores, os entrevistados afirmaram, na sua maior parte, que

acham importante existir uma organização deste tipo para poderem discutir os problemas do seu bairro em um espaço onde todos possam participar e opinar, numa luta conjunta por melhorias para o bairro e para os seus moradores. Todos os entrevistados que assumiram a importância deste tipo de organização, disseram que participariam de uma, caso houvesse em seu bairro. Discursos com este teor ilustram o reconhecimento da ação coletiva enquanto forma de auto-organização para a reivindicação de direitos, mesmo que essas associações venham a existir e não sejam freqüentadas, como é o caso de alguns entrevistados que têm este tipo de organização coletiva no bairro onde residem e não participam, apresentado em páginas anteriores.

Dois entrevistados, porém, colocaram em dúvida a importância da associação de moradores e afirmaram que provavelmente não participariam caso existissem em seus bairros, porque acham que este tipo de organização não funciona por não acreditarem no retorno das autoridades responsáveis. Segundo eles, as pessoas reclamam, mas ninguém faz nada, nenhum responsável toma providências. A opinião destes dois últimos entrevistados ilustra a opinião de parcela dos entrevistados, que como já havia apontado anteriormente, se vêem descrentes frente às possibilidades do poder público atender às suas reivindicações, construindo um discurso negativo em relação às possibilidades da organização coletiva, tornando-se muitas vezes apáticos diante de seus problemas e se mobilizando muito pouco diante deles.

Para além das associações de bairro, existem outras formas de ação coletiva como manifestações ou atos públicos, passeatas, greves, participação em movimentos sociais e organizações de vários tipos, sobre as quais os entrevistados também foram indagados ao longo da realização das entrevistas.

Vários entrevistados assumiram que já participaram de manifestações deste tipo e outros que participariam, caso tivessem oportunidade. São vários os exemplos: uma entrevistada relatou que participou das passeatas pela participação popular na Constituinte de 1988; outra entrevistada admitiu que sempre teve vontade de participar de uma organização pela defesa dos direitos dos negros, mas que não sabia que existia uma organização deste tipo em São Carlos e quando soube da sua existência por mim, pediu-me que eu a pusesse em contato com alguém que participasse dela, pois gostaria de conhecê-la;

outros entrevistados ainda declararam que já participaram de greves, como Carlos que descreve a sua participação em uma greve na empresa em que trabalhava:

*Ah, a que nós participamo, por exemplo... É porque na firma, eles davam café da manhã, depois cortaram. Davam prêmio. Lá tinha produção. Eles cortaram. Então, nós fizemo a greve pra voltar, né? (...) Duas vezes nós fizemo greve!! (...) Conseguimo! Porque era um direito nosso. Nós já tinha e eles cortaram. Aí depois, voltou de novo. Pressão, senão não voltava!*

*(Carlos, 40 anos, carpinteiro numa empresa privada)*

Para os entrevistados que já participaram de greves, a greve é um instrumento de luta do trabalhador e por isso acham muito importante este tipo de manifestação. Nos seus relatos, admitem que se trata de uma forma de pressão diante daqueles a quem se reivindica um direito, seja ao vereador, ao prefeito, ou ao patrão. Cabe ressaltar, no entanto, que a maioria dos entrevistados nunca participou de uma greve e muitos disseram que não participariam, caso ocorresse uma manifestação desse tipo onde trabalham, pelo receio de serem demitidos. Isabel, por exemplo, declarou que participa de outras manifestações, mas que tem medo de participar de uma greve e ser demitida:

*Ah, não sei se eu já participaria da greve, entendeu? Aí nesse caso, não sei. Porque tá tão difícil emprego, né? Você entendeu? Vamos supor assim, eu parto pra uma greve, né? Logicamente eu vou ficar desempregada depois. É muito pior do que, vamos supor: antes pingar do que secar, né? Você entendeu? Então quer dizer que não sei se eu ia participar da greve.*

*(Isabel, 39 anos, doméstica)*

Mesmo assim, vários entrevistados declararam que embora não tenham nunca participado de uma greve, estariam dispostos a participar, caso irrompesse uma ação deste tipo no local onde trabalham, como declara Neuza, no seu depoimento:

*Regina - Você já participou de alguma greve?*

*Não. Não....*

*Regina - E participaria?*

*Participaria, porque eu acho que é um direito do...do povo reclamar de salário, comida ... Mesmo assim que for um caso de alimentação. Não tá gostando da alimentação, pega um dia todo mundo não vai almoçar, ou ... cinqüenta pessoa não vai almoçar. Uma pessoa não vai conseguir que o chefe vai prestar atenção. Mas se faltar cinqüenta pessoa no almoço já vai fazer falta, né? Eu participaria sim. Nunca foi meu caso porque a Faber [fábrica onde trabalhava] era uma fábrica excelente, né? Dificilmente tinha greve, a alimentação era boa, os convênios médicos era bom, os médico era bom. Então nunca foi caso de reclamar, de precisar recorrer a nada, porque assistência social era excelente. (...) Mas se tivesse eu participaria. É melhor você reclamar, tentar melhorar. Pelo menos se mandar você ir embora, você tenta serviço em outro lugar... Melhorando pro outro pessoal que ficou já é alguma coisa já.*

*(Neuza, 31, do lar)*

Um aspecto importante que emerge na fala de Neuza, para além da sua afirmação em torno da possibilidade de participação em uma greve, é a questão da consciência do coletivo, que se apresenta como fundamental nesta discussão sobre a organização coletiva como possibilidade. É muito comum esperar que os indivíduos das classes subalternas pouco se organizem por estarem, em princípio, mais preocupados com a própria subsistência, já tão difícil num país como o Brasil, o que tornaria, em tese, estes indivíduos muito mais preocupados com si mesmos e com suas famílias do que com o coletivo. Neuza mostra claramente a sua preocupação com o coletivo ao afirmar que participaria de uma greve pensando em melhorias não só para si, mas para o conjunto dos trabalhadores. E afirma literalmente que mesmo que fosse demitida teria valido a pena participar da greve caso esta trouxesse algum benefício para seus companheiros.

Esta manifestação de preocupação com o coletivo apareceu em vários relatos dos entrevistados, mesmo entre aqueles que se mostraram críticos em relação às dificuldades de agrupar as pessoas para organizá-las coletivamente. A fala de Gilberto, apresentada a

seguir, mostra como este entrevistado tem uma clara noção da importância do coletivo e como a defende sob o lema “a união faz a força”:

*Vamos supor o cara vai fazer uma casa aqui, aí chama dez pessoas para vim ajudar, fazer tipo mutirão. Se não vier os dez, sozinho não pode fazer aquela casa. Tem que ter um mutirão. Vamos fazer aquela casa? Vamos. Quando acabar aquela ali vamos fazer do outro vizinho e aí vai indo, vai tocando. Quer dizer o cara vai sendo ajudado por todo mundo. Mas se ninguém vem, vai ficar no que está. É verdade ou não é? É da força que faz a união. (...) Uma força a mais é melhor, porque para a gente chegar no que a gente quer tem que ter uma força para melhorar mais, né? Do que um fazer as coisas sozinho é difícil. Sempre a gente tendo assim... uma companhia é melhor para tudo nós. É melhor, porque é sempre uma força a mais. Se tiver uma pessoa sozinha e chegar mais dez pessoas. Não adianta querer arrancar uma árvore, um sozinho não pode arrancar. Tem que ser umas dez pessoas aí aquela árvore vai arrancar, se vier mais gente, porque um só é duro para conseguir.*

*(Gilberto, 39 anos, faxineiro numa pedreira)*

A importância do coletivo aparece também no relato de Vagner, um dos entrevistados, ao falar da importância das organizações coletivas não só como forma de “obter resultados”, mas como forma de chamar a atenção de toda a sociedade para determinados problemas.

*Ah, sei lá os caras faz.... Eles faz essas coisas aí acho que é pra ver se alguém nota eles. Que nem as passeata que os sem-terra faz. É pra ver se alguém repara no problema deles.*

*(Vagner, 18 anos, trabalha na produção de uma empresa privada)*

Sua fala aponta para uma percepção da importância das mobilizações populares para chamar a atenção da opinião pública a respeito de determinados problemas, assim como para trazer a público questões que muitas vezes são consideradas privadas ou de grupos específicos, e que na realidade dizem respeito a toda a sociedade. Esta capacidade das

organizações de caráter coletivo de trazer a público questões que antes eram consideradas privadas tais como a questão da mulher, do homossexualismo, ou consideradas de grupos específicos como no caso dos próprios sem-terra, é muito discutida pela literatura sobre movimentos sociais que demonstra como estas questões hoje passaram a integrar a agenda pública da sociedade brasileira, através da iniciativa destes movimentos.

A questão do coletivo se apresenta muitas vezes, ao longo das entrevistas, ancorado nas manifestações de solidariedade que apareceram em vários trechos dos depoimentos dos entrevistados, ilustrados a partir de dois exemplos apresentados a seguir:

*Olha eu sou fraquinha [no sentido de achar-se bastante "pobre"] como eu sou. Eu tenho essa moradia aqui que o fio me deu, a noite e o dia e o meu bom coração. Mas chega qualquer pessoa aí e ele pedir um prato de comida e ele tiver com fome, eu dou para ele. Eu pego e dou. Eu acho que é assim que nós deve fazer. Repartir o pão com quem não tem, né? Eu acho tão bom quando eu tô precisando de alguma coisa e alguém reparte comigo, né? Eu acho bom, então...*

*(Angelina, 65 anos, do lar)*

*Às veis lá no trabalho... Você vê, tá lá a marmitta do cara, comendo arroz com feijão puro, sem nenhuma mistura. Que eu... Já aconteceu muitas vez de eu tirar mistura da minha marmitta e dar pro cara. Dividir. Porque eu acho... Por exemplo, se eu se alimento bem, eu acho que o outro também... É o direito do cara.*

*(Sebastião, 55 anos, trabalhador da construção civil)*

Estas manifestações de solidariedade mostram como os entrevistados se importam com as outras pessoas, demonstrando sentimentos de coletividade. Este importar-se com o outro é um indicio positivo quando se pensa na possibilidade da construção de uma cultura mais democrática. A solidariedade na forma de preocupação com o outro, e não só consigo mesmo, é um sinal importante na construção de sentimentos comuns de reconhecimento e consideração do outro. E estes sentimentos são fundamentais para a organização coletiva, no sentido de que se configuram como uma espécie de pré-requisito para ela.

Mas não se pode deixar de considerar que, apesar das manifestações de solidariedade e da preocupação com o coletivo expressa em vários relatos dos entrevistados, ainda são inúmeros os desafios para que as pessoas desenvolvam formas de pensar e de agir baseadas na preocupação com o outro, para além da preocupação com si mesmas, num espírito de coletividade, como lembraram os próprios entrevistados quando se referiram às dificuldades de reunir as pessoas em torno de objetivos comuns.

Um destes desafios se relaciona ao fato destes homens e mulheres “pobres” não se sentirem ligados uns aos outros por laços que os unam em identidades comuns. “Descidadanizados” por um processo social que os exclui como portadores legítimos de direitos, não conseguem estabelecer vínculos que os articulem com os outros indivíduos em espaços “de reconhecimento” (Telles, 1994: 44). Na ausência destes espaços, estes indivíduos sentem-se excluídos de meios para se expressarem, e por isso, sem esses meios, acabam fechando-se nos seus mundos privados e resolvendo seus problemas neste âmbito, encontrando dificuldades de equacioná-los em outros lugares que não sejam estes (Telles, 1994: 45). O relato de Antônio é bem ilustrativo neste sentido:

*É mais, é, é, eu não reclamo nada prá ninguém. Eu se tiver que reclamar alguma coisa eu falo com a muié, converso com ela. Fazer modo do outro, “Roupa suja se lava em casa.”*

*(Antônio, 42 anos, jardineiro numa empresa privada)*

A “roupa suja” acaba sendo lavada em casa, como se diz popularmente, porque não se constitui um espaço público onde as pessoas possam “mostrar-se”, apresentando seus problemas e suas propostas. A afirmação de alguns entrevistados de que encontraram na entrevista realizada com eles a possibilidade de falarem e serem ouvidos, é mais um indício claro da escassez de espaços como estes.

A construção destes espaços públicos é fundamental para que as pessoas possam formular, na linguagem pública dos direitos, seus interesses e aspirações e possam “dialogar” e “negociar” com os demais, tornando-se indivíduos atuantes – cidadãos no sentido mais forte deste termo. Na sua ausência, ou na sua escassez, alguns entrevistados mostraram que acabam procurando outros espaços alternativos. Dois programas de rádio

em duas emissoras em São Carlos foram apontados como alguns destes espaços alternativos de reconhecimento e de participação. Segundo os relatos dos entrevistados, pode-se notar que se tratam de dois programas muito parecidos. Um deles é chamado de “Boca no trombone” e tem a seguinte vinheta “aqui você exerce o verdadeiro papel do cidadão”. As pessoas ligam para lá fazendo suas reclamações e reivindicações e o locutor da rádio encaminha-os para as autoridades competentes. Cleide é uma das entrevistadas que se refere a estes programas de rádio:

*Eu acharia, se tivesse um lugar onde as pessoas pudesse ir, falar o que sente, porque às vezes as pessoas sentem uma coisa e elas não podem falar. Só tem vontade de falar, mas não pode. Quer dizer, não tem com quem falar, não tem onde reclamar. Tem um programa que fala assim, pra ligar [um programa de rádio que ouve reclamações dos ouvintes] ... Então teria que ter um lugar que a gente pudesse... Que te desse atenção!*  
(Cleide, 55 anos, faxineira desempregada)

A igreja também é apontada como um espaço alternativo de reconhecimento e de participação por alguns entrevistados, como mostra o relato de Neuza:

*Única coisa que a gente participa é a vida religiosa. A gente ia muito na missa. Eu acho que é a única coisa que vale mais a pena, porque não tem... Você pode fazer, fazer, sempre, não tem... Você faz reunião, faz isso, faz aquilo, o prefeito faz o que ele quer, o governo faz o que ele quer.*

(Neuza, 31 anos, do lar)

Além de ser um espaço de reconhecimento, a participação na igreja para Neuza é a única forma viável de participação. É a partir dessa percepção da ausência de espaços onde valha a pena participar que Neuza vai apontar a igreja como via possível. A participação na igreja é a única que nunca decepciona porque Deus é um ser disposto a não deixar de ajudar ninguém, então suas preces são sempre ouvidas. A religiosidade, neste caso, aparece como uma alternativa viável diante das outras experiências da vida que se mostram, na maioria das vezes, inócuas. Aparece também, muitas vezes, como última alternativa - naqueles momentos onde não se tem a quem recorrer, se recorre à fé em busca de graças e milagres,

optando-se pela via religiosa, porque, em muitos casos, nenhuma outra é tida como possível. (Chauí, 1994a)

Além do rádio e da igreja, o botequim, já muito bem estudado como *locus* de integração das “massas”<sup>4</sup>, também parece se configurar como um destes espaços, na fala de uma entrevistada. Ana Maria é dona de um bar e é interessante notar no seu relato como seu bar funciona como um espaço de integração entre as pessoas do bairro. No seu bar, segundo ela, as pessoas encontram espaço para falar de seus problemas, trocar informações com outras pessoas a respeito de problemas no bairro, além de poderem se organizar para fazer abaixo-assinados e marcar reuniões.

Estes relatos todos apresentados até aqui ilustram a existência de campos discursivos diversos e muitas vezes até conflitantes, em torno da organização coletiva. Conquanto ela apareça como impossibilidade para alguns, para outros, aparece como possibilidade, tanto na afirmação em torno de uma possível participação, quanto na expressão de sentimentos de solidariedade e de coletivismo, e na demanda por espaços públicos de opinião e de ação; e para outros ainda como fato concreto, nos exemplos dados de participação deste tipo já ocorrida entre alguns entrevistados. Isso denota que apesar de todas as dificuldades em torno da organização coletiva, largamente exploradas por muitos dos entrevistados, muitos entrevistados levam adiante a idéia da organização coletiva enquanto possibilidade de participação e de resistência. Nesta direção outras possibilidades também são colocadas.

### 4.3 Resistindo – outras possibilidades

A partir dos relatos dos entrevistados, pode-se observar que são várias as formas e tentativas de reivindicação de seus direitos. Segundo seus relatos, pude notar que eles reclamam constantemente dos problemas que encontram nos bairros onde vivem – muitos fazem abaixo-assinados, outros vão à prefeitura, outros à imprensa e outros ainda, até à polícia, para fazer denúncias a respeito dos problemas para os quais reivindicam soluções.

---

<sup>4</sup> Ver SILVA, Luiz Antonio Machado. “O significado do botequim” in: *Cidade. Usos & abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978.*

Os abaixo-assinados são bastante comuns. Mas alguns entrevistados afirmam que os abaixo-assinados são todos engavetados e o que funciona mesmo é as pessoas se organizarem em grupos e irem reclamar, porque deste modo acham que a pressão é maior sobre as autoridades competentes. Mesmo assim, muitos deles reconhecem que dificilmente são atendidos nas suas reivindicações e quando o são, isso é feito, em muitos casos, de forma insatisfatória de modo que as reivindicações são mal atendidas ou atendidas somente em parte, numa tentativa do poder público de abrandá-las. Um exemplo deste último caso é dado pelos moradores do Cidade Aracy II que relataram que o poder público para “aquietar” suas reivindicações em relação à falta de infra-estrutura no bairro, tratou de asfaltar algumas ruas, mas não as iluminou e fez o inverso em outras. Além disso, segundo eles, várias obras foram iniciadas e depois abandonadas.

Neste mesmo bairro, e também nos outros que compuseram a pesquisa, existem vários exemplos, dados pelos entrevistados, de descaso do poder público em relação às várias reivindicações dos moradores – esgotos a céu aberto, falta de escola, falta de coleta de lixo, problemas com iluminação, carência de transporte coletivo, entre inúmeros outros, mostrando que as demandas e reivindicações são muito comuns.

Nesta direção, as falas encaminham-se claramente a uma crítica ao poder público que se mostra quase sempre impermeável às reivindicações populares, mesmo quando feitas por meio da organização coletiva. Poder público que, em princípio, deveria representar interesses coletivos, mas que se dobra aos interesses privados das classes mais privilegiadas, desconsiderando os interesses dos menos privilegiados. Tal realidade deixa às claras o descompasso entre as promessas das leis, das instituições e do Estado e a realidade, que se faz muito dura aos “pobres”.

O constante descaso das autoridades públicas e o não atendimento nas agências estatais levam as pessoas a desistirem de procurar os lugares para a resolução dos seus problemas, como mostra o depoimento destes entrevistados apresentados a seguir:

*Não compensa, tanto faz reclamar ou não é a mesma coisa. Não adianta nego falar pra eles vim tapar um buraco aí, que eles vem quando quer. Não adianta reclamação.*

*(Durvalino, 67 anos, ex-trabalhador da lavoura, hoje aposentado)*

*Tem coisa que não adianta você reclamar que é pior, você vai passar mais nervoso. Você vai reclamar, reclamar e não vai conseguir e vai ficar mais nervoso ou nervosa. Então eu acho que a gente tem que deixar pra lá, vai fazer o que?*

*(Moacir, 39 anos, motorista de caminhão desempregado)*

Estas duas falas podem assumir dois sentidos. De um lado, podem demonstrar que algumas pessoas acabam perdendo qualquer interesse em reclamar e reivindicar em qualquer local ou situação, pelo fato de que sempre que procuraram os locais competentes para isso não foram atendidas. De outro lado, podem demonstrar, que somente em alguns casos as pessoas acabam desistindo por não serem atendidas, o que faz com que não reclamem quando se trata de determinadas situações envolvendo organismos públicos que já demonstraram sua ineficácia em outras situações, mas que se mostram dispostas a reclamar e a reivindicar em outros casos.

Entre os entrevistados pude perceber que há falas nos dois sentidos. A primeira implicação é mais direta e mais comum entre aqueles entrevistados que assumem um certo desânimo frente aos organismos responsáveis pelo atendimento de suas reivindicações mais freqüentes. A segunda, a meu ver, fica bem clara na fala de Neuza que mostra que quando estes organismos funcionam bem são bastante procurados, dando o exemplo do Procon:

*As pessoas reclamam sim (...) prova disso é o Procon que a turma reclama. O liquidificador soltou uma faísca a turma pega embaixo do braço e vai. Se fosse em tudo assim ...*

*(Neuza, 31 anos, do lar)*

Mas quando se mostram ineficazes, são pouco procurados, pois as pessoas se cansam de dirigir-se a eles e nada conseguirem como declara a mesma entrevistada, em continuidade da sua fala:

*(...) os aposentados, você viu na televisão? Que quê resolveu? (...) Não deixaram eles ir lá nem falar o que eles ia falar nem discutir. Simplesmente não deixaram eles ir. Então eu acho que as pessoas vai ... vão enjoando. Sabe? Vai se acomodando com aquilo.*

*Igual meu pai. Quando nós fomos lá no advogado o advogado falou assim: “Oh seu Zé, o pessoal tá querendo reunir uma turma aí pra ir pra Brasília é... O pessoal vai pagar o ônibus. Meu pai falou: “se for eu vou”. Aí o advogado mesmo falou: “Oh! Seu José, a gente vai reunir o pessoal vai daqui lá de ônibus. Chega lá eles não recebe a gente. Vai ter que voltar tudo pra trás. O quê que vai resolver”? Nada, então simplesmente não foram...*

*(Neuza, 31 anos, do lar)*

Esta realidade de várias instituições públicas no Brasil não escapa aos olhos e nem aos noticiários da imprensa, estampada nas imensas filas para o atendimento de saúde, aonde às vezes chegam até morrer algumas pessoas por falta de atendimento, nas enormes filas que os aposentados enfrentam todos os meses para receber seu benefício, pelas intermináveis filas por uma vaga na escola, pelas inúmeras manifestações em diversas prefeituras e outras agências estatais que se negam a abrir diálogo com as pessoas que reivindicam seus direitos, pelo número estrondoso de despachantes no país que acabam dando cobertura à ineficiência de vários serviços públicos, pela forma como são atendidas as pessoas nas repartições públicas, etc.

Realidade esta também descrita pelos entrevistados que afirmaram que muitas vezes não reclamam seus direitos por sentirem-se humilhados em alguns lugares aonde vão fazer suas reclamações, maltratados e jogados de um lado para o outro, instruídos a se dirigirem a outros locais – isso quando são atendidos. Apesar destas declarações, muitos entrevistados assumiram que em muitos casos se vêm sem opção e acabam se submetendo a tudo isso em nome de sua reivindicação ou reclamação.

Para observar em que medida os entrevistados reclamam quando têm algum problema ou quando sentem que seus direitos são violados, foram colocadas, durante as entrevistas, algumas situações hipotéticas de violação de direitos para saber como as pessoas agiriam em situações como estas. Em muitos casos as pessoas disseram que reclamariam, que procurariam a delegacia de ensino, a delegacia da mulher, a assistência social, a polícia e outros canais apropriados para cada situação. Muitos inclusive relataram já ter procurado estes lugares em situações parecidas, como Moacir:

*Regina – E se, por exemplo, o sr. tivesse um filho em idade escolar, com 7 anos e fosse procurar vaga em escola aqui perto de sua casa e não encontrasse?*

*Foi o nosso caso! O nosso caso foi assim. Faz dois anos que eu moro aqui né? No primeiro ano veio a transferência e eles disse que não tinham vaga aqui no Caique [escola próxima a sua casa]. Ah, não tem? Nós fomos na delegacia de ensino, aí arranhou!*

*(Moacir, 39 anos, motorista de caminhão desempregado)*

Mas nem todos os entrevistados vão reclamar. E mesmo àqueles que assumem reclamar não o fazem em todas as situações. Às vezes reclamam em algumas situações e em outras não, como é caso do próprio Moacir:

*Regina - Você já enfrentou fila de madrugada pra poder marcar consulta?*

*Eu enfrentei, mas larguei! Fui embora. Não voltei mais!*

*Regina - Mas era um problema que dava pra desistir? Como era?*

*Não dava, mas depois tive que agüentar, porque era pior ficar na fila com dor, então...Você já tá ali pra procurar um médico, porque tá com dor e fica esperando numa fila que tem cem pessoas na sua frente? Você tá ali, com dor, não agüenta ficar em pé!*

*(Moacir, 39 anos, motorista de caminhão desempregado)*

Deste modo, não são todos os entrevistados que procuram canais competentes para fazer suas reclamações, nem são todas as situações que levam às reclamações. Isso ocorre porque as dificuldades encontradas são muitas. Dificuldades estas ligadas à lentidão do atendimento, à ineficácia do canal competente e ao mau atendimento nele recebido, que segundo vários entrevistados se dá pelo fato de serem “pobres”, como mostra a fala de Geni:

*Se sente humilhada [por ter que enfrentar fila de madrugada para conseguir atendimento médico]. É uma humilhação muito grande você ter que madrugar, às vezes até posar lá na fila.*

*Regina - Já aconteceu isso com você?*

*Já. Eu fui lá, porque eu precisava, não podia pagar... tava precisando, tem que ir lá (...) A gente fica porque a gente não tem a quem a gente socorrer. (...) Então, é por aí... A gente não tem onde socorrer, se bem até que a gente vai atrás... mas só que não é resolvido na hora. (...) Principalmente quando se trata de prefeitura, de hospital, de pronto-socorro... Eles não têm interesse, mesmo, de jeito nenhum. Se for possível eles até te tocam: "Vai embora, some daqui..." (...) Você não sabe pra que lado você vai... Acha que é melhor ficar quieto.*

*(Geni, 44 anos, costureira)*

Nesta fala de Geni, a indignação com a injustiça do tratamento que recebem nestes locais públicos de atendimento expressa o reconhecimento da desigualdade de tratamento entre "os que podem pagar" e "os que não podem". Estes últimos são sub-cidadãos maltratados e humilhados por precisarem destes serviços. Isto quando conseguem atendimento. E quando o conseguem, raramente vêem a solução dos problemas, como relatam vários entrevistados que assumem não acreditar que haja uma solução do problema caso reclamem. Em outros termos, acham que "não adianta" e dão vários exemplos de questões reclamadas e que nunca foram solucionadas pelo poder público, como relatam Luís Fernando e Sérgio:

*Chama lá o SAAE [Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto], vem aí, vem aí desentope. Quando é daí 2, 3 dia tá entupido outra vez. E é isso aí! A sra. fica aí num sufoco aí, nem pode nem armoçá, não pode nem jantá de noite. A sra. fecha a casa aí. Deus me livre, viu?! Fica aquela catinga de urubu aí dentro de casa. A sra. reclama... A sra. vai aí, chama mais de 50 vês o SAAE prá vim aí. Eles vêm quando eles qué! Ainda chega aí, faz um serviço porco aí, pega, vai embora, larga aí uai! Não tem jeito!*

*(Luís Fernando, 70 anos, ex-motorista de caminhão, hoje aposentado)*

*É eu acho que não adianta recorrer a ninguém. Eu tenho assistido televisão aí eu vejo, acontecer, morrer por negligência dos médicos, essas coisa. E as pessoas reclamam... Igual ela [a esposa] trabalha de enfermeira na Santa-Casa. Ela já viu bastante coisa,*

*criança morrer por falta de prudência de médico ou de uma enfermeira e eu nunca ouvi falar que solucionou alguma coisa. Pais da pessoa que faleceu... eu já vi, diz que recorre, vai atrás de advogado, vai atrás de prefeito, vai atrás disso e daquilo. E... até agora eu não vi solução. Eu não vi falar um caso que foi solucionado. Parece que eles abafam, médico essas coisa... Você que é pobre, que é mais fraco... O pobre parece que é mais fraco. Chega um que tem dinheiro lá, fala alguma coisa, tampa, põe uma pedra em cima. Eu ainda não vi um pobre reclamar alguma coisa contra um rico que ganhasse! Até mesmo em juiz.??? Ver se faz algum comentário a mais Cê pega aí um advogado do Estado é aquela lerdeza para coisar e acaba, caduca, eles arquiva lá as coisas. Eu não sei, nunca aconteceu comigo. Eu pelo que eu vejo aí, que aconteceu com povo, que aconteceu aqui em São Carlos que já teve caso, de povo reclamar, mas por enquanto eu não vi nenhum... ninguém ganhar uma causa assim.*

*(Sérgio, 40 anos, desempregado trabalha na lavoura temporariamente)*

Em alguns casos, os entrevistados afirmam que são levados, para conseguir alguma coisa, a buscar uma “forcinha”, ou seja, alguém que possa auxiliar no recebimento do atendimento ou na sua reivindicação, como conta Abgail:

*Eu fui na prefeitura uma vez, quando era a época do Rubinho porque aqui era rua de terra, e era muita poeira, não tinha água e minhas filhas tinha bronquite. E eu não tinha como comprar um aparelho de inalação. Eu fui. Eu fui fiquei da manhã até 8 horas da noite para conversar com o Rubinho [antigo prefeito] para tentar conseguir o...*

*Regina - E conseguiu?*

*Eu consegui. Eu consegui também porque eu trabalhava na UTI infantil, o dr. Comar, nessa época ele fazia parte também desse... da assembléia... desses negócios de aparelho. Então ele deu uma força para mim... Você entendeu? Porque teve uma influência né? Senão...*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

Este tipo de recurso aparece como consequência da falta de condições de acesso ao direito ao atendimento, que garanta que as reivindicações sejam colocadas e atendidas. Aqui nesta fala ele se revela como crítica ao poder público, tido como responsável de uma exclusão que retira a garantia de atendimento desses direitos e não institui um acesso igual para todos, ao mesmo tempo em que se remete mais uma vez à figura do “padrinho político”, já comentada anteriormente, que aparece como um agente situado num plano superior que intervém a favor do reivindicante, “dando um empurrãozinho” ou mesmo concedendo o direito – referência que guarda estreita relação com o “pedir direitos”.

Em outros casos, o recurso utilizado é a denúncia, através da qual a ineficácia das instituições é comunicada à polícia ou aos meios de comunicação, como mostra uma das entrevistadas.

*Ah, eu viro um trem. É a primeira coisa que eu falo: “Vocês não vão atender?” “Não.” “Então eu vou chamar a polícia. Eu quero ver se não tem médico aqui pra atender.” Que já, não eu, mas a minha tia... Eu tenho uma tia que já aconteceu de precisar de médico, aí ela chegou lá e falou: “Ah, o médico não tá, não sei o que tem...” Se é plantão dele, ele tem que tá ali. Aí a minha tia falou: “Não tá, então nós vamos chamar a polícia e mostrar o que é plantão dele e ele não tá.” Tava dormindo. Não queria atender... Aí nós... enquanto não chegou, ameaçou chamar a polícia. Aí chamou o médico que atendeu.*

*(Ana Amélia, 38 anos, do lar)*

Tal recurso possui um efeito publicizador e multiplicador das denúncias, na medida em que torna públicas questões que seriam, em princípio, particulares, em questões públicas e estimula outras pessoas a reivindicarem seus direitos desrespeitados em situações similares, como ilustra o relato de outra entrevistada:

*[Se não tivesse médico para atender seu filho ou filha em uma emergência] Bom aí eu perguntaria... marcaria bem o nome dele [do médico que deveria estar de plantão]. Perguntaria o nome dele tudo e chamava assim autoridade, né? E falaria o que tava*

*acontecendo né? E se fosse preciso até chamava o jornalismo lá dentro para mostrar a situação que o meu filho ou minha filha estava passando. Que só dessa forma muitas vezes resolve as coisas. Porque se você for lá, e já sabe que você é humilde e que você não tem como conversar, você não tem palavras, então eles não tão nem aí mesmo. Aí você parte pro escândalo, eles são os primeiros a chamar a polícia para você. Então, na verdade você tem que chamar mesmo... Se você vê que é uma coisa urgente que o médico não te atende, tá chamando jornalismo e tá colocando na televisão mesmo para todo mundo ver. E porque aí, a partir do momento que aconteceu isso comigo ou com você, a outra pessoa que tá assistindo vai ficar ciente e vai poder tá fazendo a mesma coisa. Por que o que acontece aqui no Brasil é isso, as pessoas se calam muito e perde muita coisa que na verdade deveria tá fazendo alguma coisa para não perder.*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

Grande parte dos entrevistados assumiu que acaba lançando mão de soluções paliativas diante dos problemas encontrados, ao invés de procurar os locais responsáveis pelo descumprimento do seu direito. Na realidade, como bem colocou Canclini (1988), em muitos casos, os indivíduos das classes subalternas criam formas de contornar as imposições que lhes são direcionadas através de estratégias de autodefesa e do desenvolvimento de uma forma de troca com o sistema dominante – o que envolve um processo de “negociação” (Canclini, 1988). Portanto, muitas vezes, ao invés de questionar o que lhes é imposto, procuram se engajar em transações, que se mostram mais viáveis na obtenção de algum benefício. São várias as estratégias de sobrevivência descritas pelos entrevistados - inúmeras formas desenvolvidas para “driblar” os problemas e a sensação de impotência diante deles - com as quais tentam, ao invés de tentar resolver o problema, contorná-lo, a fim de poder conviver com ele, ou resolvê-lo de forma mais fácil e mais rápida, como mostra o depoimento de Josefa:

*Igual, há pouco tempo, eu fui lá na Santa Casa. Eu esperei lá 3 horas e não fui atendida. Primeiro fui no pronto-socorro, não tinha médico. Fui na Santa Casa, os médico, só tinha um atendendo, ou dois, sei lá. Eu voltei. Voltei, mas meu Deus me ajudou porque eu fiquei ruim... Foi um leite quente com café que eu tomei de manhã cedo e fui lavar o*

*quintal. Fiquei ruim, aí me deu um derrame. Vim aqui nessa farmacinha de cima aqui. Com dois vidrinho de remédio eu fiquei boa!*

*(Josefa, 64 anos, ex-trabalhadora da lavoura, hoje aposentada)*

As estratégias de sobrevivência têm às vezes até, um componente de malandragem, que se manifesta, por exemplo, através de algum “jeitinho”, uma maneira marota de descobrir “brechas” para “driblar” um “não pode”, não tanto para fazer valer transgressões e privilégios, mas para sobreviver e viver com dignidade<sup>5</sup>, como nos dá um exemplo, Sebastião, em seu relato:

*Quando você vai para o pronto-socorro, alguma coisa, para ser atendido você não pode chegar quieto. Você tem que chegar ai, ai, ai, ai, que dor. Tá me doendo aqui. Eu não tô agüentando. Eu vou morrer. Os caras já vem correndo e atende. Mas se você chegar assim, sem dor, eles demora.*

*(Sebastião, 55 anos, trabalhador da construção civil)*

Estas estratégias de sobrevivência são importante instrumento nas mãos dos indivíduos das classes subalternas que resolvem não reclamar ou não vêem possibilidade de fazê-lo, como mostram os relatos anteriormente apresentados. No entanto, este tipo de estratégia, ao se apresentar como uma alternativa mais fácil, mais rápida e às vezes até mais vantajosa em termos de resultados, acaba desestimulando as pessoas a reclamarem seus direitos aos canais competentes e a exporem publicamente seus problemas na linguagem dos direitos e, contrariamente, estimulando soluções individuais e à margem do mundo dos direitos e até transgressões - legítimas em alguns casos, mas que se operam em função da desobediência às leis. O relato de Moacir é bastante ilustrativo neste sentido:

---

<sup>5</sup> Ver o trabalho de Livia Barbosa sobre o jeitinho brasileiro em BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro. A arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

*Eu já fui uma vez com uma carga de produto perigoso e não tinha carteirinha de direção defensiva, né? O rapaz falou “tem um rapaz aqui que vende”, aí eu comprei a carteirinha dele. Não usei ela, usei só para aquela viagem, mas eu comprei. Mas... eu usei quando era novinho. Em dezembro agora, os cara falaram “leva a carteirinha”, eu falei “deixa essa carteirinha aí, que isso não vale nada!”. Se vai levar numa delegacia, não tem prontuário, não tem nada, vai me complicar (...)Depois eu fiz, tirei tudo normal. Mas no momento eu precisava de carregar a carreta e não tinha a carteirinha. Por isso que eu...*

*(Moacir, 39 anos, motorista de caminhão desempregado)*

Os relatos apresentados mostram que as estratégias utilizadas são muitas. Mas isto não quer dizer que todas as pessoas ajam desta forma. Muitos entrevistados mostraram, em alguns de seus relatos já citados, que reclamam por seus direitos, se dirigem aos canais responsáveis para encaminhar sua reivindicação ou, em outros casos, denunciam publicamente a violação do seu direito, sem desistir, como mostram mais estes dois relatos de duas entrevistadas:

*Eu acho que é melhor você tentar fazer alguma coisa do que você cruzar os braços. Se você cruzar os braços você vai ter a certeza de que nunca você vai conseguir nada mesmo. Então a pessoa, ela tem que ir à luta, ela tem que tentar. Se ela não conseguiu hoje, ela torna ir amanhã. Não conseguiu hoje “Ah, você tem que falar com não sei quem lá não aonde”, você vai, porque você não pode desistir. Você tem que tentar.*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

*Eu acho que todos quem tá se sentindo prejudicado, devia de ser recramado. Não assim, ser prejudicado e ficar quieto, cabeça baixa, porque se eu tô sentindo prejudicada e eu ficar quieta, cabeça baixa, o problema nunca vai ser resorvido. Eu acho que a pessoa tem que gritar e gritar bem forte pra ser atendida. Eu penso no meu modo, assim. Você entendeu? Porque se a gente recrama e tá sendo difícil você ser atendido, imagina se você ficar parado. Aí é que não vai ser nunca. Eu penso comigo, né? Eu acho que vai ser como se fosse uma criança. Se o bichinho tá te fazendo arte, você não falar nada, ele vai*

*costumar fazendo arte. Você dando umas boas palmadas, você vai ver como que vai endireitar, né?*

*(Ana Maria, 39 anos, dona de mercearia e feirante)*

Estes dois relatos revelam a disposição de alguns entrevistados de lutar pelos seus direitos e a uma vida com dignidade para os destituídos dela, através da transformação das carências em reivindicações. A dimensão dessas falas, aqui ressaltada, desafia claramente a assertiva de que no Brasil a “sociabilidade política”<sup>6</sup> se insere unicamente em modelos de relações de favor e dádiva. Estas práticas existem, como os próprios relatos de alguns entrevistados aqui citados puderam mostrar (e mostrarão também no próximo item). Outras práticas, como também foi mostrado aqui, se relacionam com o que chamei de estratégias de sobrevivência, que guardam estreita relação com manifestações de submissão e de aceitação da violação de uma série de direitos, uma vez que através delas se opta pela via da “negociação”, nos termos de Canclini, em detrimento da via do enfrentamento. Porém, o que essas falas estão ilustrando claramente aqui é que outras práticas e outras manifestações, em que os direitos são colocados como conquista e não como doação ou como troca de favores, são possíveis e existem mesmo entre aqueles indivíduos mais afastados da vida coletiva organizada em termos de associações e manifestações de caráter coletivo. Práticas nas quais os sujeitos se colocam claramente como sujeitos políticos ativos, na medida em que ampliam o espaço da política, transformando o espaço do seu dia-a-dia em um espaço de luta e reivindicação, mas que não deixa de se remeter ao mundo da política institucional, enquanto canal responsável e imprescindível para o atendimento destas reivindicações. É em relação a ele que a discussão segue no próximo item deste capítulo.

#### **4.4 Visões da política institucional**

A afirmação de que as transformações na cultura são fundamentais para o aprofundamento da democracia em nosso país, não pretende ignorar a importância das

---

<sup>6</sup> Esta expressão é Ana Amélia Silva em SILVA, Ana Amélia. Cidadania, conflitos e agendas sociais. *Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 1996.

instituições democráticas neste processo. A manutenção e o fortalecimento das instituições políticas tradicionais da democracia são fundamentais para a garantia do regime democrático. E somente a partir do regime democrático como base institucional é que é possível falar na extensão da democracia, já assegurada formalmente. Por isso, a confiabilidade em relação às instituições democráticas é um dos pilares para o avanço da democracia. Neste sentido, é que busquei através das entrevistas observar quais são as noções dos entrevistados em torno do mundo da “política” e dos “políticos”.

O mundo da “política” e dos “políticos” é muito criticado pelos entrevistados. São inúmeras as reclamações em torno deste mundo que os exclui de reconhecimento e de participação nas decisões.

*Estavam discutindo pra ver se davam oito reais de aumento [os deputados, por ocasião da discussão sobre o aumento do salário mínimo no segundo semestre de 1998], enquanto o deles, olha, triplica, sobe! Eles têm de tudo. Será que eles não pensam nos pobres? Desse mundo a gente não leva nada! A gente tá aqui, é uma passagem, amanhã a gente cai aí, morre e o que vai levar? Não vai levar nada! Pra que tão juntando, acumulando tanta coisa, judiando tanto das pessoas? Eu quase não sei, porque a gente não sai, tem que ver pela televisão, mas tem tanta gente passando fome, morrendo de fome, sem recurso, sem médico, sem tratamento médico, sem nada!*

*(Cleide, 55 anos, faxineira desempregada)*

De maneira geral, os entrevistados acreditam que nenhum político é bom, como afirmam taxativamente alguns entrevistados. Os políticos só prometem, não fazem nada e o povo está cada vez mais descrente em relação a eles, como afirma Claudia:

*O Melo [o atual prefeito da cidade, quando candidato] falou que nunca mais ia faltar médico. Que ia ter [médico] 24hs. O Posto ia ficar aberto, ia ter os médicos certo. Mas que tem nada. O povo fica lá esperando. Vem aquele monte de gente, faz ficha, fica esperando...ruim. Às vez tem gente pior do que a gente. Tem que ficar esperando. Eles só promete, ele não faz nada...*

*(Claudia, 33 anos, do lar)*

Na realidade, para boa parte dos entrevistados os políticos são todos iguais – só querem se eleger para “ganhar o deles” e não para trabalhar pelo “povo”. Qualquer que entre “lá” é assim. Eles só lembram do “povo” na época da eleição quando prometem “mundos e fundos” e depois se esquecem.

*Acho que os políticos (...) acho que todos eles é igual. Cada um que ganha lá vai fazer o lado dele, faz qualquer coisinha pra aparecer, mas ele só quer ganhá o dinheiro dele... Qualquer um que ganha lá, só quer ganhar um, só quer ficar rico, né? (...) Antes da política eles faz mil e uma coisa. Depois da política, não faz nada, só pra candidatar, ganhar o deles.*

*(Durvalino, 67 anos, ex-trabalhador da lavoura, hoje aposentado)*

*Eles são eleitos e não tão nem aí pra você! Já ganhou mesmo, né? É por isso que eu falo que eles [os políticos] são tudo desonestos.*

*(Cleide, 55 anos, faxineira desempregada)*

Somente um dos entrevistados afirmou que nem todos os políticos são ruins. Para ele às vezes o político até é bom, mas as pessoas que estão por detrás dele é que são desonestas.

*Ah, talvez o político, às vezes não é tão... Talvez ele tá até lutando prá ser certo. Às vezes quem rouba é os caras que estão por trás dele ali. (...) Às vezes o cara tá lutando ali ó, faz tudo certinho, às vezes um, um, um secretário dele ali, um outro cabra tá tirando.*

*(Antônio, 42 anos, jardineiro em empresa privada)*

Na realidade, os políticos são vistos desta forma porque a política institucional como um todo é vista como um mundo de sujeira e de corrupção, como ilustra a fala de Abgail:

*Olha eu não gosto muito de me envolver com política não. Política é uma coisa que... Eu acho que na política existe muita sujeira, muita sujeira mesmo. Muita corrupção, muita*

*extorsão. Então... E a gente não fica sabendo nem de metade... nem de um quarto disso daí. E é por isso que essa população tá assim.*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

Neste mundo de sujeira, mesmo que exista alguém com boas intenções, querendo fazer algo para o “povo”,

*(...) às vezes, são até obrigado entrar naquele balainho dos outros, né? Porque senão eles tiram de lá ou faz alguma coisa, ou mata, sei lá...*

*(Carlos, 40 anos, carpinteiro em empresa privada)*

Por isso, mesmo que exista algum político bom, ele será corrompido neste mundo onde não há escrúpulos, como afirma Abgail:

*Entra lá na política fica tudo corrupto também, então é uma coisa muito difícil de você analisar com poderia ser, né? Mas eu acho que tem que existir uma solução e tem que existir um meio né? Que coloque uma pessoa lá dentro que seja pelo menos... Eu vou falar para você que seja sincero. Sincero, nenhum deles é totalmente. Mas uma pessoa que realmente pense no povo sabe?*

*(Abgail, 45 anos, enfermeira em hospital público)*

Esse mundo de sujeira, na visão de boa parte dos entrevistados, é contraposto na fala de Moacir, ao “mundo do povo”, o mundo das pessoas que trabalham e são honestas, mas que não vivem bem porque as regras “deste mundo” são ditadas pelo “mundo de lá”.

*O povo é bom, quietinho, trabalhador. O povo é bom. Os políticos não prestam (...) Eles não lembram dos pobres.*

*(Moacir, 39 anos, motorista de caminhão desempregado)*

Este conjunto de relatos delinea as representações que compõem o imaginário dos entrevistados a respeito da “política” e dos “políticos”. Se por um lado expressa um grande

descrédito e descrença em relação a esse mundo que cada vez mais, segundo o tom dos relatos apresentados, se distancia dos seus propósitos, podendo delinear um discurso negativo e fatalista de que os entrevistados não acreditam mais na democracia e nas suas instituições; por outro lado, revela a indignação dos entrevistados em relação à corrupção, ao abuso de poder, à desconsideração com os mais pobres e destituídos, à falta de seriedade, ao desrespeito às leis e ao enriquecimento ilícito, que ocorrem no mundo da política, se colocando em termos de crítica à forma como este funciona. No mesmo sentido encaminham-se as falas em relação à questão do voto.

No que se refere a essa questão, a maior parte dos entrevistados assume uma visão negativa, admitindo uma certa descrença em relação às mudanças por meio do voto – uma descrença que envolve na realidade uma perspectiva crítica de que o poder de voto dos “mais pobres” tem se configurado um instrumento pouco eficiente de mudanças na sociedade brasileira como ilustram os relatos de Ana Amélia e Claudia apresentados a seguir:

*Você vota pensando em que vai ter uma melhoria e não tem melhoria nenhuma...  
Então não compensa. Acho que é bobeira o voto, eu acho assim. Se não fosse obrigado, eu não votaria, não. Você põe lá uma pessoa pensando que ela vai fazer alguma coisa pelo povo e depois ela te decepciona, né?*

*(Ana Amélia, 38 anos, do lar)*

*Não votaria [caso o voto não fosse obrigatório], porque eles [os políticos] só prometem as coisas e eles não cumpre o que eles falam, né? Então... Ah, não compensa ir lá votar (...) Entra um, sai o outro. É a mesma coisa.*

*(Claudia, 33 anos, do lar)*

Mesmo assim, dois entrevistados disseram considerar o voto importante, porque apesar de seu descrédito no mundo da política, sempre votam com a esperança de que algo mude.

*Eu voto sabe por que? Eu voto sempre procurando eleger uma pessoa melhor, né? Sempre procurando eleger um candidato melhor, que possa fazer alguma coisa pra gente. Mas as pessoas entra lá, entra com uma idéia, mas depois que chega lá... (...) Não adianta eu anular o voto, eu ou dez ou mil pessoas anula e outras vota, não adianta nada! (...) Eu acho importante votar, bastante importante.*

*(Carlos, 40 anos, carpinteiro em empresa privada)*

*Eu, falar a verdade, eu sempre votei, votei direitinho, porque a gente que a mióra prá tudo mundo né? Então, por exemplo, eu, na minha idéia, o que eu votei né [nas últimas eleições], eu votei com boas intenção nele né? Bom, já que ele tá falando isso, tá fazendo isso, tá fazendo aquilo, então, vamo ver se nós põe o homem lá prá miorá a nossa vida né? Mais prá pobre não mióra! Prá pobre não tem jeito! Prá pobre não tem jeito, não mióra! Cai tudo nas costa do pobre! É o pobre que se arda! É, o pobre sempre vai pra frigideira!*

*(Luís Fernando, 70 anos, ex-motorista de caminhão, hoje aposentado)*

Diante da falta de credibilidade no voto enquanto via de transformação da realidade social, vários entrevistados admitem a partir dos seus relatos que acabam se utilizando desse mecanismo enquanto moeda de troca com alguns políticos na época de eleição. Ana Amélia, por exemplo, conta que ela e os vizinhos aproveitaram que o prefeito da gestão anterior queria se reeleger, para pedir seu auxílio para conseguirem um ônibus para levarem as crianças do bairro à escola. E conseguiram, pois como ela mesma disse: “Só assim, né? Tem que aproveitar nessa época que só aí que eles lembram dos pobres”. Aqui mais uma vez depara-se com a discussão em torno da sociabilidade política “à brasileira”, pautada pelas relações de favor e de clientelismo. Para muitos se trata de um desvirtuamento da política, mas para aqueles que obtém algum benefício por essa via, que muitas vezes se apresenta como a única, trata-se de um mecanismo de sobrevivência. Mecanismo de sobrevivência que se incorporou à cultura do país disseminando uma crença com relação à época de eleição: é hora de aproveitar para conseguir alguma coisa dos políticos, que se tornam abertos a qualquer tipo de reivindicação para ganhar votos junto à população. São os mais variados pedidos, desde cadeiras de rodas a ônibus para excursão. É hora de “tirar

alguma casquinha” do mundo da política, que raras vezes se abre às reivindicações dos “pobres”.

É em torno de percepções negativas em relação à política e ao voto que se desenham representações negativas, entre os entrevistados, em relação à própria democracia e às suas instituições por parte de dois entrevistados. Um deles afirmou que existem políticos e partidos demais e que o bom seria se só o presidente mandasse, e o outro foi mais adiante, mostrando que desacredita totalmente na democracia, porque acha que depois que passamos a viver em uma democracia “virou uma bagunça”, de acordo com os seus próprios termos, por isso acha que só uma ditadura solucionaria os problemas do país.

Mas esta imagem negativa da democracia não ilustra a opinião dos outros entrevistados. Apesar de todas as críticas dirigidas ao mundo da política, e da visão negativa do Estado e dos políticos e da ineficácia do voto, os entrevistados demonstraram que não desprezam a institucionalidade democrática. Os relatos dos entrevistados indicam, a meu ver, não a negação deste mundo, mas a crítica a ele, na forma como funciona na sociedade brasileira, em um modelo oligárquico e arbitrário que exclui a maioria da população na gestão da coisa pública através da manipulação e da imposição da subordinação. Isto não pode significar a rejeição da institucionalidade democrática, mas sim a sua valorização na reivindicação pelo seu funcionamento mais transparente, menos arbitrário e mais democrático.

Os inúmeros relatos citados no decorrer deste capítulo e as diversas análises feitas em torno deles, apontam para a diversidade com que os temas foram tratados pelos entrevistados. São diferentes formas de ver a política e de se ver diante dela; diferentes formas de ver a mudança social; diferentes formas de enxergar a organização coletiva e sua relação com ela, diferentes formas de ver a institucionalidade democrática e diferentes formas de ver a possibilidade de participação política sob forma de reivindicação de seus direitos, que compõem o universo destes indivíduos com os quais trabalhei nesta pesquisa.

As visões da política como algo restrito aos partidos políticos e ao Estado são as mais comuns e se associam a visões de transformação pelo alto. Mesmo assim, a perspectiva de ampliação da política é vislumbrada através da organização coletiva como possibilidade, que é colocada pela maior parte dos entrevistados, mesmo considerando as

enormes dificuldades em torno dela, apontadas nos seus relatos. Esta possibilidade é colocada com várias nuances – alguns entrevistados defendem a organização coletiva mais enfaticamente, outros menos, e outros ainda, embora a defendam, afirmam que seus resultados são muito restritos. São destacadas por alguns entrevistados as figuras do “padrinho político” e do líder, como elementos importantes da organização coletiva.

A organização coletiva como possibilidade é reforçada pelos relatos de vários entrevistados que descrevem a participação e o interesse em participar de associações de moradores e organizações de outro tipo, além de sentimentos de coletivismo e de solidariedade que embora frágeis, apontam para princípios que tornam este tipo de organização possível.

No que diz respeito à atuação política individual, no seu sentido amplo que assume nesta dissertação, nota-se diferentes práticas diante da violação dos seus direitos, desde a reclamação aos organismos competentes, e as estratégias de sobrevivência que incluem “jeitinhos” e transgressões, até à apatia diante desta violação.

As visões da política institucional são na sua maior parte negativas – os políticos são muito criticados; o “mundo da política” em geral é criticado como um “mundo” da sujeira e da corrupção, contraposto ao “mundo do povo”, baseado no trabalho duro e primordialmente pela honestidade; o voto é tido como ineficaz, porque segundo o relato da maioria dos entrevistados, nada muda com as eleições, e alguns poucos entrevistados têm imagens negativas das próprias regras da democracia. Imagens negativas que se compõem muito mais no sentido da crítica à política institucional do que à sua negação – esta última percebida claramente somente na fala de dois dos entrevistados.

Este é pois o universo de representações dos entrevistados em torno da política, nos seus vários aspectos, que se compõe de velhas e novas práticas no que diz respeito à construção democrática, em que convivem juntas concepções restritas e ampliadas de política, sentimentos de solidariedade e de coletividade e individualismo, desejo e receio de participação em organizações de caráter coletivo, atuação e não atuação em organizações já existentes, reivindicação por direitos e práticas clientelistas ou estratégias de sobrevivência.

A multiplicidade e a diversidade das práticas e representações dos indivíduos aqui estudados, na verdade ilustram a multiplicidade e a diversidade com que eles percebem, vivenciam e, às vezes, criticam a sociedade antidemocrática e excludente em que vivem, na

qual o mundo da política e do que nela constitui o público, os exclui num processo de denegação da cidadania e de seus direitos – processo, este sim, percebido de forma uniforme quando articuladas às falas destes indivíduos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação ora apresentada analisou representações em torno da questão democrática de modo a enfatizar concepções de cidadania, de direitos e da própria democracia, além de destacar visões de política e visões a respeito das possibilidades de mudança da sociedade brasileira, daqueles sujeitos que vivem na situação de exclusão na sociedade brasileira, sem vínculos fortes ou necessários com o “mundo da organização” dos movimentos e organizações civis. Nela procurou-se avaliar em que medida as representações destes sujeitos se colocam entre velhas formas enraizadas na sociedade brasileira, pautadas por elementos de autoritarismo, tanto social como político, e a existência de novas possibilidades vinculadas à emergência de uma cultura democrática, contribuindo, deste modo, para o aprofundamento e extensão da democracia na sociedade brasileira.

Ao realçar o tema do aprofundamento e extensão da democracia e da importância da criação de uma cultura democrática para tal processo, a dissertação partiu de uma concepção de democracia que não se restringe à institucionalidade democrática, embora a ela esteja profundamente imbricada, e se remete a uma noção que diz respeito a práticas e sociabilidades pautadas por costumes e valores democráticos, para além das regras de um regime democrático. Uma noção de democracia profundamente articulada com uma concepção ampla do significado da política que deixa de ser considerada como aquilo que se remete meramente ao Estado e aos partidos políticos, e que diz respeito a todo o tecido social, inclusive às suas práticas culturais. Nesta perspectiva, a análise dos valores e das percepções torna-se um eixo central para a compreensão das possibilidades em torno do aprofundamento da democracia. Não somente a análise de valores e atitudes daqueles sujeitos engajados em “experiências democratizantes” de caráter coletivo, tais como conselhos de participação popular, ONGs, associações de moradores, etc., mas também daqueles que não se integram a elas, por possuírem valores e práticas que também merecem ser estudados e analisados no sentido de elucidar seus significados.

Para este estudo realizou-se uma pesquisa baseada em entrevistas em profundidade, na qual procurou-se trabalhar com uma população representativa deste universo com o qual

desejava-se ocupar-se – sujeitos que não participam de organizações coletivas de caráter reivindicatório, ou não necessariamente o fazem - optando-se por trabalhar com a população mais carente da cidade de São Carlos (interior de São Paulo), segundo critérios de uma pesquisa anteriormente realizada nesta mesma cidade. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro de questões que combinavam perguntas abertas sobre os temas trabalhados e situações hipotéticas sobre as quais os entrevistados eram convidados a falar como agiriam em situações como as colocadas. Buscou-se deste modo observar tanto valores e percepções em torno dos temas tratados ao longo da entrevista, assim como possibilidades de práticas e suas representações, através dos depoimentos em torno das situações hipotéticas e do modo como se posicionavam em relação a elas.

Os resultados da pesquisa apontaram para diversos significados em torno da cidadania, da democracia, dos direitos, da política e das possibilidades de mudança social que se apresentaram ao longo do trabalho nas falas e depoimentos dos entrevistados, revelando a polissemia de um universo amplo e complexo de significações.

Significações que indicam visões de direito enquanto reivindicação e exigência do cumprimento dos direitos reconhecidos por lei até visões que colocam a criação de novos direitos como possibilidade, que se relacionam a percepções mais democráticas de cidadania, e que convivem ao lado de visões do direito enquanto dádiva, permeada por práticas clientelistas, que por outro lado, configuram representações mais autoritárias da cidadania. Visões que se colocam junto com concepções de direito que se remetem à idéia de conduta correta, ao trabalho e ao consumo e que constroem concepções de cidadania na mesma direção e que se vinculam à honestidade, ao cumprimento dos deveres muito mais do que ao exercício dos direitos, à possibilidade de acesso aos direitos por meio do trabalho, numa vertente regulada da cidadania e ao consumo como forma de obtenção de uma vida minimamente digna ou como modo de obtenção do *status* de cidadão por meio de bens acumulados.

Significações que apontam ainda para diferentes formas de se ver a política e de se ver diante dela; diferentes formas de se ver a mudança social; diferentes formas de enxergar a organização coletiva e sua relação com ela, diferentes formas de se ver a institucionalidade democrática e diferentes formas de ver a possibilidade de participação política sob forma de reivindicação de seus direitos – que se relacionam ora, com

percepções mais autoritárias, e ora, com percepções mais democráticas, tal como compreendidas no âmbito deste trabalho. Combinam-se representações em que os homens são tidos como superiores às mulheres, negros são discriminados e inferiorizados, e homossexuais são motivo de preconceito e de chacota, com percepções em que homens e mulheres, negros e brancos, homossexuais e heterossexuais devam ser tratados igualmente no que diz respeito aos seus direitos, sem que esta igualdade represente a tentativa de homogeneização de uma sociedade diferenciada.

Estes resultados revelam que algumas das representações dos entrevistados retratam o legado autoritário da sociedade brasileira, na sua trama social, política e cultural. Repõem deste modo formas de sociabilidade autoritárias expressas em práticas e representações que reforçam relações clientelistas, autoritárias, tutelares e hierárquicas. Outras representações, porém, apontam para novos horizontes em que as noções de cidadania, direitos e da política sugerem significados importantes na construção da democracia, ao mesmo tempo em que, muitas vezes se confundem com visões de política, dos direitos e da cidadania voltados às velhas percepções e práticas da sociedade brasileira, nas suas matrizes autoritárias, revelando algumas das contradições e as ambigüidades presentes nestas representações.

Ao final do trajeto realizado nesta pesquisa estas considerações finais apontam mais para novas questões, que se colocam como inquietações para futuras reflexões, do que para afirmações conclusivas. Estas questões dizem respeito a como estes resultados se inserem no debate mais amplo sobre as possibilidades de aprofundamento e extensão da democracia na sociedade brasileira.

A questão central que se coloca se refere às possibilidades de ampliar os estudos que se remetem ao cotidiano dos “não organizados”- no sentido que atribuo neste trabalho - a fim de se aprofundar os resultados obtidos nesta pesquisa. Não se trata aqui de propor que os estudos sobre as possibilidades do aprofundamento da democracia se limitem a este universo a que chamo, a despeito de sua imprecisão, de “não organizado”. Trata-se de destacar a importância de análises que o leve também em consideração neste tipo de discussão.

A vasta literatura existente sobre o papel que exercem os movimentos sociais e outros tipos de organizações coletivas engajadas na luta pela democracia têm demonstrado, largamente, que estes agentes são os agentes centrais no processo de aprofundamento da

democracia. No entanto, o dia-a-dia das classes subalternas que não necessariamente participam de nenhum movimento ou organização, provou ser, nesta pesquisa, um terreno relevante nesta análise – tanto no que diz respeito ao exame de atitudes e valores que reforçam o modelo autoritário tradicional de sociedade que vigora no Brasil, e de novos valores autoritários criados por novos contextos; quanto no que diz respeito a criação e difusão de uma cultura mais democrática.

No que se refere à primeira potencialidade do universo dos “não organizados” para o debate sobre as possibilidades do aprofundamento da democracia, cabe indagar quais os mecanismos que fazem com que nossa prática social e política sobreviva ainda sob padrões que representam continuidade em relação a um passado histórico que construiu modelos de relacionamento hierárquicos e desiguais. Nesta mesma direção cumpre avaliar os impactos de novos contextos dados, por exemplo, pelas políticas neoliberais que constroem novas formas de relacionamento social que vêm reforçando estes padrões autoritários de nosso passado histórico, dando força ao que há de mais atrasado no Brasil, como aponta Telles: “um privatismo selvagem e predatório, que faz do interesse privado a medida de todas as coisas, negando a alteridade e obstruindo, por isso mesmo, a dimensão ética da vida social através da recusa de um sentido de responsabilidade pública e de obrigação social.” (1994: 45).

No que diz respeito à segunda potencialidade, cabe indagar sobre o alcance da criação de valores e práticas de uma sociedade democrática, e das possibilidades de sua ampliação. E aí se abre um leque de novas questões a serem refletidas.

Um primeiro conjunto de questões se apresenta em torno das relações entre “organizados” e “não organizados” no que se refere às possibilidades das organizações de caráter coletivo em luta pela construção da democracia no país, e de seus atores, difundirem por entre os sujeitos que se encontram fora delas novos valores e práticas, assim como atraírem esses atores à participação política. No primeiro caso, trata-se de analisar a capacidade de criação de uma cultura pautada pela idéia da construção de um código igualitário que permeie as relações sociais, em oposição ao autoritarismo social, no interior destas experimentações democráticas que se desenvolvem em todos os cantos do país, bem como avaliar as possibilidades de difusão desta cultura a outros setores da sociedade. Estes

processos não são lineares e harmoniosos; antes, representam uma construção que se faz e refaz no terreno dos conflitos e de vários interesses e valores em disputa.

No segundo caso, trata-se de um processo que invoca a incorporação de sujeitos como Isabel que na sua entrevista afirmou que gostaria de participar do movimento negro, mas não sabia da sua existência na cidade onde mora, e de outros sujeitos que poderiam ser encorajados à organização coletiva, assim como para outras formas de participação política. Mas como isso é possível? O que pode garantir que estes sujeitos venham a se tornar participantes da vida política na comunidade em que estão inseridos? Embora vários entrevistados tenham demonstrado propensão à participação e muitos deles tenham apresentado elementos de valores pautados por solidariedade comunitária, o que garante a passagem da “não organização” à “organização”?

Rebecca Abers (1996), por exemplo, responde esta questão afirmando que as pessoas participam quando percebem que ao fazê-lo, vêem atendidos os seus interesses, numa referência à expectativa dos prováveis benefícios da ação que certamente envolve custos. Na direção da sua resposta emerge um outro conjunto de questões que se remete à capacidade do Estado, cada vez mais diminuída, de incorporar as demandas colocadas por esses atores, tornando-os confiantes nos benefícios obtidos na ação política.

No que tange ainda à discussão sobre o papel do Estado neste processo, há que se destacar que o Estado poderia desenvolver um importante papel nesse processo ao incentivar o surgimento de novas associações civis e ao estimular a sua participação na tomada de decisões. Mas quais são as perspectivas desse processo num contexto em que o neoliberalismo toma fôlego enquanto eixo principal da política econômica e social no país e que, exceto algumas experiências esparsas, o Estado apresenta-se cada vez mais avesso à participação e a preservação dos direitos?

Se o aprofundamento da democracia, como apontei neste trabalho, supõe a criação e a consolidação de uma cultura democrática, o desafio maior está nas possibilidades de que essa cultura se estenda a todos os setores da sociedade brasileira. E, aí, os desafios são enormes. A análise do “universo dos não organizados” pode lançar luz a esse debate, como tentei mostrar aqui, inclusive no que diz respeito à criação e difusão desta cultura. Porém os desafios encontram-se justamente neste processo, que por sua vez insere-se num campo de conflituosidade que, em parte, procurei abordar.

## BIBLIOGRAFIA

- ABERS, Rebecca. "Inventando a Democracia: Distribuição de Recursos Públicos através da Participação Popular em Porto Alegre". Trad. Alberto Lourenço. *CIDADE*. 1996
- ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *An Analytic Study. The Civic Culture – Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little Brown and Company Ed, 1965.
- ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little Brown and Company Ed, 1980.
- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina and ESCOBAR, Arturo. "Introduction: The cultural and the political in Latin American". in: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina and ESCOBAR, Arturo. *Cultures of politics. Politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. Colorado and Oxford: Westview Press, 1998.
- AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.
- ANDRADE, Maria A. A. "Redefinindo o conceito de Cultura Política: Cultura Política e Representações Sociais". *XX Encontro da ANPOCS*, Caxambu-MG, 1996 (out.).
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. Coleção de Estudos Brasileiros, Bahia: Livraria Progresso, 1950.
- AVRITZER, Leonardo "Cultura Política, atores sociais e democratização. Uma crítica às teorias da transição para a democracia." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 28, 1995 (junho).
- BAIERLE, Sérgio. Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80. *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas*, 1992.
- BAQUERO, Marcelo (org.). *Cultura Política e Democracia – Os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro. A arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa - Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular*. São Paulo: Ática, 1991.

- BERLINCK, Manoel Tosta & HOGAN, Daniel. "Adaptação da população e 'cultura da pobreza' na cidade de São Paulo: marginalidade social ou relações de classes?" in: BERLINCK, Manoel Tosta & HOGAN, Daniel. *Cidade. Usos & abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- BORÓN, A. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal". in: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BRANDT, Vinícius Caldeira. "Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo" in: SINGER, Paul & Vinícius Caldeira Brandt (orgs.) *São Paulo em Movimento*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CALDEIRA, Teresa P. *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, Teresa & HOLSTON, James. "Cidadania, Justiça e Direito: limites e perspectivas da democratização brasileira". *XIX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, mimeo. *apud* SILVA, Ana Amélia. "Cidadania, conflitos e agendas sociais". *Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CANCLINI, Nestor Garcia. "Culture and power: the state of research". in: *Media, Culture and Society* (SAGE, London, Newbury Park, Beverly Hills and New Delhi), Vol. 10, 467 – 497, 1988.
- CARDOSO, Ruth C. L. "Favela: conformismo e invenção". *Ensaio de Opinião*, nº 04, 1977.
- CARDOSO, Ruth C. L. "Sociedade e Poder: As representações dos favelados de São Paulo". *Ensaio de Opinião*, 2-4. 1977.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. "Eppur si muove..." Os movimentos sociais e a construção da democracia no Brasil. *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas*, 1997.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a.
- CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- CHAUI, Marilena. "Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados". in: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994b.
- COMAROFF, Jean. *Body of power. Spirit of resistance. The culture and history of a South African people*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1985.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "A democracia como valor universal". in: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- Da MATTA, Roberto. "A propósito de microescenas y macrodramas: notas sobre el problema del espacio y del poder en Brasil". *Nueva Sociedad*, nº 104, 1989.
- DAGNINO, Evelina. "Culture, citizenship, and democracy: changing discourses and practices of the Latin American Left". in: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina and ESCOBAR, Arturo. *Cultures of politics. Politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. Colorado and Oxford: Westview Press, 1998.
- DAGNINO, Evelina "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". in: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, Evelina et al. "Cultura democrática e cidadania". *Opinião Pública*, CESOP, vol. V, nº 1, novembro de 1998.
- DEVESCOVI, Regina de Campos Balieiro. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea. UFSCar, 1987.
- DIAS, Edmundo Fernandes. et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- DIRKS, Nicholas B.; ELEY, Geoff and ORTNER, Sherry. "Introduction". in: DIRKS, Nicholas B.; ELEY, Geoff and ORTNER, Sherry. *Culture/Power/History. A reader in contemporary social theory*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará (ANPOCS), 1995.
- DUARTE, D. Luiz Fernando *et al.* "Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 22, ano 8, 1993 (junho).
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- DURHAM, Eunice. "A dinâmica cultural na sociedade moderna". *Ensaio de Opinião*, nº 04, 1977.
- DURHAM, Eunice. "A família operária: consciência e ideologia". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 23, 1980.
- DURHAM, Eunice. "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas". in: CARDOSO, Ruth. (Org.) *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DURHAM, Eunice. "Movimentos Sociais – A construção da cidadania". *Novos estudos Cebrap*, nº 10, 1984.
- EVERS, Tilman "Identidade – a face oculta dos movimentos sociais". *Novos estudos Cebrap*, nº 4, 1984.
- EWICK, Patricia and SILBEY, Susan, S. Conformity, Contestation, and Resistance: an account of legal consciousness. *New England law review*. vol. 26, nº 3, 1992.
- FEDOZZI, Luciano Joel. "Do patrimonialismo à cidadania: Participação popular na gestão Municipal - o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre". *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 1996.
- FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. *Conselhos gestores em saúde: a experiência do Espírito Santo durante a gestão petista*. *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas*, 1998.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- FRIEDMAM, M. *Liberdade de escolher: o novo liberalismo econômico*. 2ª ed, RJ: Record, 1980.
- FUNDAÇÃO IBGE. Censo Demográfico de 1996.
- FUNDAÇÃO SEADE. Setor Terciário. *in: São Paulo em Perspectiva*, vol. 6, São Paulo, 1992 (jun/set).
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6º ed. Trad. de Luiz Mário Gazzaneo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.
- GRÜNER, Eduardo. "De la cultura como pesadilla". *Utopias del Sur*, nº 04. 1990.
- HAYEK, F. A. von "As três fontes de valores humanos". *In: Direito, Legislação e Liberdade*. Vol.III, São Paulo: Visão, 1995.
- HAYEK, F. A. von. *Caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Globo, 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1975
- JELIN, Elisabeth. "Construir a cidadania: uma visão desde baixo". *Revista Lua Nova*, nº 33, 1994.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lucio & ANT, Clara. "Violência: Reflexos sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo". *in: BOSCHI, Renato Raul (org.). Violência e Cidade*. Série Debates Urbanos volume 2, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LAISNER, Regina. "O debate sobre a construção democrática no Brasil: contribuições teóricas de Hannah Arendt". 1999. *Revista Temáticas*, IFCH/Unicamp.
- LANDIM, L. *A invenção das ONGs – do serviço invisível à profissão sem nome*. Rio de Janeiro, 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFRJ.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto - o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

- LECHNER, Norbert. El debate intelectual en América del Sur. De la revolución a la democracia. *La Ciudad futura*, nº 2, outubro de 1986.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática. Os limites da dominação autoritária*. Trad. de Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político - ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade*. Trad. de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LEITE, Kelen Cristina. Partidos e Organizações Políticas em São Carlos: 1964-1979. *Relatório de Pesquisa CNPQ/PIBIC*, 1994.
- LEWIS, Oscar. *La cultura de la pobreza*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1966.
- LIBERATI, Wilson Donizeti & CYRINO, Públio Caio Bessa. *Conselhos e fundos no Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Malheiros, 1993.
- LÜCHMANN, Lígia H. H. "Política Educacional e Participação Social. Uma análise preliminar do Conselho Municipal de Educação de Florianópolis". *XIX Encontro da ANPOCS*, Caxambu-MG, 1995 (out.).
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et développement économique – formations et évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthopos, 1976.
- MENEGUELLO, Rachel. "Partidos e tendências de comportamento: o cenário político em 1994". in: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MOUFFE, Chantal (org.) *Dimensions of radical democracy. Pluralism, citizenship, community*. London and New York: Verso, 1992.
- O'DONNELL, Guilherme. "Hiatos, instituições e perspectiva democrática". in: REIS, Fabio Wanderley e O'DONNELL, Guilherme. (org.). *A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

- O'DONNELL, Guilherme. "Privatización de lo público en Brasil: microescenas". *Nueva Sociedad*, nº 104, 1989.
- OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. Participação popular e clientelismo em São Carlos. *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado de São Paulo*, 1998.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Classe e identidade de classes em Salvador*, mimeo, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: O Totalitarismo neoliberal". *Texto preparado como base para a conferência do autor no Seminário Internacional "A construção Democrática em questão"* organizado pelo NEDIC, em São Paulo, de 22 a 26 de abril de 1997.
- OLIVEN, G. R. Chame o ladrão: As vítimas da violência no Brasil. in: BOSCHI, R. (org.). *Violência e Cidade*. Série Debates Urbanos, vol. 2, RJ: Zahar, 1981.
- ORTIZ, Renato. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- PAULA, Ana Paula Paes. Reinventando a democracia: ONGs e movimentos sociais na construção de uma nova gestão pública. São Paulo: EAESP/FGV. *Dissertação de mestrado em Administração Pública apresentada Fundação Getúlio Vargas*, 1998.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. "Los usos de Gramsci". *Cuadernos de Pasado y Presente*, 1977.
- PRETECEILLE, Edmond. "O conceito de classe social na pesquisa urbana". *Dados*, Vol. 31, nº 2, 1988.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social - caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.
- REIS, Elisa. "Desigualdade e solidariedade. Uma releitura do 'familismo amoral' de Banfield". *Revista Brasileira de Ciências sociais*, nº 29, ano 10, 1995 (outubro).
- REY, T. M. "La noción gramsciana de hegemonia en el convulsionado fin de siglo - Acerca de las bases materiales del consenso". in: REY, M. T. et al. *Gramsci mirando al Sur - Sobre la hegemonia en los años 90*. Buenos Aires: K&ai, 1994.

- RIGOLIN, Márcia Regina Vazzoler. "Crescimento e Pobreza em São Carlos". *Monografia de Final de Curso apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, 1994.
- RUBIN, Jeffrey W. "Defining resistance: contested interpretations of everyday acts". *Studies in law, politics and society*, vol. 15, 1986.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Eder. & PAOLI, Maria Célia. "Sobre as 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro". in: CARDOSO, Ruth. (Org.) *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SALES, Teresa. "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n° 25, ano 9, 1994 (junho).
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SARAT, Austin. " '... The law is all over': power, resistance and the legal consciousness of the welfare poor". *Yale Journal of law & the humanities*, vol. 2, n° 2, 1990.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens urbanas*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SCOTT, James C. "*Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*." New Haven and London: Yale University Press, 1990.
- SCOTT, James C. *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.
- SILVA, Ana Amélia. "Cidadania, conflitos e agendas sociais: das favelas urbanizadas aos fóruns internacionais". *Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 1996.
- SILVA, Carla Cecília R Almeida. "Explorando novos caminhos para a democracia - os desafios da participação popular na gestão pública e o Movimento de Alfabetização de jovens e adultos da cidade de São Paulo (MOVA)". *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas*, 1998.

- SILVA, Luiz Antonio Machado. "O significado do botequim" in: *Cidade. Usos & abusos*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- SILVA, Marcelo Kunrath. "Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal - uma análise da trajetória do movimento da Vila Jardim em Porto Alegre/RS". *Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, 1997.
- SUDAN, Daniela. "Uma abordagem ecológica da coleta de alimentos na feira, realizada por crianças do Jardim Gonzaga e sua relação na subsistência das famílias", *Monografia de final de Curso apresentada ao Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, 1996.
- TARCUS, Horacio & SANTOS, Blas de. "Notas para una critica de la razon burocratica". *Utopias del Sur*, nº 04. 1990.
- TATAGIBA, Luciana. "Dos significados da "ética na política". Articulação e discurso no contexto pró-impeachment". *Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas*, 1998.
- TATAGIBA, Luciana. "O Paradoxo neoliberal e o Plano Collor I: uma primeira abordagem". *mimeo*, 1996.
- TELLES, V. S. "A cidadania inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo". *Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 1992.
- TELLES, V. S. "Pauvreté et citoyenneté, dilemme du Brésil contemporain". *Problemes d'Amérique Latine*, nº 9, 1993 (avril-juin).
- TELLES, V. S. "Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos". *Revista Pólis*, nº 14, 1994.
- TELLES, V. S. & Paoli, Maria Célia. Social Rights: Conflicts and Negotiations in Contemporary Brazil, in: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina and ESCOBAR, Arturo. *Cultures of politics. Politics of cultures: re-visioning Latin American social movements*. Colorado and Oxford: Westview Press, 1998.
- TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

- TOLEDO, Caio Navarro, "As esquerdas e a redescoberta da democracia". in: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 - Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.
- VALENTINE, Charles. *Culture and poverty. Critique and counter-proposals*. The University of Chicago Press, Chicago and London, 1968.
- VALLADARES, Lícia do Prado. *Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil*. Anpocs, 1990.
- VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar editores: 1980.
- VELHO, Gilberto. "As vítimas preferenciais". Encarte especial de *Ciência Hoje* sobre um simpósio realizado durante a 38ª Reunião Anual da SBPC, Curitiba, 1986 (julho).
- VELHO, Gilberto. "Violência e cidadania". *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 3, 1980.
- VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- WEFFORT, Francisco. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. 1977. Rio de Janeiro: Zahar.
- WHITE, Lucie E. "Subordination, rhetorical survival skills, and sunday shoes: notes on the hearing of Mrs. G." *Buffalo law review*, vol. 38, nº 01, 1990.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1 – Modelo do roteiro da entrevista**

**Universidade Estadual de Campinas**

**Pesquisa - Entre formas autoritárias e possibilidades democráticas:  
uma análise das representações de moradores da periferia de São Carlos/SP**

#### **Questionário**

(aplicado para indivíduos de 18 anos ou mais, chefes de família ou não)

\_\_\_\_\_

data	início da entrevista	nº do domicílio
------	----------------------	-----------------

#### **1. Identificação do domicílio**

\_\_\_\_\_

Endereço (Rua/Avenida)	Nº	Bairro
------------------------	----	--------

#### **2. Caracterização do indivíduo**

**Antes de começar a entrevista eu gostaria de fazer algumas perguntas sobre seus dados pessoais.**

1. Sexo
1. ( ) Masculino
  2. ( ) Feminino

2. Idade \_\_\_\_\_

#### **3. Cor**

(Aqui o pesquisador anota o que observa e pergunta diretamente à pessoa qual sua cor)

1. ( ) Branca
2. ( ) Preta
3. ( ) Parda
4. ( ) Amarela

4. Estado Civil

- ( ) Solteiro
- ( ) Casado
- ( ) União consensual (amasiado)
- ( ) Viúvo
- ( ) Separado
- ( ) Desquitado
- ( ) Divorciado

5. Você tem filhos? Quantos? \_\_\_\_\_

6. Quantos anos você frequentou a escola? \_\_\_\_\_

7. Onde você nasceu? \_\_\_\_\_

8. Há quanto tempo mora em São Carlos? \_\_\_\_\_

9. Qual é a sua ocupação?

\_\_\_\_\_

10. Realiza algum outro trabalho além deste? Qual?

\_\_\_\_\_

11. Quanto ganha por mês? \_\_\_\_\_

12. Qual é, aproximadamente, o total de rendimentos de sua família?

R\$ \_\_\_\_\_

13. Quantas pessoas são sustentadas com a renda que você indicou acima (incluindo os que contribuem com essa renda)?

**3. Gostaria de começar nossa entrevista conversando um pouquinho com você a respeito dos problemas que você enfrenta aqui no seu bairro.**

14. Primeiro eu gostaria de saber se pensando na vida que você leva atualmente, como você diria que se sente em relação a ela: você diria que está

- 1- muito satisfeito
  - 2- satisfeito
  - 3- nem satisfeito nem insatisfeito
  - 4- insatisfeito
  - 5- muito insatisfeito
  - 6- não sabe/ não opinou
- Por que?

15. Como é a vida aqui no seu bairro? Você tem muitos problemas aqui? Quais são esses problemas?

16. Você conversa sobre esses problemas? Se sim, onde conversa sobre eles? Com quem?

- ( ) em casa
- ( ) com os amigos
- ( ) no trabalho/na escola
- ( ) com os vizinhos
- ( ) na rua, em filas, no bar, na feira, etc.
- ( ) em outro lugar \_\_\_\_\_

17. Existe algum lugar aqui no bairro onde as pessoas discutem esses problemas? (Observar se existe alguma associação de moradores no bairro e se a pessoa ou alguém da família participa)

18. (Se existe) Você participa? Alguém da sua família participa?

**4. Falando em participar de alguns lugares, eu gostaria de saber se você frequenta alguma igreja ou se participa de algum grupo.**

19. Você frequenta alguma igreja? Qual?

- ( ) Católica
- ( ) Judaica
- ( ) Espírita
- ( ) Testemunha de Jeová
- ( ) Ortodoxa
- ( ) Umbanda
- ( ) Candomblé
- ( ) Macumba
- ( ) Presbiteriana

- Pentecostal (inclui "Brasil para Cristo", "Assembléia de Deus", "Congregação Cristã do Brasil", "Evangelho Quadrangular")
- Batista
- Metodista
- Adventista do 7º dia
- Sabatista
- Mórmon
- Igreja Universal
- Muçulmana
- outras

20. Alguém da sua família freqüenta? (Porque mesmo que a pessoa não freqüente, pode ter alguém da família que freqüente e que influencie os outros membros)

21. (Se freqüenta) Você vai sempre a essa igreja? Quando? Por que?

22. Você participa de algum grupo na igreja que freqüenta? Qual? O que este grupo faz? E o que você faz neste grupo?

23. Além da igreja que lugares você costuma freqüentar? Freqüenta algum desses lugares:

- sindicato de trabalhadores
- associação de bairros, de moradores ou de famílias
- time de futebol ou clube esportivo
- partido ou diretório político
- movimento dos sem-terra
- grupos ou movimentos ligados a luta de minorias (mulher, negro, aidéticos)
- comunidades de base, ação pastoral e clubes de mães
- associação de pais e mestres
- outro tipo de associação ou entidade. Qual? \_\_\_\_\_

24. Alguém da sua família freqüenta algum desses lugares? Qual dentre esses que eu mencionei?

( Esta pergunta tem o mesmo objetivo da 20. Por exemplo, o marido pode ser sindicalizado e a mulher não, mas este pode acabar influenciando-a)

**5. Hoje em dia se fala muito em cidadania, em direitos. Você já deve ter ouvido isto em algum lugar, na TV, na igreja ou no trabalho. Gostaria de conversar um pouco com você a respeito disto.**

25. O que você acha que é ser um cidadão? Você se considera um cidadão? Por que?

26. Você acha que tem direitos? Quais são seus direitos? Na sua opinião, por que você tem direitos?

(Aqui claramente busca-se perguntar se a pessoa já lutou por algum direito seu, tentando "medir" um pouco o conformismo ou a sua resistência)

27. Você já precisou lutar por algum direito alguma vez? Como foi?

28. Lá na Universidade onde eu estudo foi feita uma pesquisa na qual as pessoas disseram cinco coisas que julgam serem as mais importantes para se dizer que um país é democrático. Eu gostaria de saber qual destas cinco coisas que eu vou ler agora, você acha a mais importante para se dizer que um país é democrático.

- Que existam vários partidos políticos
- Que todos tenham alimentação, moradia, emprego, acesso à saúde, etc.
- Que brancos, negros, homens, mulheres, pobres e ricos, todos sejam tratados igualmente
- Que as pessoas possam participar de sindicatos e associações
- Que se possa criticar e protestar

**6. Agora eu gostaria que você me desse a sua opinião a respeito das seguintes situações.**

29. Imagine que uma mulher faça o mesmo serviço que um homem e ganhe menos que ele, o que você acha disto? Por que?

30. O que você acha de um dono de uma lanchonete que desrespeita um gay? Se você visse isto o que faria?

31. Se você soubesse que seu vizinho bate na mulher, o que você faria? Por que?

32. (Só para mulheres) E o que você faria se seu marido lhe batesse? Por que?

33. O que você faria se seu vizinho espancasse os filhos? Por que?

34. E se seu marido espancasse os seus filhos? Por que?

35. O que você acha de policiais que maltratam meninos de rua? Por que? E se você visse um caso desse na sua frente, o que faria?

36. O que você acha de policiais que maltratam negros? Por que? E se você visse um caso desse, o que faria?

37. O que você acha de uma mulher que é despedida quando seu patrão descobre que ela está grávida? E se isso acontecesse com você ou com sua esposa?

38. O que você acha de casamento entre negros e brancos?

39. Você aceitaria que uma filha ou filho seu se casasse com um negro (no caso de um branco) ou com um branco (no caso de um negro)?

40. O que você acha de um dono de uma lanchonete que maltrata um negro? Se você visse uma situação dessa, o que faria? ( Se a pessoa for negra, perguntar o que faria se isso acontecesse com ela.)

**7. Ultimamente temos tido uma série de rebeliões dentro das cadeias, nas quais os presos reivindicam melhor tratamento, reclamando que as cadeias estão super- lotadas e que o tratamento lá dentro é desumano. Além destas rebeliões temos visto também uma série de massacres dentro das cadeias por parte de policiais. Estes fatos têm aberto uma discussão sobre as condições dos presos na sociedade brasileira. Gostaria de conversar com você a respeito disto e saber sua opinião.**

41. Você acha que os presos têm direitos? Por que?

42. Como você acha que os presos devem ser tratados? Por que?

43. O que você acha de policiais que torturam presos e às vezes os matam? Por que?

**8. Agora eu vou ler algumas situações e gostaria que você as comentasse me dizendo como agiria se estas situações acontecessem com você.**

44. Vamos supor que seu irmão ou filho já tem 7 anos e você vai matriculá-lo na escola perto da sua casa. Chegando lá eles lhe dizem que não tem mais vagas e que só há vagas em uma escola lá do outro lado da cidade. O que você faria? Por que?

45. Vamos supor que alguém da sua família está passando mal. Vocês vão ao pronto-socorro e ao chegar lá lhe dizem que essa pessoa da famílias não poderá ser atendida pois não há médicos. O que você faria? Por que?

46. Vamos imaginar que a sua rua não tem asfalto. Um dia passam alguns funcionários entregando uns carnês dizendo que você terá que pagar o asfalto que vai passar no máximo, em um mês. Você paga direitinho e espera um mês, dois meses, três meses e nada. O que você faria? Por que?

47. Imagine que você trabalha em uma fábrica de segunda a sexta. Um dia seu patrão pede para você trabalhar no sábado e no domingo, porque tem serviço atrasado. Depois disso ele pede que você faça isso várias vezes. Um dia você diz que não pode ir e seu patrão ameaça de lhe mandar embora. O que você faria? Por que?

48. Vamos supor que para marcar uma consulta no posto de saúde você tenha que chegar de madrugada para conseguir uma consulta às nove. Como se sente nessa situação? O que faz em uma situação destas? Por que?

49. Imagine que alguém da sua família está doente. Você procura um médico pelo SUDS. Ele fala que essa pessoa da sua família terá que ser operada, mas que para operá-la você terá que pagar uma taxa para ele, mesmo a cirurgia sendo pelo SUDS. O que acha disso e o que faria? Por que?

**9. Gostaria de saber agora o que você acha das pessoas se organizarem, de juntas reclamarem pelos seus direitos.**

50. Você acredita que se organizando, as pessoas podem conseguir as coisas? Ou isto não adianta?

51. Às vezes as pessoas se juntam para reclamar de alguma coisa, algum problema no seu bairro, por exemplo. Você participaria de uma manifestação dessas? Por que?

52. Imagine que você trabalha em uma fábrica e o seu salário não sobe há muito tempo. O dinheiro está cada vez mais curto em casa. Alguns colegas seus lhe convidam para participar de uma reunião onde eles pretendem discutir os salários. Você participaria dessa reunião? Por que?

53. As pessoas nem sempre estão de acordo com o recurso de greves, abaixo-assinados ou a ocupação direta de prédios públicos como formas de protestar ou de reivindicar alguma coisa junto às autoridades. Gostaria de saber se você concorda, discorda ou não sabe, com:

c - concorda      d - discorda      ns - não sabe

- ( ) abaixo-assinados levados às autoridades (à prefeitura, por exemplo)
- ( ) greves
- ( ) passeatas
- ( ) ocupação de fábricas ou prédios públicos
- ( ) pichação de muros e paredes
- ( ) quebra-quebra
- ( ) invasão de terrenos desocupados na cidade
- ( ) invasão de terras improdutivas
- ( ) saques a supermercados

Por que?

54. Você já participou de alguma manifestação deste tipo?

55. Você já participou ou participaria de uma greve por melhores salários?

56. Você já foi na prefeitura reclamar de alguma coisa? Do que? E foi atendido(a)?

57. Você já procurou alguns desses lugares? Para quê?

- ( ) sindicato
- ( ) igreja/ padre
- ( ) partido político
- ( ) vereador
- ( ) SAB (Sociedade Amigos de bairro)
- ( ) polícia

**10. Agora vou ler uma lista de problemas comuns e gostaria de saber a quem você recorre para ajudá-lo no caso deles ocorrerem com você:**

A) Para obter atendimento médico você procurou em posto médico, centro de saúde, hospital e pronto-socorro e nada conseguiu. A que você recorreria?

B) E para obter vaga em escola ou creche você procurou em todas as escolas ou creches e nada conseguiu. A que você recorreria?

C) E para obter emprego você procurou em agência de emprego, balcão de emprego da prefeitura, anúncio, de porta em porta e nada conseguiu. A que você recorreria?

- ( ) sindicato
- ( ) igreja/ padre
- ( ) partido
- ( ) vereador
- ( ) SAB (Sociedade Amigos de bairro)
- ( ) polícia
- ( ) amigos
- ( ) vizinhos
- ( ) outro, qual \_\_\_\_\_

D) E para obter melhoria no seu bairro você já foi a prefeitura e nada conseguiu. A que você recorreria?

E) E para resolver outros problemas pessoais, como desentendimentos com vizinhos, com parentes, etc., a que você recorreria?

---

término da entrevista

## **Anexo 2 - Dados sobre os entrevistados**

### **1) Valdir**

Sexo: masculino

Idade: 38 anos

Cor: branca

Estado civil: solteiro

Filhos: --

Anos de escola: 2 anos

Naturalidade: Minas (interior/fazenda)

Habita em São Carlos: há 3 anos

Ocupação: cabeleireiro

Realiza trabalho adicional: não

Renda Familiar: R\$ 300,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 1

### **2) Isabel**

Sexo: feminino

Idade: 39 anos

Cor: preta

Estado Civil: amasiada

Filhos: 3

Anos de escola: até 7ª série

Naturalidade: São Carlos

Habita em São Carlos: --

Ocupação: doméstica

Realiza trabalho adicional: não

Renda Familiar: R\$ 600,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 5

### **3) Arlindo**

Sexo: masculino

Idade: 48 anos

Cor: parda

Estado Civil: separado

Filhos: 6

Anos de escola: até 7ª série

Naturalidade: São Paulo (SP)

Habita em São Carlos: há 3 anos

Ocupação: mecânico de autos (desempregado)

Realiza trabalho adicional: vende cachorro-quente de final de semana e durante a semana faz uns bicos em uma mecânica

Renda Familiar: R\$600,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 5

#### **4) Gislaine**

Sexo: feminino

Idade: 31 anos

Cor: branca

Estado Civil: casada

Filhos: 3

Anos de escola: até 1º colegial

Naturalidade: Cardoso (SP)

Habita em São Carlos: há 11 anos

Ocupação: do lar (marido desempregado há um mês)

Realiza trabalho adicional: vende roupas usadas

Renda Familiar: R\$300,00 (quando ele trabalhava)

Pessoas sustentadas com essa renda: 5

#### **5) Josefa**

Sexo: feminino

Idade: 64 anos

Cor: branca

Estado Civil: viúva

Filhos: 10

Anos de escola: até 2ª série

Naturalidade: Minas Gerais

Habita em São Carlos: há 10 anos

Ocupação: Trabalhava na roça, hoje aposentada por invalidez (maus tratos do marido)

Realiza trabalho adicional: costureira

Renda Familiar: R\$420,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 2

#### **6) Sebastião**

Sexo: masculino

Idade: 55 anos

Cor: branca  
Estado Civil: casado  
Filhos: 7  
Anos de escola: só 1ª série  
Naturalidade: Jardinópolis (SP)  
Habita em São Carlos: há 16 anos  
Ocupação: pedreiro  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: --  
Pessoas sustentadas com essa renda: 9

### **7) Jorge**

Sexo: masculino  
Idade: 38 anos  
Cor: preta  
Estado Civil: separado (era amasiado, mas separou-se)  
Filhos: 2  
Anos de escola: 3ª série  
Naturalidade: Minas Gerais  
Habita em São Carlos: há 8 anos  
Ocupação: coletor de laranja  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$120,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 1

### **8) Cláudia**

Sexo: feminino  
Idade: 33 anos  
Cor: branca  
Estado Civil: casada  
Filhos: 2  
Anos de escola: até 4ª série  
Naturalidade: São Carlos  
Habita em São Carlos: --  
Ocupação: do lar  
Realiza trabalho adicional: faz bala de coco  
Renda Familiar: R\$300,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 4

**9) Geni**

Sexo: feminino

Idade: 44 anos

Cor: parda

Estado Civil: viúva

Filhos: 2

Anos de escola: até 8ª série

Naturalidade: Cardoso (SP)

Habita em São Carlos: há 20 anos

Ocupação: costureira

Realiza trabalho adicional: dama de companhia (acompanha pessoas doentes)

Renda Familiar: R\$600,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 2

**10) Lourdes**

Sexo: feminino

Idade: 26 anos

Cor: preta

Estado Civil: casada

Filhos: 1

Anos de escola: 1º grau completo

Naturalidade: Minas Gerais (morava em Goiás antes de São Carlos)

Habita em São Carlos: há 3 anos

Ocupação: do lar

Realiza trabalho adicional: não

Renda Familiar: R\$300,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 3

**11) Ana Maria**

Sexo: feminino

Idade: 39 anos

Cor: branca

Estado Civil: casada

Filhos: 3

Anos de escola: está freqüentando a 8ª série (supletivo)

Naturalidade: Guaraceí (SP) (foi para o Paraná depois veio para São Carlos)

Habita em São Carlos: há ≅ 17 anos

Ocupação: dona de mercearia  
Realiza trabalho adicional: feirante  
Renda Familiar: ≅ R\$700,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 5

#### **12) Angelina**

Sexo: feminino  
Idade: 65 anos  
Cor: parda  
Estado Civil: viúva  
Filhos: 6  
Anos de escola: até 3ª série  
Naturalidade: Araçatuba (SP) (em fazenda)  
Habita em São Carlos: há 18 anos  
Ocupação: do lar  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$320,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 2

#### **13) Andréia**

Sexo: feminino  
Idade: 19 anos  
Cor: parda  
Estado Civil: solteira  
Filhos: —  
Anos de escola: está frequentando 7ª série (parou de estudar um tempo porque teve que cuidar da casa quando os pais se separaram (mãe saiu de casa)).  
Naturalidade: Ibitinga (SP)  
Habita em São Carlos: há 6 anos  
Ocupação: do lar  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$500,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 7

#### **14) Ana Amélia**

Sexo: feminino  
Idade: 38 anos

Cor: branca  
Estado Civil: casada  
Filhos: 4  
Anos de escola: 1º grau completo  
Naturalidade: São Carlos  
Habita em São Carlos: –  
Ocupação: do lar  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: ≅ R\$ 1000,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 6

#### **15) Durvalino**

Sexo: masculino  
Idade: 67 anos  
Cor: branca  
Estado Civil: casado  
Filhos: 11  
Anos de escola: nenhum  
Naturalidade: Bahia (sertão) (antes de vir para cá foi para o Paraná)  
Habita em São Carlos: há 5 anos  
Ocupação: aposentado (antes trabalhava na lavoura)  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$240,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 3

#### **16) Neuza**

Sexo: feminino  
Idade: 31 anos  
Cor: branca  
Estado Civil: casada  
Filhos: 3  
Anos de escola: até 1º colegial  
Naturalidade: Descalvado (SP)  
Habita em São Carlos: há 22 anos  
Ocupação: do lar  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$880,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 5

**17) Vagner**

Sexo: masculino

Idade: 18 anos

Cor: branca

Estado Civil: solteiro

Filhos: –

Anos de escola: está freqüentando 3º colegial

Naturalidade: São Carlos

Habita em São Carlos: –

Ocupação: trabalha em uma fábrica de bolsas

Realiza trabalho adicional: não

Renda Familiar: R\$600,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 4

**18) Antônio**

Sexo: masculino

Idade: 42 anos

Cor: preta

Estado Civil: casado

Filhos: 2

Anos de escola: até a 6ª série

Naturalidade: Paraná

Habita em São Carlos: 3 anos

Ocupação: jardineiro na Sicon

Realiza trabalho adicional: faz bicos como jardineiro aos finais de semana

Renda Familiar: R\$550,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 4

**19) Rosângela**

Sexo: feminino

Idade: 22 anos

Cor: parda

Estado Civil: amasiada

Filhos: 1

Anos de escola: nenhum

Naturalidade: Paraná

Habita em São Carlos: há 3 anos  
Ocupação: do lar  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: ≅ R\$ 200,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 3

**20) Luís Fernando**

Sexo: masculino  
Idade: 70 anos  
Cor: preta  
Estado Civil: viúvo  
Filhos: 8  
Anos de escola: até 2º ano  
Naturalidade: Varginha (Minas Gerais)  
Habita em São Carlos: há 26 anos  
Ocupação: aposentado (era motorista de caminhão)  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$ 270,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 7

**21) Cleide**

Sexo: feminino  
Idade: 55 anos  
Cor: preta  
Estado Civil: viúva  
Filhos: 10 (8 do 1º casamento e 2 do 2º)  
Anos de escola: até 3ª série  
Naturalidade: Ibaté (SP)  
Habita em São Carlos: há 12 anos  
Ocupação: faxineira no cinema (há um mês desempregada)  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$ 600,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 12

**22) Moacir**

Sexo: masculino  
Idade: 39 anos

Cor: branca  
Estado Civil: casado  
Filhos: 3  
Anos de escola: até 6ª série  
Naturalidade: Paraná  
Habita em São Carlos: há 19 anos  
Ocupação: motorista de caminhão (desempregado)  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$ 900,00 (quando trabalhava)  
Pessoas sustentadas com essa renda: 5

### **23) Carlos**

Sexo: masculino  
Idade: 40 anos  
Cor: preta  
Estado Civil: separado (era amasiado, mas separou-se)  
Filhos: 1  
Anos de escola: nenhum  
Naturalidade: Cândido Mota (SP)  
Habita em São Carlos: há 19 anos  
Ocupação: carpinteiro - firma (afastado no momento da entrevista)  
Realiza trabalho adicional: de carpinteiro mesmo quando aparece  
Renda Familiar: R\$ 385,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 2

### **24) José Maria**

Sexo: masculino  
Idade: 40 anos  
Cor: branca  
Estado Civil: casado  
Filhos: 2  
Anos de escola: até 3ª série  
Naturalidade: Paraná  
Habita em São Carlos: há 10 anos  
Ocupação: trabalha na produção da Electrolux  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$ 700,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 4

**25) Sérgio**

Sexo: masculino

Idade: 40 anos

Cor: branca

Estado Civil: amasiado

Filhos: --

Anos de escola: até 6ª série

Naturalidade: Mira Estrela (SP)

Habita em São Carlos: há 13 anos

Ocupação: desempregado trabalhando na lavoura

Realiza trabalho adicional: não

Renda Familiar: R\$ 600,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 5

**26) Abgail**

Sexo: feminino

Idade: 45 anos

Cor: preta

Estado Civil: amasiada

Filhos: 2

Anos de escola: 1º grau completo (está freqüentando curso de enfermeira)

Naturalidade: São Carlos

Habita em São Carlos: --

Ocupação: enfermeira na Santa Casa

Realiza trabalho adicional: não

Renda Familiar: R\$ 600,00

Pessoas sustentadas com essa renda: 5

**27) Nelson**

Sexo: masculino

Idade: 51

Cor: parda

Estado Civil: casado

Filhos: 3 (todos casados)

Anos de escola: até 3ª série

Naturalidade: Barretos (SP)

Habita em São Carlos: há 22 anos

Ocupação: coletor de laranja  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$ 500,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 3

**28) Gilberto**

Sexo: masculino  
Idade: 39  
Cor: parda  
Estado Civil: casado  
Filhos: 3  
Anos de escola: até 2ª série  
Naturalidade: Bahia  
Habita em São Carlos: há 3 anos  
Ocupação: faxineiro  
Realiza trabalho adicional: não  
Renda Familiar: R\$ 260,00  
Pessoas sustentadas com essa renda: 5